

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TAMMY RIBEIRO

MÃES SOCIAIS: QUE PROFISSÃO É ESSA?

CURITIBA

2012

TAMMY RIBEIRO

MÃES SOCIAIS: QUE PROFISSÃO É ESSA?

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do Grau de Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor educação Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Tania Stoltz

CURITIBA

2012

*“Antes do compromisso,
há a hesitação, a oportunidade de recuar,
uma ineficácia permanente.
Em todo ato de iniciativa (e de criação),
há uma verdade elementar
cujo desconhecimento destrói muitas idéias
e planos esplêndidos.*

*No momento em que nos comprometemos de fato, a
Providência também age.*

*Ocorre toda espécie de coisas para nos ajudar;
coisas que de outro modo nunca ocorreriam.*

*Toda uma cadeia de eventos emana da decisão,
fazendo vir em nosso favor todo tipo
de encontros, de incidentes
e de apoio material imprevistos, que ninguém
poderia sonhar que surgiriam em seu caminho.*

*Começa tudo que o que possas fazer,
ou que sonhas poder fazer.*

A ousadia traz em si o gênio, o poder e a magia.

Goethe

AGRADECIMENTOS

À Deus por iluminar meu caminho e me dar forças para seguir sempre em frente, pelo auxílio nas minhas escolhas e por me confortar nas horas difíceis. Em quem passei a ter, a cada desafio, mais fé.

À minha querida orientadora, professora Tania Stoltz, cuja dedicação, comprometimento e competência fizeram com que se tornasse para mim um exemplo a ser seguido. Obrigada por ter aceitado ser minha orientadora, por me incentivar, por acreditar em minhas capacidades; por todas as correções, compreensões, sabedoria que muito contribuíram para o meu crescimento, pelos preciosos encontros de orientação e por ter dedicado seu tempo para que este trabalho se tornasse possível. A ela, pela amizade, cuidado e atenção, devo essa dissertação.

Aos professores do Setor de Educação, da Linha de Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano. Araci Asinelli da Luz, Clara Brenner Mindal, Helga Loos, Lidia Natalia Dobrianskyj Weber, Maria de Fátima Quintal de Freitas, Sandra Regina Kirchner Guimarães, Tamara da Silveira Valente, pelos ensinamentos e amizade.

A Profa. Dra. Araci Asinelli, Profa. Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas, Profa. Dra. Silvia Helena Koller e Profa. Dra. Onilza Borges por aceitarem participar da Banca de Defesa desta Dissertação, proporcionando discussões e sugestões que servirão para crescimento, aprendizado e incentivo à pesquisa.

Aos meus familiares que sempre me deram amor e força, valorizando meus potenciais.

A todos os meus amigos e amigas que são muitos, mas que sempre estiveram presentes me aconselhando e incentivando com carinho e dedicação. E em especial a uma grande amiga quase mãe, Marlene D'Aroz que foi de uma amizade fiel, acolhedora e compreensiva, estando ao meu lado em momentos

cruciais da elaboração dessa dissertação. Obrigada.

Ao programa de Pós Graduação em Educação. Agradeço a excelência da formação prestada e os conhecimentos transmitidos, que foram úteis para esta dissertação.

Ao Programa Reuni, pela concessão da bolsa.

A todas as mães que tão gentilmente cederam a conversar comigo e que contribuíram para a realização deste trabalho.

Por último, manifesto um sentido e profundo reconhecimento à minha família pelo apoio incondicional. Expresso sentimento idêntico em relação a todos os meus amigos de longa data.

A todos que me ajudaram a ser quem sou, que depositam confiança em mim e para os quais sou uma esperança, resta-me afincadamente não vos desiludir. Muito obrigada...

RESUMO

A presente pesquisa visa a identificar a percepção de mães sociais da profissão em que atuam. Mães sociais atuam em instituições de acolhimento do tipo casa lar que acolhe crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. No Brasil, estudos sobre a profissão de pais sociais são recentes, com pouca literatura quanto aos serviços prestados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e que se pauta no método de Aguiar e Ozella (2006), baseado em Vygotsky. Realizaram-se observações e entrevistas semi-estruturadas com seis mães sociais com idades entre 32 e 54 anos, coordenadoras de seis casas lares de três instituições de acolhimento de Curitiba, PR. Da análise de dados emergiram três núcleos de significação: *como me tornei mãe social; a mãe dos filhos dos outros e o diferente como desafio*, os quais em interação respondem à percepção de mães sociais investigadas sobre a sua profissão. Os resultados evidenciam o desenvolvimento de uma função, não de uma profissão, que conta com um treinamento que envolve somente a mãe social e não o seu companheiro, o pai social. Esta função é entendida, basicamente, como o cuidar dos filhos dos outros como dos próprios, desconsiderando que as estratégias educativas utilizadas com os próprios filhos nem sempre são as mais adequadas para crianças especialmente vulneráveis. As práticas cotidianas realizadas por eles estão relacionadas ao ambiente doméstico, de cuidados gerais e de educação dos acolhidos. Os pais sociais percebem no seu trabalho benefícios ao desenvolvimento do acolhido, por serem referências emocionais, sociais e de afeto. As dificuldades percebidas no desenvolvimento da função foram a falta de conhecimento para mediar comportamentos; tempo para interagir, dar mais atenção às crianças e adolescentes, visto contarem em média com dez crianças por casa; tempo para cuidar de si; estresse e desgaste físico. A relação positiva com os acolhidos, o gostar do cuidar, a identificação com a causa social e o suporte social e institucional foram identificados como facilitadores da sua função. Como conclusão, ressalta-se a necessidade de formação e capacitação continuada da mãe e do pai social para trabalhar com os acolhidos, a revisão de concepções envolvendo a função de mãe social, hoje cuidadora/educadora residente, investimento em parâmetros reguladores da sua função que levem a uma profissão, bem como em políticas públicas que se voltem ao atendimento com qualidade de crianças acolhidas, fenômeno relacionado tanto à pobreza afetiva de grupos humanos, como a um contexto sócio-econômico pautado pela desigualdade social.

Palavras-chave: mãe-social; pais sociais; casa lar; crianças e adolescentes; acolhimento institucional; vulnerabilidade social.

ABSTRACT

The present research aims to identify the perception of social mothers of the profession they perform. Social mothers act in sheltering institutions as house-home where children and teenagers in social vulnerability situation are sheltered. In Brazil, studies about social parent profession are recent, with few literatures about the provided services. It deals about a quality research of exploratory character and which is based on Aguiar e Ozella (2006) method, based on Vygotsky. It was realized a number of semi-structured observations and interviews with six 32 to 54 year old social mothers who are coordinators of house-homes of three sheltering houses of Curitiba, PR. From the data analysis three meaning nucleus emerged: *how I became a social mother; the mother of somebody else's children and the different as a challenge*, which in interaction respond to the perception of social mothers inquired about their profession. The outcome evidenced the development of a function, not of a profession, which depends on a training that involves only the social mother and not her partner, the social father. This function is comprehended, basically, as taking care of somebody else's children as well as their own, disregarding that the education strategies used towards their own children not always are the most adequate for especially vulnerable children. The daily practices made by them are related to the domestic environment of general care and of the education of the sheltered ones. The social parents notice in their work the benefits on the sheltered child development, once they are emotional, social and affective references. The realized difficulties on the function development were the lack of knowledge to mediate behaviors; time to interact, give more attention to the children and teenagers, once there is an amount of ten children per house; time to take care of themselves, stress and physical wearing. The positive relationship with the sheltered ones, the appreciation of taking care, the identification with the social cause and the social and institutional support were identified as facilitators of the function. As a conclusion, it is enhanced the necessity of continued capacitating and formation of the social mother and father in order to work with the sheltered one, the review of concepts involving the social mother function, today resident educator/care taker, investments in regulating parameters of their function which lead to a profession, as well as the public policies which may turn into a qualified service for the sheltered children, phenomenon related to affective poverty of human groups as well as to a social-economic context ruled by social difference.

Key-words: social mother; social father; house-home; children and adolescents; institutional sheltering; social vulnerability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1- ENTIDADES SOCIAIS PARCEIRAS DE CURITIBA.....	33
QUADRO 2- EDUCADORAS RESIDENTES PESQUISADAS.....	61
QUADRO 3- SÍNTESE DOS NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO.....	65

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Uma Chácara de Meninos.....	29
FIGURA 2 - Casa Lar Isa Sol Infantil.....	31

LISTA DE SIGLAS

ACOA	- Associação Curitibana dos Órfãos da AIDS
ACRIDAS	- Associação Cristão de Assistência Social
AMB	- Associação dos Magistrados Brasileiros
AMP	- Associação do Magistrados do Paraná
APAE	- Associação de Pais e Amigos dos Exepcionais
CEJA	- Comissão Estadual Judiciária de Adoção
CEJAI	- Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional
COMTIBA	- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
CNA	- Cadastro Nacional de Adoção
CNAS	- Conselho Nacional de Assistência Social
CNJ	- Conselho Nacional de Justiça
CRAS	- Centros de Referência da Assistência Social
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FAS	- Fundação de Ação Social
FPS	- Função Psicológica Superior
FPE	- Funções Psicológicas Elementares
FIA	- Fundação para a Infância e Adolescência
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -
LBE	- Lar Batista Esperança
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LISA	- Lar Infantil Sol Amigo
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	ix
LISTA DE FIGURAS.....	x
LISTA DE SIGLAS.....	xi
1 INTRODUÇÃO.....	10
2 O CONTEXTO DAS CASAS LARES E ABRIGOS DE.....	14
 CURITIBA E SUA RELAÇÃO COM A ADOÇÃO.....	14
3 CASA LAR: QUE LAR É ESTE.....	22
3.1 Abrigo e Casa Lar: experiências Curitibanas.....	27
3.1.1 Uma Chácara de meninos.....	28
3.1.2 Lar Isa Sol Infantil.....	30
3.2 Casas Lar: entidades sociais parceiras de Curitiba-PR.....	31
3.3 Programas de amparo à família social.....	33
4 QUEM SÃO ESTES PAIS SOCIAIS.....	37
4.1 Vaga para mãe social – Exemplo (1).....	40
4.2 Vaga para mãe social - Exemplo (2).....	41
5 CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS EM.....	46
 SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.....	46
6 UM OLHAR VYGOTSKYANO.....	50
6.1 Zona de desenvolvimento proximal: o alvo para.....	54
um desenvolvimento Significativo.....	54
7 METODOLOGIA.....	57

7.1 CONTEXTO DO ESTUDO.....	58
7.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	59
7.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	61
7.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	62
7.5 ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL COLETADO E.....	63
IDENTIFICAÇÃO DOS NÚCELOS DE SIGNIFICAÇÃO.....	63
8 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	64
8.1. Como me tornei mãe social.....	66
8.2 A mãe dos filhos dos outros.....	77
8.3 O diferente como desafio.....	81
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICE	
ANEXOS	

- PCdoB** - Partido do Socialismo
- PETI** - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- SESC** - Serviço Social do Comércio
- SIABRIGOS**- Sistema de Informações sobre a Criança e o Adolescente Abrigos
- SUAS** - Sistema Único de Assistência Social
- ULBRA** - Universidade Luterana do Brasil
- UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância
- ZDP** - Zona de Desenvolvimento Proximal

1 INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente ECA é um estatuto que trata de um universo específico vinculado ao tratamento social e legal que deve ser oferecido às crianças e adolescentes de nosso país. Este dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, sendo fruto da lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Conforme a própria Lei, caracteriza-se na condição de criança aquele de idade até doze anos incompletos, e adolescente aquele que estiver entre doze e dezoito anos de idade, ambos devem usufruir de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

O ECA estabelece que é dever da família, da sociedade em geral incluindo o poder público, assegurar com prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à educação, dentre outros, e principalmente à convivência familiar. O ECA deixa claro que cabe aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

No contexto brasileiro um número expressivo de crianças encontra-se acolhida em instituições (DURING, *et al* 2007 p.30; ERNESTO e ROSA, 2007 p. 37, *apud*, D'AROZ, 2008) Essas crianças e adolescentes contam, em sua maioria, com pais biológicos, mas não moram com seus pais. Em virtude de um processo judicial acabam sendo retiradas de sua família em função de situações de risco e podem ser inseridas em casas-lares, umas das alternativas de atendimento a essas crianças. As casas-lares são administradas por pais sociais, que junto aos seus filhos biológicos também recebem crianças e adolescentes órfãos, abandonados ou retirados de seus pais.

Este estudo visa a identificar a percepção de pais sociais sobre a educação de crianças em situação de vulnerabilidade social do Município de Curitiba. A justificativa desta pesquisa está na necessidade de entendimento de como as mães sociais percebem a sua profissão para a compreensão de sua complexidade e investimento futuro em atendimento de qualidade. A compreensão destas mães sociais sobre suas práticas deve evidenciar sua proximidade ou distanciamento de um entendimento favorável ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Por outro

lado, o estudo deve trazer indicativos da necessidade de intervenção junto a essas mães e pais sociais, no sentido do desenvolvimento sadio de crianças abrigadas.

Crianças e adolescentes órfãos têm muito mais facilidade de se encaixar em situações de pobreza e marginalidade do que crianças e adolescentes a quem não falta o cuidado e proteção dos pais (KALOUSTIAN e FERRARI, 2004). Compreende-se, por isso, que sociedades mais compassivas se preocupem em organizar instituições capazes de suprir, tanto quanto possível, a ausência dos pais e de proporcionar aos órfãos os cuidados e a proteção que lhes são devidos (HUTZ, 1996; KOLLER, 1996; BANDEIRA, 1996; RIZZINI, 2004; ROSENBERG, 1994; dentre outros).

De acordo com a LDB, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa (art. 1º, Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB). A educação é dever da família e do Estado (art. 2º, LDB), devendo ser assegurada a igualdade de condições, compreendendo padrão de qualidade e gratuidade do ensino público (art. 3º, LDB). Por isso a importância de enfatizar que a escola e a família social destas crianças e adolescentes órfãos devem trabalhar juntas, auxiliando assim o desenvolvimento do sujeito em questão.

No sentido de pensar na educação de crianças em situação de vulnerabilidade social, tendo como foco os pais sociais, parte-se de alguns estudos já realizados anteriormente com crianças e adolescentes abrigados (órfãos)¹ de Casas – Lar de Curitiba. Pelo fato da maioria destas crianças e adolescentes terem seus pais biológicos vivos, a nomenclatura órfãos acaba sendo contestada no significado genuíno da palavra.

Nos poucos estudos encontrados buscou-se averiguar quais as necessidades estabelecidas por tais sujeitos no que diz respeito a sua relação com a família na qual se encontram.

A família em uma casa-lar é composta de crianças acolhidas de ambos os sexos e de várias idades, em número não superior a dez, sob a responsabilidade de uma "mãe", "pai" ou "casal" social. Essas crianças são encaminhadas pelo Juizado

¹ A discussão em torno do termo órfão será realizada no capítulo 4.

da Infância e da Juventude ou pelos Conselhos Tutelares, assegurando assistência integral (alimentação, saúde, educação, lazer, esporte e atividades culturais).

A casa lar é um sistema de organização de instituições que abrigam crianças em situação de risco pessoal ou social ou abandono. O objetivo da estrutura de uma casa lar é garantir o direito da criança às necessidades básicas de educação, saúde, lazer e afeto por meio do convívio familiar substituto, denominado família social. A família social é composta, geralmente, por um casal social, que passa a morar na casa, com as crianças abrigadas. Essa casa deve ser preparada o mais próximo possível de um ambiente familiar, de uma casa convencional, com quartos, banheiros, o quarto do casal, sala, cozinha e área livre (quintal ou varanda). A mãe social ou o casal social terá como tarefa agregar afetivamente as crianças considerando atender para as dimensões afetivas, cognitivas e emocionais. Quanto ao número de crianças, essas são aproximadamente de oito a dez em cada casa, contando com os possíveis filhos biológicos do casal social. O ponto fundamental que distingue a casa lar do abrigo é a aproximação do proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2006) no que tange à sua organização que visa reproduzir um ambiente familiar, buscando um maior contato afetivo, com figuras de afeto constantes que residem na mesma casa (COMTIBA/FAS, 2012).

A partir do estudo de Biasoli-Alves (2004, *apud* PRATTA e SANTOS, 2007), observou-se que as necessidades apresentadas por estas crianças e adolescentes abrigados na sua relação com a família do abrigo, em sua maioria, são de atenção, de cuidado mais profundo, de diálogo, de afeto, de indicação de um caminho, dentre outros.

Em estudo anterior (RIBEIRO; STOLTZ, 2009) verificou-se as interações estabelecidas por adolescentes órfãos e não-órfãos com a família, a escola e os grupos sociais. Os participantes foram questionados sobre quais os problemas enfrentados na adolescência e qual o papel da família, da escola e dos grupos sociais na superação dos mesmos. Foi possível verificar que a maioria dos sujeitos sendo órfãos e não-órfãos, e de diferentes realidades sociais, levantou os mesmos problemas: a violência, o consumo de drogas e de bebidas alcoólicas. A grande diferença encontrada entre os dois grupos de adolescentes investigados está principalmente na não-consideração da família e da escola como podendo contribuir

para a superação dos problemas enfrentados na adolescência pelos órfãos. Os grupos sociais foram os que mais se destacaram na superação dos problemas dos adolescentes. A família e a escola tiveram pouco reconhecimento por parte dos adolescentes órfãos abrigados enquanto contribuindo para a superação de seus problemas.

Desta maneira percebe-se a importância do trabalho dos pais sociais estar comprometido com a realidade, não só objetiva, mas percebida pelo adolescente, e que tenha como objetivo auxiliá-lo a enfrentar seus problemas. A educação de crianças em situação de vulnerabilidade social, por pais sociais, apresenta-se como tema deste estudo, sendo o problema da pesquisa: Qual a percepção de mães sociais sobre a profissão que exercem?

Têm-se como pressupostos da pesquisa, que estas mães sociais:

- Não conhecem as necessidades educacionais de crianças em situação de vulnerabilidade social.
- Acreditam que basta o cuidado físico fundamental a qualquer ser humano (alimentação, higiene e descanso) e a educação escolar.
- Entendem o processo de educação das crianças e adolescentes abrigados, em situação de vulnerabilidade social, como atrelado ao senso comum.

O objetivo geral deste estudo é, portanto, o de identificar a percepção de mães sociais sobre a profissão que exercem.

De forma específica temos os seguintes objetivos:

- Realizar entrevistas com mães sociais, coordenadoras de casas-lares.
- Investigar, na literatura especializada, diferentes formas de conceber o cuidado e a prática educativa de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Este estudo compõe-se de nove capítulos e sub-tópicos na tentativa de refletir sobre a profissão de mães sociais e a maneira como estas lidam com o trabalho de cuidar/educar crianças e adolescentes que se encontram em situação de acolhimento. Esta reflexão também nos interroga o quanto a literatura nos auxilia nesta questão e o que nós pesquisadores estamos fazendo em nossa prática para auxiliar na educação e desenvolvimento destas crianças abrigadas.

2 O CONTEXTO DAS CASAS LARES E ABRIGOS DE CURITIBA E A SUA RELAÇÃO COM A ADOÇÃO

Ao tentar realizar a distinção entre o que é um abrigo e uma casa lar, nos deparamos com uma literatura que apresenta embaraços em realizar tal distinção, visto que muitos autores trabalham com o nome abrigo, mas incluindo-o nas características de uma casa lar e vice-versa. Sendo assim propõe-se uma diferenciação baseada na filosofia da instituição, e no caráter em que esta se inclui abrigo ou casa lar. Acaba-se percebendo um conflito entre os termos casas lares e abrigo por serem termos novos dentro da literatura. Muitos pesquisadores ainda estão tentando desvendar o que há realmente por trás de tais termos. Há a possibilidade de este termo estar relacionado à própria prática que cada um desempenha nas instituições em pauta, desde que seja verificada a diferença entre ambas, o que nos leva a pensar na necessidade de pesquisas voltadas para este tema. Em relação ao ECA, observa-se que:

O Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes pode ser oferecido em diferentes modalidades como: Abrigo Institucional para pequenos grupos, Casa Lar e Casa de Passagem. Independentemente da nomenclatura, todas estas modalidades de acolhimento constituem “programas de abrigo”². (CONANDA, 2008, p. 40).

Na definição dos termos casa lar e abrigo, estes são vistos como locais que realizam o acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade social. A grande maioria de crianças e adolescentes que se encontram acolhidos ou abrigados³ possui seus pais biológicos vivos, mas por vários motivos foram retirados de seus pais biológicos pelo Conselho Tutelar e Vara da Infância e da Juventude, e encontram-se no sistema de acolhimento em determinada casa-lar, (ECA BRASIL, 1990; CONANDA/CNAS, 2006; e RIZZINI, 2004;). Entende-se, assim, que a criança encontra-se acolhida por ter sido afetada por situações de grave risco à integridade física, psicológica, e sexual, e necessita ser acolhida em uma instituição específica (RIZZINI, 2004).

² Previsto no artigo 101 do ECA, inciso VII, devendo seguir os parâmetros do artigos 90, 91, 92, 93 e 94 (no que couber) da referida Lei.

³ Segundo a literatura, acolhidos e abrigados podem ser sinônimos.

O termo acolhimento tem sido utilizado para designar a medida de abrigo, segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, de autoria do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS (CONANDA/CNAS, 2006). Das várias medidas de acolhimento estabelecidas à crianças/adolescentes em situação de risco, a casa lar é uma das modalidades estabelecida por lei em 1987.

Os abrigos – orfanatos, educandários e casa lar são instituições responsáveis por zelar pela integridade física de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos desatendidos ou violados, seja por uma situação de abandono social, seja pelo risco pessoal a que foram expostos pela negligência de seus responsáveis. Estritamente, “abrigo” é uma medida de proteção especial prevista pelo ECA⁴, estas instituições devem prover o direito à convivência familiar e comunitária não sendo um dever exclusivo desta instituição, mas que também cabe ao Judiciário, Ministério Público, os conselhos tutelares, e ao próprio Poder Executivo. Ainda como previsto em Lei, o abrigo deve ser provisório, supondo que haja o retorno da criança para sua família de origem em um prazo mais breve possível.

Na realidade brasileira, contudo, não é o que percebemos. Há crianças que chegam a passar anos e anos em instituições, sem que haja o retorno para a sua família. Isso se deve ao fato de muitas crianças terem vínculo jurídico com a sua família de origem, o que atrasa a sua volta para a família biológica, e a instituição de um novo processo, o de adoção⁵. A palavra adotar vem do latim *adoptare* que significa escolher, perfilhar, dar o seu nome a, optar, ajuntar, desejar. Do ponto de vista jurídico

Adoção é um procedimento legal que consiste em transferir todos os direitos e deveres de pais biológicos para uma família substituta, conferindo para crianças/adolescentes todos os direitos e deveres de filho, quando e somente quando forem esgotados todos os recursos oferecidos para que a convivência com a família original seja mantida (AMB, 2007, p. 6).

⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, art. 101, parágrafo único). Medida provisória e excepcional.

⁵ De acordo com o ECA é uma medida excepcional e irrevogável e “atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive os sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo impedimentos matrimoniais”, segundo o Art. 41.

A adoção pode ser definida como a criação de um relacionamento afiliativo que envolve aspectos jurídicos, sociais e afetivos que a diferenciam da filiação biológica. Alguns autores, segundo Weber (2003), criticam o estigma que rodeia este assunto quando a associam à vulnerabilidade psicológica ou à filantropia dos pais adotantes. Tais ideias difundidas na sociedade foram observadas na pesquisa de Weber (2003) revelando que a adoção pode ter uma função instrumental de facilitar a realização do desejo parental de ter um filho biológico. Ou seja, os pais intencionam, por meio de uma criança adotiva, amenizar a ansiedade consequente das dificuldades de reprodução, e aumentar as chances de concepção. Por outro lado, pessoas imbuídas pela causa buscam a adoção pelo amor e, ao adotar uma criança, não a diferenciam, apenas adotam. Outros adotam impulsionados por razões solidárias como mostra uma das pesquisas de Weber (2003). Este tipo de adoção é mais comum nas famílias de menor poder aquisitivo e naquelas onde já existem filhos biológicos.

Nas inúmeras instituições brasileiras de acolhimento, bem como, em Curitiba e no Paraná, milhares de crianças e adolescentes aguardam adoção. Muitas das crianças sabem que dificilmente este dia chegará.

Com a Nova Lei Nacional de Adoção 12.010/2009, em vigor desde 01/11/2009, o tempo máximo permitido de acolhimento agora é de dois anos. A nova lei visa principalmente evitar o abandono e acelerar o processo de adoção por outras famílias. Sancionada pelo então presidente Lula em 08/2009, a lei prevê uma participação mais efetiva dos juízes, que agora deverão analisar a permanência de cada criança a cada seis meses (AMB, 2007, Artigo 19, p.5). Durante o período de dois anos as instituições de acolhimento devem fazer um relatório semestral sobre as crianças a ser enviado a um juiz, que vai decidir pela reintegração familiar ou pela adoção (AMB, AMP, 2007).

Ao mesmo tempo que a lei veio para contribuir e agilizar o retorno da criança para a sua família, trouxe outras preocupações. Se após os dois anos de acolhimento a criança não puder retornar para a família de origem, adotada ou ser cuidada por outra modalidade de acolhimento, que não deixa de ser outra instituição, para onde ela vai? Esta é a pergunta que ainda não tem resposta definitiva, apenas possibilidades que tem sido palco de muitas discussões entre os magistrados. E quanto a criança? No caso da Instituição de Acolhimento “Chácara Meninos de 4

Pinheiros”, cada caso é analisado cuidadosamente e a criança é sempre prioridade. Se ela não tem como retornar para a família em dois anos e não for adotada, ela fica na instituição aguardando uma solução para o seu caso, tanto que entre os 80 meninos acolhidos, muitos estão neste espaço a mais de 9 anos. Outros já cursaram a universidade e estão trabalhando e morando na instituição. Muitos deles, só saíram da instituição porque casaram.

Em caso de adoção, a nova lei determina algumas regras. Fica determinado, por exemplo, que irmãos sejam adotados em conjunto. O texto determina também que se dê preferência às adoções nacionais. Em casos de adoções internacionais, deve ser cumprido um período de convivência no Brasil de no mínimo 30 dias. O Cadastro Nacional de Adoção – CNA, de 2011, mostra que a realidade brasileira hoje é de 5.369 crianças, de 0 a 17 anos, em todo o Brasil. Desse total, 2.939 são meninos e 2.355 são meninas. A faixa etária com maior número de crianças disponíveis para adoção é 12 anos, com 456 registros. Mesmo com a visível diminuição de algumas preferências, os pretendentes ainda buscam crianças de faixa etária menor: 87,69% dos 28.988 pais adotivos querem uma criança de até 3 anos de idade.

Lançado em 29 de abril de 2008, o CNA auxilia os juízes das Varas da Infância e da Juventude na condução dos procedimentos de adoção. Ele agiliza os processos porque uniformiza as informações, permitindo que pretendentes de um estado possam adotar uma criança de outro estado. Ainda de acordo com os dados do cadastro, 84,41% dos candidatos manifestaram o desejo de adotar apenas uma criança e outros 15,41% disseram querer adotar duas ou três crianças.

São Paulo é o estado que lidera o ranking do CNA com 7.652 pretendentes cadastrados para 1.510 crianças, seguido do Rio Grande do Sul, com 4.367 pretendentes para 972 crianças. Minas Gerais é o terceiro estado da Federação com maior número de crianças cadastradas: são 536 para 3.360 pretendentes. Já o Paraná possui 3.839 pretendentes para 517 crianças aptas a serem adotadas. Desde que foi lançado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o CNA já contribuiu para que 197 crianças conseguissem um lar (AMB, 2009). O ECA, Art. 92), determina manter a autoridade judiciária informada sobre os casos em que o reatamento dos vínculos familiares é inviável ou impossível (ECA, Art. 94, inciso VI).

Para muitas famílias que desejam adotar, ainda há muita insegurança quando o assunto é adoção. Para os magistrados, a adoção se agrava quando as crianças têm mais de um ano de idade, são negras, tem irmãos na mesma situação ou com problemas de saúde. A procura maior é por meninas brancas de até seis meses. Meninos maiores de oito anos dificilmente são adotados e quando a adoção acontece, é adoção internacional, pois esta envolve menos exigências. A nova lei deve ter como objetivo facilitar a adoção das crianças e, sobretudo, evitar o abandono.

Mas quem pode adotar? Segundo o ECA, homens e mulheres, não importa o seu estado civil, desde que sejam maiores de 18 de idade, 16 anos mais velhos do que o adotado; se casados, devem ter uma união estável e oferecerem um ambiente familiar adequado. Pessoas solteiras, viúvas ou divorciadas, com modestas, mas estáveis condições socioeconômicas podem candidatar-se à adoção. Não podem adotar os avós e irmãos do adotando. Não podem, segundo a AMB, cartilha Adoção passo a passo (2007) e Novas Regras para a Adoção – guia comentado (2009), porque a criança já sofreu uma ruptura afetiva anterior e uma nova família, um ambiente acolhedor é fundamental nesta nova etapa, deve favorecer o estabelecimento de novos vínculos. Este ambiente deve ser adequado para a adoção, avaliado pela equipe psicossocial da Vara da Infância e da Juventude.

O ECA não faz qualquer referência à orientação sexual do adotante. A adoção será deferida desde que apresente reais vantagens para o adotando, fundamente-se em motivos legítimos e ofereça ambiente familiar favorável. As famílias homoafetivas podem adotar desde que respondam pelos critérios acima citados.

Para se candidatar à adoção, primeiramente, a pessoa deve se dirigir ao fórum de sua cidade ou região, com todos os documentos. Com as informações necessárias, o candidato será avaliado (a) e após análise e aprovação da documentação, entrevistas serão realizadas com a equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude, composta por profissionais da área da psicologia e do serviço social.

A família habilitada tem a guarda da criança, mas a sentença de adoção será lavrada pelo juiz após visitas domiciliares ou entrevistas realizadas por essa

equipe, por um tempo determinado caso a caso. Normalmente, ela se dá por um período em torno de um ano.

Todos os pais, adotivos ou biológicos, assumem riscos, criam expectativas e sonhos em relação aos filhos. Surpresas, dificuldades e decepções sempre poderão ocorrer, de ambas as partes. Diante das dificuldades encontradas, alguns pais adotivos experimentam a fantasia de devolvê-los. A ameaça de que a devolução possa efetivamente ocorrer, quando se torna freqüente no discurso dos pais adotivos, imprime na criança/adolescente uma reedição de sua vivência de abandono, trazendo dor e sofrimento a todos os envolvidos. Apesar da irrevogabilidade da sentença da adoção, a devolução da criança ou do adolescente é uma realidade em alguns contextos da adoção e compromete a continuidade do vínculo pais/filhos adotivos (AMB, 2007, p. 14).

No caso de adoção internacional, após estudo prévio e análise dos documentos enviados para Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA e Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional – CEJAI, um estágio de convivência entre adotando e adotado será observado. A adoção é para sempre. Segundo o ECA, a adoção é irrevogável, mas como qualquer pai, os adotivos estão sujeitos à perda do Poder Familiar. Os pais biológicos perdem seus direitos sobre a criança e a identidade da família que a adotou é mantida em sigilo.

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA foi instituída no Paraná pelo Decreto Judiciário 21/89. O Poder Judiciário Estadual, ciente de sua responsabilidade para com as crianças e adolescentes em estado de abandono, vem lhe emprestando decisivo apoio, garantindo sua consolidação e eficiência cada vez maior, de modo que possa ela cumprir com sua pioneira missão. Em perfeita consonância com o espírito do que estabelece o art. 227 da Constituição Federal e art. 52, do Estatuto da Criança e do Adolescente, busca a CEJA colocar a salvo nossas crianças e adolescentes adotáveis internacionalmente. O pretendente estrangeiro à adoção, com os dados e informações idôneas fornecidas no país de origem, requer sua habilitação perante a CEJA. Aprovado, após estudo pela Comissão, o candidato fica à disposição dos diferentes Juízos do Estado do Paraná e é chamado para adotar uma de nossas crianças ou adolescentes quando necessário e possível. A Comissão Estadual Judiciária de Adoção se presta, já que elege os superiores interesses da criança e do adolescente como sua atividade fim, a manter intercâmbio com órgãos e instituições internacionais idôneas, estabelecendo sistemas de controle e acompanhamento de estágios de convivência no exterior e realiza trabalhos de divulgação de projetos de adoção. Pretende-se, também, (...) criar mecanismos que não permitam a saída de crianças e adolescentes do Paraná, conduzidos previamente, considerados aptos para receber uma criança ou adolescente abandonado (Tribunal de Justiça do estado do Paraná, 2012).

Em 2007, a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB sensibilizou os juízes e lançou a campanha “Mude um Destino” para estimular as adoções em todo o Brasil. O lançamento aconteceu em Curitiba mudando o destino de mais de 1000 crianças. Mas nem sempre a disponibilização para adoção e de uma nova família é a única alternativa para crianças em situação de risco. Os programas governamentais com “famílias acolhedoras” tem sido os meios mais adotados, a adoção é pensada em última instância.

Família acolhedora é a nomenclatura dada à família que participa de um Programa de Famílias Acolhedoras, que recebem crianças e adolescentes sob sua guarda, de forma temporária, até a reintegração da criança ou do adolescente à família de origem ou o seu encaminhamento para família substituta. Pode também ser denominada “família de apoio”, “família cuidadora”, “família solidária” ou “família guardiã”. O Programa de Famílias Acolhedoras é uma modalidade de atendimento que oferece acolhimento na residência de famílias cadastradas, selecionadas, capacitadas e acompanhadas para receber crianças e/ou adolescentes com medida de proteção que necessitem de acolhimento fora da família de origem até que seja possível sua reintegração familiar ou seu encaminhamento para família substituta. Neste caso, os cuidadores/educadores não são entendidos como pais sociais, mas como cuidadores.

Quando se decide por uma família acolhedora como modalidade de acolhimento antes da adoção ou reintegração na família de origem, é porque a criança fora da instituição terá um atendimento diferenciado, com menos crianças ou nenhuma, priorizando o cuidado. Por mais que se tente aproximar a instituição a um ambiente familiar, não é a mesma coisa. O ambiente na casa de uma família acolhedora deve possibilitar atenção individualizada e convivência comunitária até que seja possível a reintegração familiar ou o encaminhamento para a adoção. Neste caso, a família acolhedora é voluntária, não recebe remuneração pelos seus serviços, podendo receber auxílio material na forma de gêneros alimentícios, vestimenta, material escolar, remédios ou subsídios financeiros de acordo com a lei. Neste último caso, o mesmo não deve ter caráter remuneratório, e seu uso deverá ser centrado em suprir os gastos recorrentes da manutenção da criança e do adolescente. Possui como pressuposto um mandato formal, um tempo de guarda provisória fixada judicialmente e requerida pelo programa de atendimento

ao juiz desde que habilitada. A família acolhedora não deve ser confundida como família adotiva. Se houver interesse pela adoção, uma equipe de profissionais qualificados farão uma avaliação minuciosa de cada caso, encaminhando para os critérios finais previstos para a adoção. (CONANDA/CNAS, 2008).

Diferente da família acolhedora, os pais sociais cuidam em uma única casa, entre 8 e 12 crianças e ou adolescentes, sem distinção de idade, gênero ou etnia. Pais sociais são cuidadores/educadores residentes nas instituições de acolhimento quando a modalidade é a casa-lar (WEBER, 1996, 2001, 2004). Neste caso uma pessoa ou um casal trabalha e reside na casa que não é sua. Recebe remuneração pelos serviços prestados e, se tiver filhos biológicos, em alguns casos, estes filhos residem junto com os acolhidos não devendo haver distinção no cuidado e tratamento. Além do cuidado com as crianças, esta pessoa é responsável pela organização da rotina da casa, das decisões relativas a tudo o que acontece nela e deve, ao tomar qualquer decisão, envolver os acolhidos para que se reconheçam como parte integrante do grupo, com direitos e deveres. Em qualquer modalidade de acolhimento, quem cuida não pode apossar-se das crianças, desvalorizar e competir com a família de origem ou substituta ou outras modalidades de cuidadores. Observações feitas pelo CONANDA/CNAS (2008) ao longo dos anos apontam para um repensar a função de pais sociais e recomendam a substituição do termo largamente utilizado “mãe/pai social” por “cuidador/educador residente” como modo de evitar ambiguidade de papéis nas instituições. O papel de cuidado da criança e do adolescente deveria ser dos pais biológicos, mas na falta destes, na falta e ineficiência das políticas públicas de atendimento tanto às famílias quanto aos filhos acolhidos, dever-se-ia priorizar sempre, independente da modalidade, a criança e o adolescente em todas as suas dimensões.

3 CASA LAR: QUE LAR É ESTE

Nesta modalidade, o atendimento é oferecido em unidades residenciais, nas quais um cuidador⁶ residente se responsabiliza pelos cuidados de até dez crianças e/ou adolescentes, devendo para tal receber supervisão técnica. As casas lares têm a estrutura de residências privadas, podendo estar distribuídas tanto em terrenos comuns, quanto inseridas, separadamente, em bairros residenciais.

Estudos sobre o atendimento massificado a crianças e adolescentes realizados em instituições que recebem grande número de abrigados, têm revelado os custos pessoais que tal situação acarreta: carência afetiva, dificuldade para o estabelecimento de vínculos, baixa auto-estima, atrasos no desenvolvimento psicomotor e pouca familiaridade com rotinas familiares (SILVA, 2005; AQUINO, 2005). Esses aspectos, se vivenciados em longo prazo, além de estarem violando os direitos destas crianças, acabam deixando marcas irreversíveis na vida destas crianças, que acabam não desenvolvendo o sentimento de pertencimento e enfrentam dificuldades para lidar com a convivência com outros.

O risco social é caracterizado como um condicionamento de ordem psicossocial e não como um fator pessoal. Sendo assim, é considerado como uma situação de desvantagem social, que condiciona as diversas situações de ordem interna e externa nas quais a criança está envolvida na rotina de sua vida diária: situações de ordem interna provocadas por dificuldades psíquicas, físicas, relacionais; de ordem externa pela falta de recursos familiares, comunitários e pela própria escola na qual coexistem situações específicas ligadas à pobreza, ao abuso de drogas, à discriminação racial e étnica, etc. (WAXMAN, 1992, p. 32 *apud* CALIMAN, 2006, p. 64).

A instituição casa lar deve oferecer o fortalecimento e a manutenção dos vínculos afetivos entre os acolhidos.

Na literatura específica, a nomenclatura casa-lar apresenta-se definida de modo impreciso, visto que é um tema que vem sendo pouco tratado pela academia e pelas instituições públicas. Segundo a Lei nº. 7.644 de 1987, Art. 3º a unidade residencial deve estar sob responsabilidade de mãe social que abrigue até 10 (dez) crianças menores. Ainda no artigo 3º, p. 37, é estabelecido para a casa lar:

⁶ O pai ou a mãe social.

§ 1º - As casas lares serão isoladas, formando, quando agrupadas, uma aldeia assistencial ou vila de menores.

§ 2º - A instituição fixará os limites de idade em que os menores ficarão sujeitos às casas lares.

§ 3º - Para os efeitos dos benefícios previdenciários, os menores residentes nas casas lares e nas Casas da Juventude são considerados dependentes da mãe social a que foram confiados pela instituição empregadora.

De igual forma, a referida lei preceitua em seu artigo 1º (p. 15) que:

As instituições sem finalidade lucrativa, ou de utilidade pública de assistência ao menor abandonado, e que funcionem pelo sistema de casas-lares, utilizarão mães-sociais visando a propiciar ao menor as condições familiares ideais ao seu desenvolvimento e reintegração social.

Nos termos da documentação, a entidade conhecida como a casa lar tem como finalidade resgatar o ambiente familiar, substituindo a família original das crianças em situação de abandono, oferecendo-lhes a oportunidade de uma convivência afetiva equilibrada e saudável, condição indispensável ao seu pleno desenvolvimento, que por vezes havia sido colocado em risco em momentos anteriores, mas que agora deve ser preservado.

Atualmente, segundo Pereira e Costa (2004), a casa-lar seria a alternativa mais comum de acolhimento, já que é a mais apropriada para oferecer atendimento individualizado, como preconiza o ECA (1990), mas que vem mostrando falhas na recomendação acima, fazendo com que as instituições de abrigo sejam alvo de estudos (CARVALHO, 2002; MARCÍLIO, 1998; RIZZINI; RIZZINI, 2004; SILVA, 2004; WEBER; KOSSOBUDZKI, 1996).

A respeito das mudanças na realidade das instituições de acolhimento, pesquisadores brasileiros mantêm seu interesse em investigar os inúmeros fatores que fazem parte deste contexto, desde as questões sobre o seu funcionamento, até aquelas referentes ao desenvolvimento de seus integrantes, suas percepções de família, da vivência institucional, entre outros (CASSOL; DE ANTONI, 2006; CAVALCANTE; BRITO; MAGALHÃES, 2005; CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007b; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006; D'ARÓZ, 2008; YUNES; MIRANDA; CUELLO, 2004). Primordialmente, os efeitos da institucionalização sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes constituem-se foco de investigação.

Porém, os estudos brasileiros nessa área ainda são escassos, se comparados a outros contextos de desenvolvimento, como a família e a escola.

A realidade dos abrigos brasileiros mostra que são instituições que, em princípio, deveriam ter função temporária, porém tornam-se a moradia permanente de muitas crianças, à espera do retorno ao meio familiar ou da adoção. Esta constatação é relevante, quando se pensa nas possibilidades e consequências para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente que se encontra nessa situação. Afinal, ao perder o caráter temporário, a instituição passa a participar da construção da identidade, da auto-estima e da aquisição de competências cognitivas, psicológicas e sociais da criança e do adolescente.

Entende-se a necessidade de perceber a importância que o acolhimento institucional desempenha para crianças e adolescentes e a maneira como este vem sendo tratado na literatura científica. Observa-se escassa preocupação com o tema, dando a entender que é quase imperceptível na sociedade. A falta de atenção para com estas instituições é tão grande e visível e se expressa, por exemplo, na falta de distinção entre os termos abrigo e casa-lar. A própria Lei acaba igualando as atividades exercidas por ambos, mas na prática elas ocorrem de maneiras diferentes, pois em muitos abrigos os profissionais que trabalham são educadores,⁷ já os profissionais que trabalham em casas-lares são pais sociais⁸, ou seja, já é nítida a diferença entre um e outro e pensar sobre o que acontece na rotina de cada um é ainda mais relevante.

Há, assim, uma enorme necessidade de dar identidade para esta instituição, pois está se lidando com crianças que já sofreram muito, apresentam desordens de diferentes âmbitos e, principalmente, cada criança deve ter a sua singularidade

⁷ São profissionais que recebem uma formação para desempenharem tais funções. Segundo A. Petrus, (1993, p.206), o educador social deveria reunir as seguintes qualidades:

- 1- Detectar e analisar os problemas sociais e suas causas;
- 2- Orientação e de relação institucional;
- 3- Diálogo com os educandos;
- 4- Função reeducativa no sentido mais amplo;
- 5- Organização e participação da vida cotidiana e comunitária;
- 6- Animar os grupos comunitários;
- 7- Promoção de atividades socioculturais;
- 8- Formar, informar e orientar a comunidade escolar;
- 9- Função docente social;
- 10- Função econômica e profissional.

⁸ Profissionais que atendem crianças e adolescentes acolhidos em casas-lares. Não encontramos relatos na literatura de uma formação específica para exercer a profissão de pais sociais.

respeitada. Colocá-las num lugar ambíguo, sem identidade estabelecida, de nada vai lhe ajudar, pelo contrário, ou ela continua na mesma, ou ela vai encaminhando seu desenvolvimento de modo cada vez menos satisfatório. Vejamos como se dá formalmente a instituição das casas lares.

Em Curitiba-Paraná, todas as modalidades de instituições de acolhimento são registradas, atendidas e mantidas financeiramente pela Fundação de Ação Social FAS em constante diálogo com as outras esferas públicas, sendo uma delas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMTIBA. Algumas instituições recebem ajuda financeira também de outros colaboradores internos e externos. São entidades, sem fins lucrativos que promovem a execução de programas de proteção e socioeducativos, destinados a crianças e adolescentes em conformidade com a Resolução 71/2001. Neste espaço, recebem todas as orientações necessárias por profissionais de diversas áreas desde o cadastramento das instituições, apoio jurídico, social e psicológico previstos na lei. Para a Fundação de Ação Social - FAS, cada modalidade de instituição foi pensada e estruturada para atender às necessidades tanto da criança e do adolescente quanto da sua família em todas as dimensões, assim definidas:

1. *Acolhimento de permanência breve* - para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, com possibilidade de retorno breve à família ou encaminhamento para outras modalidades de acolhimento. Tem como opções também:

Albergue - espaço onde crianças e adolescentes em situação de rua participam de atividades educativas e recreativas, têm pernoite e acesso a serviços de orientação e atenção emergencial.

Casa de Passagem - abrigo emergencial e provisório, com serviços de inclusão na rede socioassistencial, encaminhamentos para a Saúde, Educação e outros serviços. O atendimento inicial visa viabilizar o retorno imediato às famílias de origem, ou encaminhamento a outros serviços de abrigamento. Para este atendimento, a FAS mantém cinco instituições.

Comunidade Terapêutica - atende usuários e ou dependentes de substâncias psicoativas em ações socioterapêuticas de tratamento e recuperação.

2. *Acolhimento de permanência continuada* - adotado quando não é possível o retorno familiar em curto prazo. Buscam-se ainda, outras opções como as apresentadas a seguir.

Berçário - acolhimento preferencial para crianças de zero a dois anos.

Casa Lar ou Casa de Apoio - com estrutura e rotina de uma residência, sob a responsabilidade de 'pais sociais' e/ou educadores sociais. Atende pequenos grupos, em média dez entre crianças e adolescentes. As casas de apoio atende na mesma modalidade.

República - espaço preparado para o acolhimento de adolescentes, com foco na construção de sua autonomia e autogestão para a vida adulta. Em Curitiba há três espaços nesta modalidade (FAS,2006).

Para a modalidade casa lar é necessário também um projeto político pedagógico e uma equipe mínima de profissionais composta de: 01 coordenador. 02 profissionais (equipe técnica) – ambos para o atendimento a até 20 crianças e adolescentes em até 03 casas-lares. 01 educador/cuidador residente para até 10 usuários. 01 auxiliar de educador/cuidador residente para até 10 usuários, por turno.

Em Curitiba, as instituições de acolhimento, modalidade – abrigo e casa lar são mantidos pela FAS e outras esferas públicas em diversos bairros de Curitiba e região Metropolitana, totalizando 46 espaços, além dos albergues.

Trabalhos publicados por IPEA (2004), Rizzini e Rizzini (2004), SAS (2004) e UNICEF (2005) consideram que o abrigo funciona como instrumento da política social, quando oferece assistência à criança que se encontra sem os meios necessários à sobrevivência (moradia, alimentação, atenção à saúde e educação), ou mesmo diante da incapacidade dos pais e/ou responsáveis para cumprir com as obrigações de guarda e sustento dos filhos, por um tempo determinado ou de maneira definitiva.

Em várias publicações recentes, a institucionalização de crianças é reconhecida como uma prática recorrente na história da sociedade brasileira e que contribuiu em muito para consolidar uma cultura política que valoriza o cuidado e a educação dos filhos por terceiros, conforme demonstram Bernal (2004), Carvalho (2002), Marcílio (1998), Motta (2001), Parreira e Justo (2005), Rizzini e Rizzini (2004), Trindade (1999), Venâncio (1999) e Weber e Kossobudzki (1996).

Modalidades de acolhimento denominadas abrigo e casa-lar também são comuns principalmente em países da Europa, em menor número comparado ao Brasil, mas com propostas semelhantes como a casa-lar “Ajuda de Berço” na cidade de Lisboa, Portugal.

A Ajuda de Berço é um centro de acolhimento para bebês dos 0 aos 3 anos de idade em situação de risco ou abandono. Foi fundada em 1998 e começou a receber bebês em Janeiro de 1999. Desde essa altura recebeu cerca de 60 bebês, dos quais 40 já foram entregues novamente às suas famílias biológicas ou a famílias de adoção. A capacidade de alojamento é de 20 bebês, num espaço situado na Quinta da Cabrinha e cedido pela Câmara Municipal de Lisboa. Tem um grupo de cerca de 100 voluntários e 30 funcionários onde se inclui a equipa técnica, educadora, auxiliares de educação, cozinheira e auxiliares de limpeza. Trabalha em articulação directa com o Tribunal de Família e crianças do qual recebe orientação para o encaminhamento das crianças. É mantida por órgãos públicos, pelo apoio do Banco Alimentar contra a Fome e por donativos de particulares.

Portanto, como já exposto, não há diferença na lei entre abrigo e casa-lar. A diferença está nas atividades que desempenham, que precisam ser melhor investigadas.

3.1 Abrigo e casa lar: experiências Curitibaanas

*‘É bom ser criança,
Ter de todos atenção. Da mamãe carinho, Do papai a proteção.
É tão bom se divertir E não ter que trabalhar.
Só comer, crescer, dormir, brincar.
É bom ser criança,
Ter amigos de montão.*

*Fazer cross saltando,
Tirando as rodas do chão.
Soltar pipas lá no céu, Deslizar sobre patins.*

.....
Bem que isso podia nunca mais ter fim”.

Toquinho

As crianças e os adolescentes acolhidos também só queriam ser crianças, poder comer, dormir, brincar e crescer amadas. Experiências em instituições de acolhimento em Curitiba-PR, revelam que este desejo de criança pode ser concretizado se cada um contribuir com alguma coisa. Vejamos alguns exemplos.

3.1.1 Uma Chácara de Meninos

Figura 1: Chácara Meninos de Quatro Pinheiros.



Fonte: Arquivo de fotos da Chácara Meninos de Quatro Pinheiros.

Criada oficialmente em 1991, a Chácara Meninos de Quatro Pinheiros é uma Instituição de Acolhimento/abrigo e desenvolve um trabalho com crianças e adolescentes há aproximadamente 20 anos. Na sua concepção social, a criança e o adolescente têm uma posição central (e não marginal) enquanto cidadão com direitos e deveres. Atualmente, acolhe 80 meninos com idades compreendidas entre 7 e 18 anos, sendo sua permanência livre, ficando restrita apenas após completar 18 anos. Neste caso, são encaminhados para suas famílias de origem ou aos órgãos de proteção para serem encaminhados a outra forma de moradia.

A Chácara Meninos de Quatro Pinheiros possui, atualmente, 04 casas lar localizadas na zona rural, região metropolitana de Curitiba-PR, em uma área onde os meninos possam contemplar a natureza e ficar distantes das drogas. A distância ajuda a suportar melhor as crises de abstinência, ampliando as chances de superar o vício.

As crianças e os adolescentes são acompanhados por uma equipe multidisciplinar composta por dois coordenadores, uma assistente social, uma pedagoga, um psicólogo, uma terapeuta familiar, trinta e um educadores sociais e oito auxiliares. Da equipe de educadores, cinco deles foram adolescentes acolhidos e hoje se transformaram em educadores das crianças. Embora a instituição tenha quatro casas lar, não atende pelo sistema de pais sociais, as casas-lares têm a mesma proposta de possibilitar um ambiente mais próximo possível do ambiente familiar, mas não têm a mesma dinâmica de uma casa-lar como as que aparecem nesta modalidade.

Respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990, 2000), a educação formal é a principal exigência para permanecer na instituição, seguida da participação em atividades pedagógicas e formação profissional. As regras e limites da convivência são decididos por todos. A instituição desenvolve projetos com o objetivo de possibilitar aos acolhidos acesso a cultura, lazer, formas de geração de renda e para qualificar os adolescentes.

A instituição de Acolhimento é mantida por convênios que envolvem as prefeituras municipais, esferas públicas, ministério público, FAS, FIA, COMTIBA, empresas privadas, doações voluntárias internas e externas.

As 80 crianças e adolescentes acolhidas foram encaminhados pelos Conselhos Tutelares e Vara da Infância e da Juventude de Curitiba-PR e Região Metropolitana. Todo o trabalho está calcado numa proposta pedagógica avançada de acordo com os quatro pilares da Unesco: aprender a ser; aprender a conviver; aprender a aprender; aprender a fazer (DELORS, 2005) e um quinto pilar, aprender a sonhar indicado por Asinelli-Luz (2007 *apud* DÜRING, *et al*, 2007). Sonhar permite aos acolhidos reforçar as possibilidades de virem a realizar os desejos mais distantes. É com a ideia de que sonhar só é só um sonho, mas quando se sonha junto torna-se realidade, que a instituição vem desde então construindo a sua história.

3.1.2 Isa - Lar Infantil Sol Amigo

Outro exemplo de instituição de acolhimento é a Isa – Lar Infantil Sol Amigo.

Figura 2: Isa – Lar Infantil Sol Amigo.



Fonte: <http://www.larlisa.com.br/>; Acessado em 23/03/2012.

No segundo semestre de 1997, mais especificamente no dia 25 de novembro, o casal Antonio Augusto e Marta Ortiz, fruto da formação, visão e autocrítica tiveram a certeza de que por menor que fosse também eram responsáveis pelo abandono de tantas crianças em nosso país. Ao mesmo tempo em que se sentiam bons pais e filhos de pais melhores ainda, muito pouco tinham feito para socorrer aos que não tiveram a mesma sorte. Convencidos de que tendência não é destino e de que a omissão é também uma forma de abandono, resolveram tomar uma atitude e fundaram o Lisa – Lar Infantil Sol Amigo, numa homenagem a uma amiga recém falecida.

Com o objetivo principal de abrigar em casas lares crianças em risco pessoal e/ou social, preferencialmente irmãos, evitando assim a separação de grupo de irmãos, algo inovador, ou ainda o atendimento a família de acolhidos objetivando a reintegração familiar, o sonho deste casal começa a trilhar os primeiros passos.

Com a ajuda de amigos, voluntários das esferas públicas, médicas, educacionais, comunitárias, o sonho de Antônio e Marta foi aos poucos sendo realizado. Em março de 1999 chegaram as primeiras crianças e, com elas, o desejo de possibilitar a muitas crianças um lar de verdade. Se passaram 2 anos, e a casa passou a operar com capacidade plena de atendimento, qual seja de 27 crianças com idades de ingresso de 0 a 7 anos. Hoje perfeitamente consolidado com parcerias que garantem desde o total e completo atendimento médico e dentário ao lazer, em 2004 ampliou o trabalho com a construção de mais uma unidade que funciona como sede e conseguiu em 2006, a ampliação do trabalho com a construção de um depósito para coleta e seleção de doações.

Hoje reúne, entre voluntários ativos e voluntários doadores, perto de 300 pessoas, por encarnar um espírito criativo com geração de receitas absolutamente fora dos padrões tradicionais, onde o poder público representa menos da metade da receita e na construção de parcerias e fundamentação teórica de operação, além de encarnar força e perseverança na superação de obstáculos.

A “Isa Lar Infantil Sol Amigo” é composta por 3 casas-lares, uma casa escola, um almoxarifado, uma capelinha ecumênica. São agregados de 9 a 10 crianças por casa, pela qual responde pelos seus cuidados, um casal, mãe e pai social. Além do casal de pais sociais, uma equipe técnica composta de uma coordenadora, uma psicóloga, uma assistente social, uma pedagoga, tres auxiliares, uma folguista. Esta proposta foi pensada para reproduzir um ambiente familiar e acolhedor. As crianças quando autorizadas recebem visitas da família, de amigos, dos padrinhos afetivos, colaboradores, pretendentes para adoção e demais visitantes. Marta e Antônio têm hoje a certeza de que sonhar e tornar sonho realidade é possível e quem agradece são as 30 crianças acolhidas

3.2 Casas lares: entidades sociais parceiras de Curitiba –PR

Na sequência apresentam-se as instituições que contam com casas-lares no Município de Curitiba.

Quadro 1- Entidades sociais parceiras de Curitiba.

REGIONAL DA BOA VISTA	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Centro de Reintegração Social – Batalhão da última hora – CRESBH • Associação Cristão de Assistência Social – ACRIDAS – Berçário. • Unidade Aldeia/ casa-lar • Comunidade Hermon • Fundação Presbiteriana de Curitiba • Lar Batista Esperança – LBE, 02,06,07,09 • Casa lar Missão SOS Vida • Casa lar Voicer For Change
REGIONAL BOQUEIRÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência e Promoção Social Exército da Salvação • Clube das Acácias Unidas • Instituição Adventista Sul Brasileira de educação e Assistência Social.
REGIONAL CAJURÚ	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Casa Beneficiente Encontro com Deus • Associação Lar Moisés • Fundação Iniciativa • Lar Batista Esperança – LBE casa 3 • Casa Lar Turminha de Jesus
REGIONAL MATRIZ	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Casa do Pai – casa 01,02 • Lar Batista Esperança – LBE Berçario - casa 01
REGIONAL PINHEIRINHO	<ul style="list-style-type: none"> • Lar o Bom Caminho – berçário
REGIONAL PORTÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Curitibana dos Órfãos da AIDS – ACOA – Casa de Apoio Morada do Sol • Berçario Menino Jesus • Casa Maternal Dona Paula • Associação Lar Criançaarteira – casa 01,02 • Casa de Apoio Alegria de Viver • Pequeno Cotelengo do Paraná- Casa Apoio
REGIONAL SANTA FELICIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Casa Lar Hai Abi Hai • Casa Lar Dona Vera – casa - 01,02 • Casa de apoio para Adolescentes – APA • Lar das Meninas Jardim Pinheiros • Lar Amor Real – casa lar 01,02 • Lar Infantil Sol Amigo – LISA Casa lar 01,02,03 • Lar Antônia – Pia União Santo Antônio – berçario • Casa Lar Hermínia Lupion • Casa Lar Associação de Pais e Amigos dos Exepcionais – APAE

Fonte: FAS – www.fas.org.br A lista completa destes espaços encontra-se em anexo.

Para este estudo, foram investigadas três instituições do tipo casa lar e seis mães sociais de diferentes casas lares. Na **ACRIDAS – Berçário e Unidade Aldeia/casa lar** foram investigadas duas mães sociais; outras duas mães sociais participantes do estudo estão ligadas à instituição **Isa Lar Sol Infantil** e duas mães sociais do **Lar Dona Vera**. Estas instituições estão localizadas em Curitiba-Paraná.

Pode-se observar que Curitiba conta com um número significativo de casas lares e, conseqüentemente, de pais sociais. Neste sentido, torna-se fundamental conhecer a realidade destes responsáveis por crianças e adolescentes nesta modalidade de acolhimento.

3.3 Programas de amparo à família social

Ao apresentar as características de uma casa-lar, surge a necessidade de verificar se esta recebe apoio e, se recebe, como este se dá. Destaca-se a importância de receber o apoio que vem das redes de proteção a crianças e adolescentes, na maioria das vezes, mas conta também com outras instituições que se preocupam com o seu patrocínio.

O programa de amparo à família social caracteriza-se como um serviço que organiza o acolhimento, na residência de famílias sociais, de crianças e adolescentes afastados da família de origem, mediante medida de proteção. Representa uma modalidade de atendimento que visa a oferecer proteção integral às crianças e aos adolescentes até que seja possível a reintegração familiar. Tal programa prevê metodologia de funcionamento que contemple⁹:

- Mobilização, cadastramento, seleção, capacitação, acompanhamento e supervisão das famílias acolhedoras por uma equipe multiprofissional;
- Acompanhamento psicossocial das famílias de origem, com vistas à reintegração familiar;
- Articulação com a rede serviços, com a Justiça da Infância e da Juventude e com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos.

Segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária:

⁹ ECA BRASIL, 1990.

Ressalta-se que este Programa não deve ser confundido com a adoção. Trata-se de um serviço de acolhimento provisório, até que seja viabilizada uma solução de caráter permanente para a criança ou adolescente – reintegração familiar ou, excepcionalmente, adoção. É uma modalidade de acolhimento diferenciada, que não se enquadra no conceito de abrigo em entidade, nem no de colocação em família substituta, no sentido estrito. As famílias acolhedoras estão vinculadas a um Programa, que as seleciona, prepara e acompanha para o acolhimento de crianças ou adolescentes indicados pelo Programa.(2008, p. 42).

Fica claro que, ao mesmo tempo em que há a cobrança em relação ao que deve ser seguido, esta cobrança passa a ser amenizada com base em um discurso que afirma ser provisório o período das crianças no acolhimento, o que tira a sua culpa de cumprir com todos os deveres, deixando várias falhas na prática destes, ou seja, em pouco tempo de acolhimento, pouca coisa pode ser feita. Um raciocínio totalmente equivocado que gera a grande confusão na organização, deixando margem para o entendimento de que não pode haver a exigência de uma metodologia para o funcionamento da instituição. Esta situação acaba prejudicando quem mais precisa, no caso, as crianças acolhidas. Dentro destes programas apresentados pelo governo destacam-se os seguintes objetivos da família social:

- Cuidado individualizado da criança ou do adolescente, proporcionado pelo atendimento em ambiente familiar;
- A preservação do vínculo e do contato da criança e do adolescente com a sua família de origem, salvo determinação judicial em contrário;
- O fortalecimento dos vínculos comunitários da criança e do adolescente, favorecendo o contato com a comunidade e a utilização da rede de serviços disponíveis;
- A preservação da história da criança ou do adolescente, contando com registros e
- Registrar o acolhimento com fotografias inclusive com a família acolhedora;
- Preparação da criança e do adolescente para o desligamento e retorno à família de origem, bem como desta última para o mesmo.
- Permanente comunicação com a Justiça da Infância e da Juventude, informando à autoridade judiciária sobre a situação das crianças e adolescentes atendidos e de suas famílias;

Em Curitiba, o atendimento social às famílias é executado nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, Unidades de Atendimento vinculadas e entidades conveniadas, com serviços de proteção sociofamiliar. O público é formado por famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, usuários da assistência social, dos quais muitos são beneficiários de programas de transferência de renda. As equipes de profissionais dos CRAS atuam de forma integrada e articulada com a rede de proteção socioassistencial, formada por políticas públicas e organizações não governamentais.

Os procedimentos, e orientações técnicas, que normatizam sua atuação estão detalhados no Protocolo de Gestão dos Centros de Referência da Assistência Social de Curitiba. Conta também, com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, nos Serviços de Proteção Social Especial, a segurança às populações em situação de risco pessoal e social. O acolhimento é um serviço de alta complexidade de caráter transitório, onde as pessoas - vítimas de violência e com direitos violados ou ameaçados - são acolhidas com atendimento integral. Direitos são violados ou ameaçados nos casos de abandono, maus tratos, negligência, quebra ou suspensão momentânea do vínculo familiar e comunitário. O objetivo é proporcionar proteção integral aos indivíduos em situação de risco, assegurar seus direitos, restabelecer vínculos e referências familiares e comunitários, e promover a inclusão social. Conta-se em Curitiba com 18 unidades conveniadas de atendimento social às famílias (FAS, 2012).

Os recursos humanos compõem equipes multidisciplinares de servidores da FAS, ou profissionais disponibilizados por convênios, como no caso de serviços prestados por entidades sociais. O apoio da comunidade e de voluntários enriquece os serviços executados.

São objetivos propostos, mas que na prática não ocorrem de fato, devido à dinâmica que têm uma casa-lar e também pela precária formação do profissional que está à frente deste trabalho, o qual deveria ter um nível alto de exigência.

Sobretudo, falta estratégia de coordenação das várias atividades desenvolvidas com os demais programas, serviços e autoridades públicas que compõem a “organização de proteção” aos direitos infanto-juvenis, que poderiam (e deveriam) contribuir para a promoção efetiva da convivência familiar e comunitária daqueles que vivem nessas casas-lares. A prática destas instituições está ligada à

falta de sua integração com os demais atores da rede de atendimento, o que dificulta em muito a realização de suas atividades em consonância com os princípios do ECA.

4 QUEM SÃO ESTES PAIS SOCIAIS

A idéia de mãe-social nasceu em 1949, com o austríaco Hermann Gmeiner¹⁰, e tinha como objetivo acolher crianças órfãs, vítimas da Segunda Guerra Mundial. “Naquela época, as mães-sociais eram viúvas de guerra e o trabalho era voluntário”, (ALDEIA SOS, 2009, p. 2)¹¹. Esta autora observa que, com o passar do tempo, o campo de atuação foi ampliado, passando a ter programas para famílias, comunidades, defesa de direitos, centros médicos e ações voltadas à saúde e nutrição. Volner salienta que:

O projeto ganhou proporção mundial e, atualmente, ajuda mais de 322 mil pessoas nas 1355 unidades de acolhimento e fortalecimento familiar e comunitário pelo mundo todo. No Brasil, o trabalho foi iniciado a 62 anos, de 1700 crianças e jovens vivem no acolhimento, sob os cuidados de mais de 250 mães sociais. (ALDEIA SOS, 2009, p. 2).

O projeto de mães sociais fundou-se nos brasileiros de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, entre outros, com o passar do tempo foi sofrendo alterações. A partir de 2001 este projeto passou a ter como nome Trevo de Quatro Folhas e concentrou-se na finalidade das chamadas mães sociais: mulheres da própria comunidade, que tinham a função de acompanhar mães e crianças em situação de risco e sem o apoio da família. Estas mães sociais recebiam capacitação como cuidadoras nas residências ou hospitais e trabalhavam para promover a saúde, prevenir complicações e partos prematuros, além de darem apoio à amamentação e trabalharem pelo fortalecimento da autoestima das mulheres e dos vínculos familiares. Este trabalho iniciou-se com mães carentes que não tinham com quem deixar seus filhos quando davam à luz a outro bebê.

Podemos dizer que o objetivo no início era um, porém devido à forma como foi administrado pelas devidas instituições que patrocina estas casas lar, foi perdendo o sentido pelo qual veio a ser planejado. O fato desta administração se

¹⁰ Hermann Gmeiner nasceu em 1919 em Vorarlberg, Áustria, numa família de camponeses. Sua mãe morreu quando ele tinha 5 anos, e sua irmã mais velha ficou responsável por sua criação e de seus irmãos. Ele estudou medicina e exerceu a profissão por alguns anos. Aos 30 anos fundou a primeira Aldeia Infantil SOS, e em pouco tempo passou a dedicar-se totalmente à causa da infância. Dirigiu a SOS Kinderdorf International até sua morte, em 1986, sempre incentivando a criação de novas unidades e projetos, bem como a inovação pedagógica.

¹¹ Fernanda Volner é gerente de comunicação das Aldeias Infantis SOS Brasil.

dar de forma descentralizada levou à autonomia de seus líderes, resultando no que podemos chamar de bolo de neve, pois cada um age como quer, cria regras que só dizem respeito à sua casa lar. Isso repercute no quadro de funcionários, tanto nas características que este funcionário tem como nos critérios de contrato, de avaliação e das próprias obrigações que esta função virá a exercer.

Com o passar do tempo esta atividade foi se modificando e passando a ser exercida por mulheres, maiores de 21 anos, muitas não possuindo ensino superior e na maioria das vezes casadas. Essas mulheres possuem uma família e, provavelmente, a renda que recebem auxilia na renda familiar. A família da mãe social, pelo que se pode perceber na sua maioria é formada por filhos e esposo. Isso com base no que a Lei. n. 7.644 estabelece como exigências para o contrato do funcionário. Fica claro que estas mulheres exercem uma dupla função. Elas não deixam de ser donas de casa, porém com duas casas para cuidar, quando não levam seus filhos e marido para morarem com elas junto ao abrigo, o que ainda dificulta mais seu trabalho pelo fato da divisão: uma hora ser mãe social, outra hora ser mãe “normal”.

Pensar numa função que possui tantos e importantes detalhes como esta, não nos deixa a mercê de querer cobrar um desempenho satisfatório, pelo contrário, temos que pensar que tamanha é a vontade desta mulher, que está disposta a submeter-se a enfrentar tais desafios com condições de trabalho que não as melhores, que exigem que esta pessoa dê o máximo na atividade que exerce, que enfrenta a cobrança de atenção dos filhos biológicos, das crianças acolhidas, do esposo, e depois das pessoas competentes que gerenciam estas casas lares.

Esta dupla função estende-se ainda no plano emocional das crianças acolhidas, que precisam de uma atenção individual, pois na sua maioria nem sabem o que é isso, e dos filhos biológicos, que pelo fato de morarem ou de dependerem da mãe social, exigem atenção da mesma.

Qual é base que temos para afirmar que uma capacitação, a qual o governo afirma dar para estas mães, amplia a vasta requisição que esta função exige? Como cobrar destas mulheres corajosas, competências que não lhes foram desenvolvidas? Como pensar na educação, no seu sentido amplo, das crianças acolhidas que se encontram em tais famílias? Como exigir no mínimo o básico, amor carinho e

atenção, que todo ser humano tem direito a receber? E porque não pensar no papel que as instituições mantenedoras destas casas lares estão desempenhando?

São várias as dúvidas geradas quando pensamos nesta forma de cuidado, principalmente quando nos colocamos nos dois lados da moeda. Na mulher que precisa de um salário mínimo, que precisa de uma casa para morar, que possui família, e que se depara depois com dez crianças nas suas diversas diferenças, traumas, dificuldades, personalidades, e principalmente, que não tem ninguém que zele por elas, onde, para estas crianças, o pouco se torna muito.

A Lei nº. 7.644 (1987) instituiu a atividade de mãe social atrelada à legislação relativa à infância e adolescência no Brasil. Em abril de 2008 foi aprovado um Projeto de Lei (BRASIL, 2004) que alterou a Lei nº. 7.644, para dispor sobre a atividade de pai social, argumentando que as instituições destinadas à proteção de crianças e adolescentes em situação de risco social, privados da convivência familiar, devem se assemelhar a uma família, ou pelo menos à idéia de família, sendo importante, portanto, a presença do pai social, tanto quanto da mãe social.

A atividade de pai social já era exercida na prática e de forma voluntária em determinadas instituições, e hoje muitas se utilizam de tal prática, visto que a figura do pai é de grande importância para crianças e adolescentes.

A Lei nº 7.644/87 delinea, em seu artigo 4º, as atribuições da mãe social, e via de consequência, da casa-lar, dentre as quais se enquadra:

Art. 2º - Considera-se mãe social, para efeito desta Lei, aquela que, dedicando-se à assistência ao menor abandonado, exerça o encargo em nível social, dentro do sistema de casas-lares.

Art. 4º - São atribuições da mãe social:

- I - propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados;
- II - administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes;
- III - dedicar-se, com exclusividade, aos menores e à casa-lar que lhe forem confiados.

Parágrafo único. A mãe social, enquanto no desempenho de suas atribuições, deverá residir, juntamente com os menores que lhe forem confiados, na casa-lar que lhe for destinada.

Art. 5º - À mãe social ficam assegurados os seguintes direitos:

- I - anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- II - remuneração, em valor não inferior ao salário mínimo;
- III - repouso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas;
- IV - apoio técnico, administrativo e financeiro no desempenho de suas funções;

V - 30 (trinta) dias de férias anuais remuneradas nos termos do que dispõe o capítulo IV, da Consolidação das Leis do Trabalho;

VI - benefícios e serviços previdenciários, inclusive, em caso de acidente do trabalho, na qualidade de segurada obrigatória;

VII - gratificação de Natal (13º salário);

VIII - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou indenização, nos termos da legislação pertinente.

Art. 6º - O trabalho desenvolvido pela mãe social é de caráter intermitente, realizando-se pelo tempo necessário ao desempenho de suas tarefas,

Art. 8º - A candidata ao exercício da profissão de mãe social deverá submeter-se a seleção e treinamento específicos, a cujo término será verificada sua habilitação.

§ 1º - O treinamento será composto de um conteúdo teórico e de uma aplicação prática, esta sob forma de estágio.

§ 2º - O treinamento e estágio a que se refere o parágrafo anterior não excederão de 60 (sessenta) dias, nem criarão vínculo empregatício de qualquer natureza.

§ 3º - A estagiária deverá estar segurada contra acidentes pessoais e receberá alimentação, habitação e bolsa de ajuda para vestuário e despesas pessoais.

Considera-se mãe social, para efeito da Lei 7.644/87, aquela que, se dedicando à assistência ao menor abandonado, exerça seu encargo em nível social, dentro do sistema de casas-lares, cumprindo com os direitos e deveres acima citados.

Destaca-se que o perfil traçado pela lei para a contratação da mãe social é de pequena exigência, deixando a desejar, visto que, é um cargo de grande importância, de alto nível de exigência, dedicação, qualidade e interesse pela causa.

Segundo a Lei nº 7.644/87, este seria o perfil para o cargo de mãe social:

Art. 9º - São condições para admissão como mãe social:

- a) idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos;
- b) boa sanidade física e mental;
- c) curso de primeiro grau, ou equivalente;
- d) ter sido aprovada em treinamento e estágio exigidos por esta Lei;
- e) boa conduta social;
- f) aprovação em teste psicológico específico.

Diferente da lei 7.644/87, anúncios em agências de emprego de Curitiba e outras regiões não anunciam muitos critérios para contratar uma mãe social. Vejamos os exemplos a seguir.

4.1 Exemplo 1: Vaga para mãe social

Sexta-feira (3/7) é o último dia para as interessadas em se inscrever no processo seletivo para o cargo de mãe social, em Varginha. As candidatas devem

ter pelo menos 35 anos de idade e o ensino fundamental completo (9º ano do 1º grau). A mãe social vive na Casa Lar, junto com menores de idade abandonados. Deve administrar a casa, orientando e assistindo os menores. Os familiares da mãe social (marido e filhos) não podem ir para a Casa Lar. O salário é de R\$ 1.003,25 e o prazo do contrato, de seis meses. A jornada de trabalho é de seis dias por semana, com direito a um dia de repouso. As candidatas devem levar currículo, comprovantes de residência e de ensino e, se tiverem, comprovantes de cursos de nutrição, saúde, educação e atividades domésticas.

4.2 Exemplo 2: Vaga para mãe social

Estamos recebendo currículo para a vaga temporária de mãe social para cobrir o período de férias das mães sociais. Peço que ajudem a divulgar para a rede de contatos de vocês.

Obrigada.

INSTITUIÇÃO: LAR MARISTA JOÃO BATISTA BERNE

ENDEREÇO: Rua São Felicíssimo, 192 – Betânia – Belo Horizonte (MG)

RAMO DE ATIVIDADE: Medida de Proteção de Acolhimento Institucional – Abrigo (funcionamento 24h)

PÚBLICO-ALVO: 20 crianças e adolescentes do sexo masculino, de 07 a 13 anos.

Obs.: As crianças moram na Instituição.

CARGO: Mãe Social

FUNÇÃO: NECESSIDADE DE DORMIR NA INSTITUIÇÃO. Zelar e acompanhar a criança e adolescente integralmente. Cuidar das tarefas da casa, acompanhar em consultas médicas, escola. Acompanhar as refeições, banho, colocar para dormir. Responsável direta por 10 crianças.

HORÁRIO: Plantão de 48h x 48h (incluindo finais de semana e feriados). 02 horas de descanso por dia.

SALÁRIO: R\$ 985,00 + VT + Plano de Saúde com contrapartida

PERFIL:

- Primeiro grau de escolaridade;
- De 30 a 55 anos;
- Não ter filhos menores de 16 anos;
- Experiência em trabalho com crianças, seja profissional ou doméstica.

(AGENCIA CATHO, 2012).

No documento do CONANDA/CNAS (2008), as regras determinam que os profissionais que atuam nos serviços de acolhimento devem passar por uma avaliação criteriosa e ter perfil adequado para o desenvolvimento das funções. O profissional deve ter formação mínima e experiência na função, documentação

pessoal completa, certidão negativa de antecedentes criminais, atestado de saúde física e mental, motivação para a função, aptidão no cuidado com crianças e adolescentes, disponibilidade afetiva, empatia, capacidade de mediação de conflitos, criatividade, pro-atividade, capacidade de escuta, estabilidade emocional, dentre outras características.

Para o CONANDA, quem atende este público precisa receber capacitação de qualidade, formação continuada que contemple cada serviço na sua especificidade. Antes de assumir a função, o educador (a), mãe ou pai social deverá passar por um período mínimo de 80 horas de acompanhamento sempre sob a supervisão de um técnico. Quando o educador ou pais sociais residirem no local, o período de acompanhamento deverá ser de no mínimo 30 dias.

Em Curitiba, cerca de 70 educadores sociais da Fundação de Ação Social (FAS) participaram recentemente de uma capacitação, com o tema Boas Práticas na Manipulação de Alimentos. O objetivo é ampliar o conhecimento dos participantes com informações sobre os processos que envolvem a produção e a manipulação dos alimentos que compõe os lanches dos integrantes dos programas de ações socioeducativas, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem, Formando Cidadão, Jornada Ampliada e os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Segundo o serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, de autoria da Secretaria Nacional de Assistência Social, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a função de “pai ou mãe social” passa a ser chamada de Educador-Cuidador Residente. No Sistema de Informações sobre a Criança e o Adolescente em Abrigos – SIABRIGOS, a nomenclatura foi mantida, em virtude da não revogação da lei que definia tal função. O Siabrigos é um sistema e uma metodologia de gestão de abrigos que permite armazenar e tratar dados referentes aos serviços de acolhimento institucional e às crianças e adolescentes abrigados contribuindo para a organização e desenvolvimento do projeto político pedagógico do abrigo, assim como para a elaboração do planejamento individual e a execução das atividades de acolhimento e socioeducação das crianças, dos adolescentes abrigados e de suas famílias.

No Brasil ainda não temos cursos de graduação na formação do educador social. A Universidade Luterana do Brasil – ULBRA sede da cidade de Canoas-

RGS, oferece especialização a distância nesta modalidade. Há um Projeto de lei aguardando aprovação apresentado pelo deputado federal Chico Lopes (PCdoB) que estabelece a criação da profissão de educador social no Brasil. Segundo Lopes, a profissão possui profundo caráter social e engloba os profissionais envolvidos em atividades educativas fora do âmbito escolar tradicional, beneficiando, por exemplo, pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência e exploração física ou psicológica. Considerando o número significativo de instituições de acolhimento e a composição do seu quadro de profissionais principalmente de educadores sociais, um curso superior nesta modalidade seria relevante. Há diferença entre educadora social e mãe social?

A mãe social apresenta-se como mãe substituta. É aquela que, supostamente, cuida, protege, guarda, zela pelo bem-estar, integridade física e moral dos seus “filhos”. Diferencia-se da mãe biológica ou adotiva por exercer uma atividade remunerada, a partir de parâmetros preestabelecidos, com sentido de tutela e assistência social. (SÁ, 1998).

A mãe social assume, assim, uma simultaneidade de atribuições como autoridade, pessoa de referência, coordenadora, administradora e educadora. Ao mesmo tempo, pratica uma espécie de “maternagem” e, talvez, cumpra também a função paterna pelas circunstâncias de seu trabalho, nos casos em que a figura masculina, o pai, não faz parte deste convívio. Educadora (o) social se diferencia na sua maioria apenas na nomenclatura, mas pode desempenhar funções diferentes dependendo da entidade que representa. Como exemplo, uma Instituição de Acolhimento localizada na Região Metropolitana de Curitiba-PR tem em seu quadro de funcionários 45 educadores sociais desempenhando funções diferentes como: auxiliares administrativos, motorista, auxiliar de limpeza, cozinheira, além da equipe técnica composta por psicólogo, terapeuta familiar, pedagogo, assistente social, coordenadora pedagógica e coordenador geral. São todos entendidos como educadores sociais e não pais sociais. Para a instituição, não são pais sociais porque não residem no espaço, trabalham em sistema de plantões, cada plantão é de oito horas, perfazendo três plantões diários. Mesmo desempenhando funções diferentes das funções específicas determinadas para a função de educador social, estão diariamente envolvidos no cuidado e na educação da criança e do adolescente acolhido. Se a criança está na cozinha da instituição e acontece um conflito ou algo

parecido, a responsável pela alimentação deixa a função e vai atender primeiro a criança, mediando o conflito, acalmando-a até a chegada do seu educador responsável. Da mesma forma, se acontecer dentro do transporte, durante a saída da criança da instituição, o motorista estaciona o carro e atende os envolvidos. Toda a equipe desta instituição, independente da função que desempenha, participa de cursos para educador social que acontecem mensalmente e já estão na sua terceira edição.

Sendo assim, alguns impasses e conflitos estão sendo detectados de forma recorrente na dinâmica destes núcleos sociais. Impasses e conflitos estes que podem vir a surgir na própria criança/adolescente, tanto na maneira de como esta deve se dirigir a este profissional, como na figura representa por este, criando expectativas e ficando a espera destas.

A mãe-social depara-se com a diversidade própria de um grupo heterogêneo de crianças e jovens com diferentes idades, histórias e vivências; convive com vários estilos de comportamento, atitudes, emoções e reações: atividade, passividade, rebeldia, apatia, carência etc. Lida com múltiplas demandas e torna-se alvo de afeto, desafeto, expressão de desejo, agressão e hostilidade. Interage com todos e cada um; uns e outros dirigem-se a ela com várias expectativas. Sua atenção volta-se também para as trocas entre os pares no interior do grupo. Ela precisa responder se pode ou não pode, se deve ou não deve e aprender a dizer sim ou não. (SÁ, 1998, p. 1).

A citação acima nos mostra a dinâmica de um ambiente vulnerável e complexo, sujeito a constantes tensões, ansiedades e dilemas. Estes se expressam em um trabalho que a cada dia se mostra diferente, justamente pelos vários sujeitos que integram este ambiente e por suas várias experiências que influenciam na convivência institucional, formando assim uma prática volúvel e ambígua ao mesmo tempo (PRADA, 2007; BARROS e FIAMENGI, 2007; PEREIRA e COSTA, 2004).

Weber *et al.* (2002) realizou pesquisa em Curitiba sobre estilos parentais de funcionários de abrigos, responsáveis pelo cuidado de crianças e adolescentes abrigados. Nesta pesquisa verificou-se que 41% dos funcionários eram negligentes, não monitoravam as atividades, não eram consistentes em suas práticas, aplicavam a disciplina nas crianças de acordo com o humor e não demonstravam afeto.

Na rotina da mãe social algumas questões acabam sendo inevitáveis: como aceitarmos a alta rotatividade dos profissionais que lidam diretamente com crianças

que passaram por um rompimento extremamente significativo em sua história de vida e que deveriam ter a segurança de uma relação estável e, por que não, reparadora? Como fica a criança nas saídas da mãe social, seja saindo de férias ou sendo demitida? Como esse afastamento é trabalhado? Como se dá o novo vínculo? E, o mais importante: como diminuir essa rotatividade, uma vez que sabemos a importância da constância da estrutura, necessária para que essas crianças possam se desenvolver de forma minimamente saudável?

São perguntas importantes que devem ser pensadas e colocadas em prática. Como afirma Justo (1997), "a circulação e alta rotatividade de pessoal, no interior dessas instituições, acaba expondo as crianças e intensificando suas experiências de perda, reeditando copiosamente a situação primeira de abandono e desamparo" (p. 84). No sentido de conhecer melhor essas crianças e adolescentes acolhidos voltamo-nos ao próximo capítulo.

5 CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Seria interessante pensarmos nestes conceitos: vulnerabilidade e crianças e adolescentes separadamente. Por vulnerabilidade entende-se:

A predisposição individual para desenvolver variadas formas de psicopatologias ou comportamentos não eficazes, ou susceptibilidade para um resultado negativo no desenvolvimento (DE ANTONI, 2000, KOLLER, HUTZ, 1996, p. 24).

O conceito de vulnerabilidade está ligado ao fato de se estar suscetível a algo, vulnerável, o sujeito, a criança e o adolescente, são sujeitos novos em idade, mas em relação ao pouco vivenciado, passaram por coisas que, se compararmos a uma pessoa adulta, nos seus 40 anos, esta ainda pode não ter vivido metade do que estas crianças viveram. Elas trazem consigo uma bagagem enorme, onde provavelmente metade de suas experiências são de sofrimento, maus tratos, violação de direitos, dentre tantas outras. O que os deixam suscetíveis a novas formas de violência, a novas situações que nada contribuem para o seu pleno desenvolvimento.

Segundo Gomes (2003), quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando, assim, na sua desestruturação. A realidade das famílias pobres muitas vezes não traz no seu seio familiar a harmonia para que ela possa ser a propulsora do desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados.

No Brasil, um censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE de 2000 encontrou, 61 milhões de crianças e adolescentes. Em relação à faixa etária, 23,1% tinham de 0 a 6 anos, 27,2% tinham 7 a 14 anos e 10,7% tinham de 15 a 17 anos. Estas crianças e adolescentes mostravam diferenças regionais, étnicas e sociais. Do total, 29 milhões são negras e pardas, 287 mil (0,5%) são indígenas; 181 mil de origem asiática e 31 milhões são brancas. O estudo mostrou que há uma

maior concentração de crianças e adolescentes nas regiões mais pobres e nas faixas populacionais com menor instrução e menor renda, sendo que 45% destas vivem em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo. Entre as crianças e adolescentes negras e indígenas, o percentual de pobreza é ainda maior, respectivamente, 58% e 71%.

Observa-se hoje o crescimento alarmante da vulnerabilidade e o distanciamento das bases sociais. Crianças e adolescentes em situação de risco, vivendo abandono social, fazem parte de nossa realidade. Fatores de risco como a situação de desfiliação, criminalidade, abuso de substâncias psicoativas, pobreza e violência são elementos que podem comprometer o desenvolvimento da criança. No entanto são poucos os que se debruçam para a reversão deste quadro.

Há pesquisas nas áreas sociais que nos auxiliam a detectar fatores de risco que rodeiam os sujeitos em questão, e a partir destes estudos pode-se dizer que a situação de desigualdade social, política e econômica encontrada no Brasil têm influencia direta na dinâmica familiar e no grande aumento de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. (GONTIJO e MEDEIROS, 2004). De acordo com Bandeira *et al.* (1996 *apud* HUTZ e KOLLER, 1996, p.1):

[...] Uma criança é considerada em situação de risco quando seu desenvolvimento não ocorre de acordo com o esperado para sua faixa etária de acordo com parâmetros de sua cultura. Podendo este ser de aspecto físico (doenças genéticas ou adquiridas, prematuridade, problemas de nutrição, entre outros), social (exposição à ambiente violento, drogas) ou psicológico (efeitos de abuso, negligência ou exposição).

Segundo Oliveira (1995), as situações de vulnerabilidade podem ser geradas pela sociedade e podem ser originárias das formas como as pessoas (as subjetividades) lidam com as perdas, conflitos, a morte, a separação, as rupturas. Destaca-se que o conceito de vulnerabilidade vem sendo discutido por vários autores que defendem a idéia de que fatores sociais influenciam o desenvolvimento da vulnerabilidade, desencadeando consequências significativas para os sujeitos que são vítimas deste processo (RUTTER, 1987; KOLLER, 1996; PETRINI, 2003; VIGNOLI, 2001; entre outros).

A família desempenha um papel fundamental tanto no desenvolvimento de aspectos positivos quanto negativos no desenrolar do processo. MARTINS (1993),

afirma que a criança abandonada é apenas a contrapartida do adulto abandonado, da família abandonada, da sociedade abandonada. A vida familiar, para ser efetiva, depende de condições para a sua sustentação e manutenção de vínculos. Lamentavelmente, a família social muitas vezes abre margem para que a criança e o adolescente acolhido caiam em situações que cooperam à vulnerabilidade, isso se dá em virtude da negligência institucional ser uma realidade presente dentro destas redes de acolhimento para crianças e adolescentes abrigados.

A instituição que acolhe estas crianças deveria ter como objetivo mínimo mostrar uma nova realidade baseada em princípios que estejam voltados para o acolhido. Independente do tempo em que esta criança venha a ficar institucionalizada, este tempo deve ser o diferencial para a sua vida. Incentivar e vivenciar com qualidade os estudos, lazer, vida social, deveria ser direito de qualquer cidadão, ainda mais quando este é apenas uma criança. Para Guareschi (2000):

Pobreza, fome, miséria, violência e exploração ainda são significantes poderosos a construir nossas sociedades. Enquanto tais, eles resistem e perpetuam uma ordem social que deve ser radicalmente questionada. Questionada quanto às suas condições históricas de produção e reprodução, quanto aos efeitos catastróficos que produz na vida de centenas de milhares de pessoas e também quanto aos seus efeitos simbólicos (p.37)

Depararmo-nos frente a notícias em relação a crianças e adolescentes sendo recolhidos pelo Conselho Tutelar, pois estavam sob o uso de drogas, assalto, vítima de violência física e sexual, torna-se comum nos dias de hoje. A pergunta que surge é: se estas crianças encontravam-se em sistema de acolhimento, por que estão na rua vulneráveis a crimes, violências e tantas outras situações?

São poucas as pessoas que se voltam para esse questionamento. Que cuidados estão sendo dados a estas crianças, e seus direitos, onde estão? Em meio a esta desordem onde todos dizem que fazem algo para mudar, mas a mudança mesmo, não se vê, encontra-se a criança perdida, sem rumo, sem vínculos, sem futuro.

Kaloustian e Ferrari (1994) veem a família como o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando.

Observam a família como o lugar onde se propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus integrantes. É dever da família estar voltada para as necessidades desta criança e deste adolescente, incluindo-o no meio social, dando-lhe e possibilitando-lhe novas perspectivas de vida e de mundo. Partindo deste panorama, a probabilidade da criança e do adolescente sair para a rua e ficar em situação vulnerável seria diminuída em uma instituição que estaria cumprindo com o seu papel de dar proteção aliada a uma educação de qualidade.

6 UM OLHAR VYGOTSKIANO

Vygotsky apresenta uma obra vasta e densa, além disso, seu aprofundamento se dá por inúmeros seguidores (LEONTIEV, LURIA, DAVIDOV e outros) e estudiosos como BAQUERO (1996), DANIELS (2002, 2003), WERTSCH (1998, *apud* VEER e VALSINER 1994), entre os brasileiros, OLIVEIRA (1995), CASTORINA (1998), REGO (1995), GÓES (1991, 2001) SOUZA (1994), FREITAS (1994), tornando-se a atual referência para práticas educativas. Entre suas principais obras, e de maior repercussão no Brasil, pode-se citar: *Formação social da mente* (1984), *Pensamento e linguagem* (1993) e *A Construção do pensamento e da linguagem* (2001).

A investigação assumiu a perspectiva sócio-histórica, com base na teoria de Vygotsky (1998), que concebe o desenvolvimento a partir das relações estabelecidas pela pessoa no decorrer de sua vida. Uma perspectiva que envolve a concepção de que os indivíduos se constituem efetivamente como seres humanos através de relações que estabelecem com os outros em uma determinada cultura. Enfatiza, assim, a intencionalidade dos atos humanos podendo entender a adolescência como uma categoria socialmente construída, gerada pela interação das pessoas com o seu meio social.

Nesse prisma, desde o nosso nascimento, somos socialmente dependentes dos outros e entramos em um processo histórico, que de um lado nos oferece os dados sobre o mundo e visões sobre ele e, de outro lado, permite a construção de uma visão pessoal sobre este mesmo mundo.

O ambiente, no processo de desenvolvimento do sujeito torna-se fundamental na formação de um sujeito consciente, capaz, por sua vez, de modificar as circunstâncias em que vive. Assim, o acesso a instrumentos físicos e simbólicos desenvolvidos por gerações precedentes é fundamental.

Nesta perspectiva, o conceito de mediação é de grande destaque. Enquanto sujeito do conhecimento, o homem não tem acesso direto aos objetos, mas acesso mediado, através de recortes do real, operados pelos sistemas simbólicos de que dispõe. Portanto, realça-se a construção do conhecimento como uma interação mediada por várias relações, ou seja, o conhecimento não está sendo visto como uma ação do sujeito sobre a realidade e sim, pela mediação feita por outros sujeitos.

O outro social pode apresentar-se por meio de objetos, da organização do ambiente, do mundo cultural que rodeia o indivíduo.

Neste processo de mediação, onde a linguagem tem papel fundamental como instrumento simbólico de representação da realidade, postula-se a transformação das funções psicológicas elementares para superiores. Existem funções psicológicas elementares, como a memória (orgânica, imediata), e superiores, como a consciência, o comportamento intencional, o raciocínio, a memória voluntária e a atenção voluntária. O desenvolvimento da função psicológica superior (FPS) está diretamente relacionado com a mediação operada pela linguagem. É o sujeito se apropriando das coisas e transformando-as. A função psicológica superior principal é a vontade, pois possibilita a emergência de todas as outras funções.

A passagem das funções psicológicas elementares para as superiores ocorre, portanto, pela mediação proporcionada pela linguagem que, na abordagem vygotskiana, intervém no processo de desenvolvimento intelectual da criança desde o momento de seu nascimento; por si só, a criança não se apropria qualitativa e quantitativamente dos conhecimentos desejáveis, que alcança por meio de interações saudáveis com os interessantes mais experientes do seu grupo social.

É nesta ação que ocorre o processo que Vygotsky chamou de internalização, que é fundamental para o desenvolvimento do funcionamento psicológico humano. A internalização envolve uma atividade externa que deve ser modificada e transformada para tornar-se uma atividade interna do sujeito. É assim uma passagem do plano interpessoal para o plano intrapessoal. Vygotsky (1988) assim se expressa:

Todas as funções psicointelectuais superiores aparecem duas vezes no decurso do desenvolvimento da criança: a primeira vez, nas atividades coletivas, nas atividades sociais, ou seja, como funções intersíquicas; a segunda, nas atividades individuais, como propriedades internas do pensamento da criança, ou seja, como funções intrapsíquicas. (p.144).

A interação social e o instrumento linguístico são decisivos para o desenvolvimento. Existem pelo menos dois níveis de desenvolvimento identificados por Vygotsky (1988), um real, já adquirido ou formado, que determina o que a

criança já é capaz de fazer por si própria, e um potencial, ou seja, a capacidade de aprender com outra pessoa.

A aprendizagem interage com o desenvolvimento, produzindo abertura nas zonas de desenvolvimento proximal – ZDP. A assim chamada ZDP é, segundo Vygotsky, a distância entre aquilo que a criança faz sozinha e o que ela é capaz de fazer com a intervenção de um adulto; é a sua potencialidade para aprender, que não é a mesma para todas as pessoas; ou seja, a distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial, nos quais as interações sociais são centrais, estando, então, ambos os processos, aprendizagem e desenvolvimento, inter-relacionados. Assim, um conceito que se pretenda trabalhar, como, por exemplo, em matemática, requer sempre um grau de experiência anterior da criança.

O conceito de ZDP, por suas implicações pedagógicas, tem sido destacado nas análises e propostas relativas ao ensino escolar (ONRUBIA, 2001; GÓES, 1991, 2001; HEDEGAARD, 2002, BAQUERO, 2002 *apud*, MORÉ, SPERANCETTA, 2010). Criar Zonas de Desenvolvimento Proximal no processo de ensino e, com isso, estimular uma série de artifícios internos, trabalhando com funções e processos ainda não amadurecidos nos alunos, fornece ao professor um instrumento significativo na orientação de seu trabalho.

O desenvolvimento cognitivo é produzido pelo processo de internalização da interação social com materiais fornecidos pela cultura, sendo que o processo se constrói de fora para dentro. Para Vygotsky, a atividade do sujeito refere-se ao domínio dos instrumentos de mediação, inclusive sua transformação por uma atividade mental.

Para ele, o sujeito não é apenas ativo, mas interativo, porque forma conhecimentos e se constitui a partir de relações inter e intrapessoais. É na troca com outros sujeitos e consigo próprio que se vão internalizando conhecimentos, papéis e funções sociais, o que permite a formação de conhecimentos e da própria consciência. Trata-se de um processo, como já dito, que caminha do plano social - relações interpessoais, envolvendo a regulação realizada por outras pessoas - para o plano individual interno - relações intrapessoais – que envolvem a auto-regulação.

Vygotsky *et al* (1988) acredita que as características individuais e até mesmo as atitudes individuais estão impregnadas de trocas com o coletivo, ou seja, mesmo

o que tomamos por mais individual de um ser humano foi construído a partir de sua relação com os indivíduos.

Para Vygotsky, o processo de aprendizagem deve ser olhado por uma ótica prospectiva, ou seja, não se deve focalizar o que a criança aprendeu, mas sim o que ela está aprendendo. Em nossas práticas pedagógicas, sempre procuramos prever em que tal ou qual aprendizado poderá ser útil àquela criança, não somente no momento em que é ministrado, mas para além dele. É um processo de transformação constante na trajetória das crianças. As implicações desta relação entre ensino e aprendizagem para o ensino escolar estão no fato de que este ensino deve se concentrar no que a criança está aprendendo, e não no que já aprendeu. Vygotsky firma esta hipótese no seu conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP). (CRECHE FIOCRUZ, 2004, p. 78).

Assim, a escola é o lugar onde a intervenção pedagógica intencional desencadeia o processo de ensino aprendizagem. O professor tem o papel explícito de interferir no processo, diferentemente de situações informais, nas quais a criança aprende por imersão em um ambiente cultural. Portanto, é papel do docente provocar avanços nos alunos e isso se torna possível com sua interferência na zona proximal.

A teoria propõe a coexistência de dois tipos de conceitos: os científicos (acadêmicos) e os de todos os dias (espontâneos). Estes possuem diferentes origens. Segundo Vygotsky (1978), o conhecimento científico repousa em sistemas culturais que são transmitidos por meio do ensino formal, já os conhecimentos de todos os dias adquirem-se através da participação em atividades da vida cotidiana. Os conceitos elementares passam a ser uma compreensão direta na medida em que são internalizados integrando-se em sistemas de conhecimento formal. Por outro lado, os conceitos científicos, adquirem-se por exposição verbal, e vão se tornando mais significativos à medida que vão sendo externalizados e entrando em contato com objetos e atividades de todos os dias. Vygotsky, a respeito dos conceitos afirma o seguinte:

Acreditamos que os dois processos – o desenvolvimento dos conceitos espontâneos e dos conceitos não-espontâneos – se relacionam e se influenciam constantemente. Fazem parte de um único processo: o desenvolvimento da formação de conceitos, que é afetado por diferentes condições externas e internas, mas que é essencialmente um processo unitário, e não um conflito entre formas de inteligência antagônicas e mutuamente exclusivas. O aprendizado é uma das principais fontes de conceitos da criança em idade escolar, e é também uma poderosa força que

direciona o seu desenvolvimento, determinando o destino de todo o seu desenvolvimento mental. (1978, p. 74)

Diferentemente da escola, a instituição casa-lar deve ser um ambiente que proporcione o processo de ensino aprendizagem, aproveitando o fato das crianças e adolescentes que lá se encontram serem sujeitos particulares, onde cada história é única e que contribui para as trocas a parte da mediação. Esse deve ser o ponto de partida. Assim como há trocas positivas, existem as negativas, por isso a necessidade deste ambiente, casa-lar, ser significativo para a criança e o adolescente, trazendo-lhe o novo que contribua para a vida, possibilitando re-significações ou a negociação de significados.

A teoria de Vygotsky (1984) nos traz grandes contribuições para o desenvolvimento do estudo por meio do conceito de mediação, de ZDP, de internalização, da relação entre conceitos científicos e elementares, que está ocorrendo, a todo o momento, dentro destes lares, nas interações estabelecidas entre as crianças, entre os adolescentes e entre os pais sociais. É necessário que estes pais estejam prontos para mediar as relações de forma a cooperar para a criação de novas zonas de desenvolvimento proximal, resultando num meio suficientemente bom, que leva a um desenvolvimento positivo e que precisa ser de responsabilidade dos pais sociais. Mas, para tanto, estes pais necessitam de formação adequada.

6.1 Zona de desenvolvimento proximal: o alvo para o desenvolvimento significativo

É sobre a noção e a importância da Zona de Desenvolvimento Proximal que pretendemos focar, pensando que, para Vygotsky, o desenvolvimento consiste num processo de aprendizagem, no uso das ferramentas intelectuais através da interação social do sujeito com um outro mais experiente no uso destas ferramentas. (PELINCSAR, BROWN, CAMPIONE, 1993).

Vygotsky (1978) afirma que o processo de desenvolvimento não coincide com o processo de aprendizagem. Para ele, existe uma assintonia entre o processo de desenvolvimento e o processo de aprendizagem. Desta assintonia decorre a ZDP

que torna-se essencialmente uma área de dissonância cognitiva que corresponde ao potencial do sujeito.

A ZDP oferece para os profissionais da educação a possibilidade de uma ferramenta através da qual pode ser compreendido o movimento interno do desenvolvimento. O uso deste artifício pode permitir o acesso em relação aos ciclos e processos de maturação, que já estão concluídos, além dos que ainda estão em formação. Através da ZDP é possível delinear o futuro imediato da criança e o seu estado dinâmico de desenvolvimento (VYGOTSKY, 1978).

É na interação entre as pessoas, que em primeiro lugar se constrói o conhecimento, que depois será intrapessoal, ou seja, o sujeito dará sua contribuição ao grupo junto ao qual tal conhecimento foi conquistado ou construído. Quando nos referimos ao valor das interações dentro das instituições, e imaginamos uma casa-lar em um processo interativo, estamos acreditando que todos terão possibilidade de falar, levantar suas hipóteses e, nas negociações, chegar a conclusões que ajudem a criança a se perceber como parte de um processo dinâmico de construção. Não nos referimos a uma casa-lar onde cada um faz o que quer, mas onde a mãe ou o pai social seja o articulador dos conhecimentos e todos os seus integrantes se tornem parceiros de uma grande construção, pois ao valorizarmos as parcerias estamos mobilizando a todos para pensar conjuntamente e não para esperar que uma única pessoa tenha todas as respostas para tudo.

Ao valorizarmos estas interações, não devemos esquecer que uma casa-lar tem papéis, que precisam estar bem-definidos; por outro lado, a mãe e o pai social vão, sim, ensinar o seu filho, mas este poderá aprender também com os colegas mais experientes ou que têm vivências diferenciadas. À mãe social caberá, ao longo do processo, aglutinar as questões que aparecerem e sistematizá-las de forma a garantir o domínio de novos conhecimentos por todos os seus filhos.

A organização do trabalho familiar, nesta perspectiva, é diferente a partir do momento em que estamos apontando que é possível construir relações positivas e importantes na casa-lar. Cada um tem o seu lugar neste processo, e a criança é alguém com quem os pais sociais podem e devem contar, resgatando a sua auto-estima e capacidade de aprender. Valores e desejos estão sempre permeando as relações entre as pessoas. Ao conseguirmos não demarcar as relações com preconceitos, que mascaram todas as possibilidades de conhecimento real,

estaremos abrindo um campo interativo favorável entre nossas crianças e todo o grupo que as rodeia.

7 METODOLOGIA

Neste estudo a pesquisa é descritiva qualitativa de caráter exploratório com base em entrevistas semi-estruturadas. Dentre os métodos qualitativos conhecidos, o etnográfico tem se destacado, como um dos mais importantes. O pesquisador que utiliza o método etnográfico lida com uma modalidade de pesquisa que se vê “diante de diferentes formas de interpretações da vida, formas de compreensão do senso comum, significados variados atribuídos pelos participantes às suas experiências e vivências e tenta mostrar esses significados múltiplos ao leitor”. (ANDRÉ 2004, p.20).

A abordagem realizada pelo pesquisador deve permitir o desvelamento de informações pertinentes ao tema que se investiga, pois elas têm a finalidade de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados. Desta maneira é essencial que se levantem questões pertinentes que ajudem a enquadrar o foco do estudo, questões de investigação abertas que tentam apreender e refletir o terreno que está sendo pesquisado.

O ponto de início deste estudo se deu através de uma extensa revisão de literatura, acompanhada de um estudo piloto (RIBEIRO; STOLTZ; ROSIER, SILVA, 2009) realizado com 60 adolescentes órfãos abrigados, de três instituições de Curitiba que abrigam adolescentes. O instrumento padronizado utilizado no estudo piloto foi elaborado a partir de um estudo qualitativo com 30 adolescentes com idade entre 11 e 18 anos (ROSIER; STOLTZ; SILVA; RIBEIRO, 2008). No estudo piloto, os participantes foram questionados sobre os problemas enfrentados pelos adolescentes hoje. Também se verificou o que a família, a escola e os grupos sociais poderiam fazer para auxiliar na solução dos problemas percebidos pelos adolescentes. Por fim, eles ainda foram questionados sobre o que o adolescente mais necessita hoje.

As questões investigadas, sobretudo relacionadas aos problemas enfrentadas por crianças órfãs ou acolhidas, levantaram novas possibilidades de investigação, dando-se, assim, continuidade com este estudo voltado ao perfil de mães sociais que se ocupam da educação de crianças acolhidas em casas-lares.

7.1 CONTEXTO DE ESTUDO

A pesquisa de campo realizou-se a partir de entrevistas com mães sociais que trabalham em casas lares de Curitiba-PR, pertencentes a instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Curitiba têm cerca de 35 instituições (ver apêndice), cada uma com aproximadamente dez casas lares. Casa Lar ou Casa de Apoio em Curitiba-Paraná são registradas e fiscalizadas pelo órgão do governo municipal COMTIBA/FAS. É também deste órgão que recebem parte dos recursos destinados à manutenção das casas e às necessidades físicas, de saúde e educacionais dos acolhidos. A casa lar tem estrutura e rotina de uma residência, sob a responsabilidade de 'pais sociais' e/ou educadoras residentes. Atende pequenos grupos, em média dez entre crianças e adolescentes. As crianças são atendidas nas dimensões afetivas, cognitivas, sociais e recebem visita de familiares, padrinhos afetivos, visitantes enquanto aguardam a reinserção na família de origem ou adoção. Nas seis casas lares pesquisadas foi observada a presença do pai social. Observou-se que este não é contratado pela instituição e não é remunerado, mas contribui no cuidado das crianças principalmente à noite e nos fins de semana.

As seis casas lares pesquisadas localizam-se na região de Curitiba, em três bairros da cidade. Das casas pesquisadas, duas são divididas entre bebês e crianças maiores/adolescentes. Nas casas 1 e 2 da Acridas Aldeia, localizadas no Bairro Boa Vista, residem dez crianças entre dois e dezoito anos de idade atendidas por um casal de pais sociais. Nas duas casas pesquisadas da instituição Lar Dona Vera residem bebês na casa 1, e crianças entre dois a dezoito anos na casa dois. Ambas as casas localizam-se no Bairro de Santa Felicidade. A instituição Isa Sonho Infantil localiza-se no Bairro São Braz. Duas das casas pesquisadas neste espaço acolhem crianças e adolescentes com idades entre um e quatorze anos.

Pretendia-se investigar uma casa lar de cada instituição de Curitiba. Durante o período de coleta de dados ocorreu certa relutância por parte dos coordenadores das casas-lares no que diz respeito à coleta de dados. Muitos marcavam a data da entrevista, porém no dia sempre havia um imprevisto, ou a

mãe social estava muito ocupada e sem tempo, ou a entrevista iria trazer muitos transtornos na rotina da casa.

Esta relutância em parte se deu pelo fato da pesquisadora explicar qual o objetivo da pesquisa. Os assuntos que ela iria abordar eram também assuntos considerados delicados pelos coordenadores ou responsáveis de cada casa. A partir destas dificuldades e em função da disponibilidade conseguiu-se acesso às três instituições de acolhimento/casa lar citadas acima com, em média, dez crianças sendo cuidadas por mães sociais/educadoras residentes na casa e cumprindo uma carga horária de 24 horas por turno de trabalho.

Estas instituições/casa lar estão inscritas no COMTIBA/FAS, são mantidas por verbas públicas oriundas da Prefeitura Municipal de Curitiba e de doadores voluntários. As crianças acolhidas nessas casas foram encaminhadas pelos Conselhos Tutelares das respectivas regionais e pela Vara da Infância e da Juventude. Devem permanecer nestes contextos até a sua reinserção familiar ou adoção com parecer do Juiz (a) responsável.

7.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

O critério para a seleção da amostra deste estudo deu-se por conveniência. A partir do aceite de três instituições de acolhimento para a realização da pesquisa, buscaram-se casas lares pertencentes às mesmas para realizar as entrevistas e as observações. Como estas casas são coordenadas por casais, pensou-se em pais sociais. Observou-se, então, que se trata de mães sociais com os seus respectivos companheiros. Realizou-se o convite às mães sociais, cujas casas-lares se situavam em região não muito distante do centro de Curitiba.

Conseguiu-se obter o aceite de seis mães-sociais para participar do estudo. As seis participantes do estudo são mulheres, mães e trabalham na profissão de mães sociais com crianças e adolescentes acolhidos de três casas lares de Curitiba: Casa Lar Acridas, Casa Dona Vera e Lar Isa Sol Infantil. São mulheres que tem idade entre 32 a 54 anos. As participantes não foram

questionadas em relação às suas antigas profissões, antes de serem mães sociais.

. As seis mães sociais possuem registro de “mãe social” na carteira de trabalho, recebem todos os direitos trabalhistas conforme descritos no Ministério do Trabalho. À mãe social ficam assegurados os seguintes direitos: anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social; remuneração, em valor não inferior ao salário mínimo; repouso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas; apoio técnico, administrativo e financeiro no desempenho de suas funções; 30 (trinta) dias de férias anuais remuneradas nos termos do que dispõe o capítulo IV, da Consolidação das Leis do Trabalho; benefícios e serviços previdenciários, inclusive, em caso de acidente do trabalho, na qualidade de segurada obrigatória; gratificação de Natal (13º salário); fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou indenização, nos termos da legislação pertinente.

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética. Após assinarem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, autorizando o uso de dados para fins de pesquisa, deu-se início às entrevistas, entendendo ser seis um número suficiente para a discussão do objeto de estudo.

O quadro abaixo sintetiza as principais características das participantes do estudo:

Quadro 2: Participantes do estudo.

Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Local	Estado civil
Rosa	54	F	Ensino Médio Completo	Acridas Aldeia	Casada
Cris	50	F	Ensino Médio Incompleto	Lar dona Vera	Casada
Nina	46	F	Superior Completo	Isa Sol Infantil	Casada
Aurora	42	F	Ensino Fundamental Completo	Lar dona Vera	Casada
Mona	39	F	Ensino Médio Incompleto	Acridas Aldeia	Casada

lara	32	F	Ensino Médio Completo	Isa Sol Infantil	Casada
------	----	---	-----------------------	------------------	--------

Fonte: A autora

As mães sociais participantes do estudo apresentam faixa etária de 32 a 54 anos de idade. Sobre a escolarização, somente uma conta com ensino superior completo, duas têm ensino médio completo, duas têm ensino médio incompleto e uma tem somente ensino fundamental completo. Destacamos que todas são casadas e residem na instituição de acolhimento com seus respectivos maridos. Sobre as instituições, duas mães trabalham na Casa Lar Acridas, duas mães no Lar Dona Vera e duas no Lar Isa Sol Infantil. Estas instituições estão localizadas em bairros da cidade de Curitiba, Paraná.

7.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Neste estudo foi utilizado, como instrumento de coleta de dados, a entrevista semi-estruturada composta por questões abertas.

De acordo com Triviños (1987, p.35), a entrevista semiestruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses e que interessam à pesquisa. Em seguida, oferece amplo campo de interrogativas junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que surgem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

O fato de ser realizada uma entrevista individual com perguntas semi-abertas nos permite o acúmulo de um rico material referente às histórias de vida de cada uma das mães sociais participantes do estudo, dos sofrimentos vividos, das angústias, das experiências e das esperanças. As entrevistas duraram cerca de trinta a sessenta vinte minutos e foram realizadas na instituição de acolhimento casa- lar. A cada visita a uma casa lar realizou-se um protocolo de observação

sobre a dinâmica interativa entre os diferentes integrantes da família social (ver apêndice).

Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas na íntegra e analisadas.

7.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos resultados foi baseada na identificação de núcleos de significação, envolvendo significados e sentidos, e proposta por Aguiar e Ozella (2006), seguindo o pensamento de Vygotsky. Na teoria sócio-interacionista de Vygotsky encontra-se uma visão de desenvolvimento humano baseada na ideia de um organismo ativo, cujo pensamento é constituído em um ambiente histórico e cultural: a criança reconstrói internamente uma atividade externa, como resultado de processos mediados e interativos que se dão ao longo do tempo. Sabemos que é por meio do uso de instrumentos que o homem desenvolve sua atividade.

Segundo Aguiar e Ozella (2006), os significados são produções históricas e sociais. São eles que permitem a comunicação, a socialização de nossas experiências. Discutir sobre significados e sentidos exige compreendê-los como constituídos pela unidade contraditória do simbólico e do emocional. Os sentidos representam a vivência da participante com o significado, que é coletivo. Os sentidos são, portanto, individuais e partem dos significados.

Como procedimentos para a análise dos dados adota-se os passos sugeridos por Aguiar e Ozella (2006):

- As entrevistas devem ser consistentes e suficientemente amplas, de modo a evitar interferências desnecessárias ou inadequadas.
- Elas devem ser recorrentes, isto é, a cada entrevista, após uma primeira leitura, o informante deverá ser consultado no sentido de eliminar dúvidas, aprofundar colocações e reflexões e permitir uma quase análise conjunta do processo utilizado pelo sujeito para a produção de sentidos e significados;
- Mesmo considerando que uma boa entrevista possa contemplar material suficiente para uma análise, se houver condições, alguns outros instrumentos podem permitir aprimoramento e refinamento analítico. Para

isso, recomenda-se um plano de observação no processo das entrevistas, tanto para captar indicadores não verbais como para complementar e parear discursos e ações que estejam nos objetivos da investigação.

7.4 ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL COLETADO E IDENTIFICAÇÃO DOS NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO

Primeiro foram realizadas diversas leituras do material coletado, denominadas de leituras flutuantes. A leitura do material e a sua organização foram realizadas através de pré-indicadores que expressam a sua importância para a compreensão do objetivo da investigação. Por leitura flutuante, Aguiar e Ozella (2009) entendem ser a leitura em profundidade que o pesquisador realiza do seu material de análise para conseguir construir uma ideia do conteúdo como um todo.

Numa segunda leitura realizou-se um processo de aglutinação dos pré-indicadores que nos levaram a uma menor diversidade de informações e à constituição de indicadores.

A construção e análise dos núcleos de significação deram-se a partir dos indicadores e da re-leitura do material, iniciando assim um processo de articulação que resultou na formação dos núcleos de significação, representativos dos significados e sentidos dados pelas participantes do estudo à função de mãe social. A análise dos núcleos iniciou por um processo intra-núcleo, avançando para uma articulação inter-núcleos. O objetivo aqui foi de encontrar semelhanças ou contradições que revelam o movimento do sujeito em análise.

O importante é ressaltar que esta análise não se prende apenas ao discurso do informante, mas deve se articulada ao contexto social, político e econômico. É um procedimento que visa a avançar do empírico para o interpretativo, o que faz com que possamos chegar à percepção da participante, não deixando margem para falsas interpretações e nem para a ausência da mesma.

8 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

Tendo em mente o objetivo deste estudo, realizaram-se várias leituras das entrevistas e das observações para chegar aos pré-indicadores. O quadro abaixo sintetiza o movimento dos pré-indicadores aos indicadores e a emergência dos núcleos de significação que respondem ao objetivo de identificar a percepção de mães sociais sobre a sua profissão.

Quadro 3: Síntese dos resultados do estudo

Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleos de Significação
Seleção com entrevista; Não tem formação para a função; Escolheu a profissão para cuidar dos filhos; Família é a base e sinto que minha estava estruturada por isso eu vim; Achar que pode passar da sua experiência para as crianças; Gosta do que faz, pois relaciona à sua infância a qual teve a ausência dos pais; Por a caso; por dinheiro; Uma folga por semana e férias de 30 dias; quando eu cuidava eu não tinha o dever de educar; Maior dificuldade é educar, dar bronca; têm salário mais despesas da casa pagas; algumas trabalham sem carteira assinada; só a mãe é avaliada, só o pai não para trabalhar com a função; recebe ajuda da assistente social; falta conhecimento para atuar; o nome mãe social caiu em desuso; a maioria do tempo é uma	Motivação para a função Exigências para o exercício da função Conhecimento necessário	Núcleo I Como me tornei mãe social

correria;		
<p>Cuida também de filhos especiais e não adotados legalmente precisa ter paciência e; não bater nas crianças; tem dom de cuidar; a família das crianças vem visitar; muitas crianças e de diferentes idades para cuidar; auxiliar ajuda no cuidado; elabora cardápio, faz limpeza da casa, cozinha, cuida dos filhos; escolheu a profissão por a gente acaba dando bronca do que conversando</p>	<p>Dificuldades Rotina de trabalho Diferentes tipos de cuidado</p>	<p>Núcleo II A mãe dos filhos dos outros</p>
<p>Marido brinca, mulher impõe regras e normas; conhece pouco a história de cada um; reconhece os próprios erros; diferenças entre o tratamento dado a filhos biológicos e acolhidos; visita os que são adotados; Mas são mais eles que estão ajudando a gente, do que a gente ajuda eles; Penso assim: seu eu faço alguma coisa é para o bem delas sempre; as crianças são diferentes; são carentes e pedem pela mãe; vêm pobres, desnutridos, doentes, fracos, têm muitos pais com vícios de álcool e drogas; há ciúmes entre as crianças; as crianças têm muita dificuldade na escola; é por amor; crianças maiores ajudam; na adoção tem tudo, menos carinho e amor; a relação entre os</p>	<p>Vulnerabilidade, arência e abandono Teimosia e birra Filhos biológicos x filhos sociais</p>	<p>Núcleo III O diferente como desafio.</p>

filhos biológicos e os filhos sociais; Cada criança que vem é um desafio;		
---	--	--

Fonte: A autora.

8.1 Como me tornei mãe social

Durante o estudo buscava-se compreender o que as mães sociais entendiam sobre a sua profissão, porém, ao analisar os relatos destas mães, verificou-se que a prática desenvolvida no ambiente de trabalho caracteriza-se mais como uma função com “treinamento” de dois meses e não se configurando como uma profissão.

O núcleo de significação como me tornei mãe social define-se pela trajetória percorrida pelas participantes para chegar a exercer a função¹² de mãe social e se expressa pelos indicadores: *motivação para a função, exigência para o exercício da função e o conhecimento necessário para exercê-la.*

O indicador *motivação para a função* emerge da fala das participantes para definir o desejo que as levou a aceitar a função de mãe social. Observa-se que das seis participantes investigadas, cinco indicam o gostar de crianças ou da função como o principal motivo, o sentido que as levou a aceitar o trabalho de mãe social: Mona, Rosa, Aurora, Cris, Iara.

Nossa, era tudo o que eu queria trabalhar com criança, gostei e fui atrás. (Iara).

Eu já tinha o desejo de abrir uma casa de criança para mim. (Rosa).

¹² Entende-se como profissão o cargo para o qual a pessoa está técnica e oficialmente preparada por um curso com a devida certificação. Já no caso do exercício de uma função não há esta exigência. Disponível em http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/profissao_01.pdf

A minha intenção era ajudar, não sabia que iria ter todos benefícios e salário. Hoje vejo que não é um trabalho, é uma missão. (Aurora).

É uma profissão em que é preciso abrir mão de um fim de semana e de outras coisas para cuidar dos filhos dos outros. Cada um tem sua história, seus conflitos, e é preciso lidar com isso diariamente. Faço por amor. (Cris)

Já para a participante Nina, o sentido dado a esta motivação está relacionado ao fato de poder ter a filha biológica junto dela.

Mas quando eu soube desta vaga, me interessei porque a minha filha podia ficar comigo e eu podia ir trabalhar tranquila, ficar perto dela, cuidar dela. (Nina).

No primeiro núcleo de significação, a forma como enfatizaram a relevância da sua prática como educadora/cuidadora residente, termo atual para quem atua nesta função (CONANDA/CNAS, 2008), diferente da profissão registrada na carteira de trabalho mãe-social, revela que apesar do baixo salário, prevalece o gostar, residir com seus familiares, acompanhar os filhos, ter uma moradia sem custos, além de poder contar com os direitos trabalhistas previstos por lei.

A gente vai conversando, tem o lado bom disso, estamos juntos, no trabalho, a nossa filha também pode ficar com a gente, acompanho ela o tempo todo, a escola (Iara)

Eu abri mão da minha área de trabalho, do meu trabalho que eu fazia para ficar neste e poder cuidar da minha filha. (Nina)

É, não tenho outra, moro aqui com minha filha de 9 anos, meu marido e as 9 crianças (Iara).

Na sua função, as participantes do estudo procuram desenvolver um estilo de vida mais próximo possível de um ambiente familiar, mantido com responsabilidade solidária que, segundo elas, é para todas as crianças. A atividade diz respeito a uma mãe diferente, em um espaço provisório e, neste, enquanto estiverem juntos, esperam fazer o melhor para o bem estar das crianças.

Nos estudos de Baptista (2006), a tentativa de reproduzir um cotidiano similar ao de um ambiente residencial não significa substituir a família ou imitá-la. Para tornar possível esta realidade, as instituições tiveram que implantar em sua proposta um atendimento personalizado, uma casa térrea, com dependências similares às de uma casa nos padrões normais, de fácil acesso a todos os recursos (saúde, educação, lazer).

Estudos recentes (MORÉ e ESPERANCETTA, 2010) sobre a função de mãe/pai social, apontam que apesar da função ser desenvolvida desde 1987, não foram encontrados estudos no Brasil sobre o perfil social e econômico de quem se habilita a desenvolver a função de pais sociais. Para a função, segundo exemplos presentes no texto AGÊNCIA DE EMPREGOS CATHO (2012) não é questionada a situação financeira do candidato, tão pouco se exige altas competências. Diferente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2002; BAZON e BIASOLI-ALVES, 2000; PRADA, 2007 *apud* MORÉ e ESPERANCETTA, 2010), quando diz que certas competências são necessárias e implicam em um papel primordial de apoio afetivo, no qual estão implicadas práticas relacionadas à socialização e ao desenvolvimento psicológico das crianças e dos adolescentes que estão sob a sua responsabilidade.

Com relação ao indicador *exigências para o exercício da função*, verifica-se que este se define pelas participantes em parte conforme a Lei 7.644/87, que passa a considerar mãe ou pai social a pessoa que se dedica aos cuidados de crianças e adolescentes em sistema de casas lares CONANDA/CNAS (2008). Segundo as participantes do estudo, durante as entrevistas, que fazem parte da seleção, as perguntas eram voltadas sobretudo ao fato de já terem tido filhos ou de terem cuidado de crianças; também foi perguntado se gostavam de crianças. Isto pode ser observado nos fragmentos abaixo:

Perguntaram se eu gostava de criança, se eu já tinha cuidado, se tinha filhos e eu disse que estava ali porque gostava de criança, tinha cuidado da minha filha que era pequena na época, meus sobrinhos e irmãos menores, mas o trabalho aqui é por amor, só por amor mesmo. (Iara).

Tinha feito cadastro no posto de trabalho. Quando me chamaram, pensei que seria um trabalho de creche. Mas encarei o desafio ao saber que iria morar na casa-lar. (Cris).

Todas destacam que passam por uma espécie de treinamento, que tem como objetivo auxiliá-las no trabalho com as crianças.

O treinamento dura em média dois meses e engloba preparação pedagógica, treinamento teórico e prático em cuidados infantis. (Cris).

Então, eles não pediam experiência, formação na área e a seleção teve várias etapas, toda a semana tinha uma, sempre com a psicóloga. Alguns não conseguiram acompanhar o curso dado antes da gente assumir a vaga, mas outros foram comigo, fomos até o fim e fomos considerados aprovados como mãe social. (Nani).

Percebe-se pelas falas das mães, o quanto há de complexidade nessa função. No momento da seleção deste profissional é respeitada a regulamentação existente na Lei 7.644/87 que estabelece o ensino fundamental como formação mínima.

Entretanto, observa-se que esse profissional, na prática de suas funções, além de suprir as necessidades básicas de cuidado, é responsável, também, por questões formativas, cognitivas e emocionais. Nas falas das mães sociais, para

entender esta demanda é necessária formação continuada voltada às necessidades presentes nos sujeitos que elas atendem.

Então essa é a maior dificuldade que eu acho de ser mãe social e a diferença de ser babá. Que é bem diferente. (Mona).

Não adianta só gostar como é o meu caso que eu gostava muito, só que você tem que ter a capacidade também né, você tem que se preparar, igual, eu achava que era só cuidar de criança né, mas no fundo não é, você viu, eu tive que fazer a capacitação, né, realmente, também, você tem que gostar também de criança, por que você se depara com muitos, muitas dificuldades, você tem que ter é, o jeito assim, para você tomar decisões difíceis, por que não é um trabalho fácil, sabe? E... também é... você tem que ter paciência por que é um trabalho que depende dessas coisas, de paciência, e de gostar né e de ter preparação, porque é um trabalho difícil, não é muito fácil ser mãe social não. (Rosa)

Não, mas eu queria ter mais conhecimento, na hora que eles faltam com respeito, que eles não sabem ouvir não, não ter que castigar, falar com eles, aqui a gente faz os cursos, até de cozinheira eu fiz, fazer uma alimentação saudável, eu queria saber mais, aprender mais sobre criança, seu jeito de ser, outras formas de educar porque eles são muito difíceis, tem muitas dificuldades, nada ta bom para eles, falta este conhecimento. (Iara).

Nas entrevistas com as participantes do estudo observou-se que as instituições que contratam para a prática da função de mãe social dão pouco preparo para lidar com as questões trazidas pelas crianças, com demandas de

trabalho que visam a atender aos interesses da instituição, sem que se leve em consideração a trajetória de vida, o tempo e o ritmo da criança.

Sabemos que é complexo suprir as necessidades afetivas, cognitivas e emocionais de crianças que, desde cedo, já passaram por alguma situação de trauma e rompimento em suas vidas (DAVID, 1972; RAPOPORT, 1998; SPIRA, SCIPPA, BERTHET, MEURET, BESOZZI E CRAMER, 2000).

Dessa forma, podem-se compreender as observações de Silva e Gueresi (2003):

A ausência de um conhecimento mais amplo do Estatuto da Criança e do Adolescente por parte dos dirigentes de abrigo faz com que os mesmos pautem o atendimento de suas instituições de acordo com suas próprias crenças e prioridades (p. 40).

Em função da dificuldade de comunicação entre setores da rede social de apoio e as instituições de acolhimento, com a falta de políticas públicas eficazes e de apoio ou auxílio às famílias, as crianças vão permanecendo na instituição (muitas chegam antes de completar um ano e permanecem até os 18), contribuindo para a categoria de crianças esquecidas, descrita por Pereira (2003). Isso vai ao encontro do que Rizzini (2006); Weber (2004); e Aratangy (1998), *apud* D'Aroz (2008), expressam que os pais devem estar cientes de que ser pai e mãe vai além de amá-los, é necessário impor limites, indicar o que é certo ou errado.

Casas lares são instituições nas quais, normalmente, cuidado e atenção individuais ficam extremamente limitados em função do número de crianças que precisam ser atendidas em todas as suas necessidades básicas por, geralmente, um número restrito de profissionais. (DAVID, 1972).

A dificuldade da mãe social, no sentido de garantir cuidados de qualidade, assim como suas reações frente às demonstrações de angústia e desconforto das crianças, coloca em evidência o "mal do acolhimento", proposto por DAVID (2001). Neste sentido, afirma que os cuidadores sem supervisão e orientação correm sérios riscos em função da exposição às emoções provocadas pelo contato com crianças pequenas e em sofrimento.

Trabalhar com crianças acolhidas requer conhecer a sua história de vida, estar preparado para saber olhar e compreender a criança no conjunto de suas

relações sociais e simbólicas. Quando se fala em crianças acolhidas, sabe-se das dificuldades que as rodeiam, por isso, precisamos compreender não unicamente as crianças, mas, antes de tudo, o conjunto das interações que as crianças mantêm com seus pares. Esses sujeitos, muitas vezes, trazem em sua biografia experiências de opressão e de humilhação, provocadas por outras crianças ou adultos na família e fora dela. Sentem-se inseguras e não sabem pedir ajuda. A baixa auto-estima, a agressividade, birra, choro, apatia, são comportamentos consequentes das experiências anteriores, agravados por atitudes de sofrimento, de incertezas, inseguranças sobre o tipo de família que tem (BAPTISTA, 2006, p. 65).

Pereira (2003) ressalta que somente a partir de capacitação profissional que as mães sociais poderão assumir posição de maior autonomia na educação da criança e do adolescente, sendo reconhecidas como referência, tanto para a criança, como no que se refere aos conhecimentos que tem sobre ela.

Em Curitiba, Paraná, o CONANDA/CNAS (2008) determina que quem atende crianças e adolescentes necessita receber capacitação de qualidade, formação continuada que contemple cada serviço na sua especificidade. Antes de assumir a função, o educador (a), mãe ou pai social deverá passar por um período mínimo de 80 horas de acompanhamento sempre sob a supervisão de um técnico. Quando o educador ou pais sociais residirem no local, o período de acompanhamento deverá ser de, no mínimo, 30 dias.

Somente em uma das casas lares pesquisadas, a capacitação das mães sociais/educadoras residentes acontece antes da inserção na casa e durante o período de permanência. No curso (treinamento) para ingressar na função, segundo as participantes do estudo, aprendem:

Ah, assim, como lidar com os filhos dos outros, com as crianças com dificuldades, problemas, que precisava ter paciência, não podia bater, tinha que cuidar os filhos dos outros. O curso, a terapia durou 2 meses e só depois a gente entrou (Nina)

*A coordenadora, ela me pediu para passar pela entrevista, fazer o curso e eu nem pensei duas vezes, vim e to aqui. (Iara)
 (...) eu tive a preparação, o curso né, de preparação, eu fiz o curso. E estou nessa a 8 anos (Rosa)*

Outro fator relevante presente nas casas lares pesquisadas é a presença da figura masculina. No caso das participantes deste estudo, a educadora/cuidadora residente relata que o pai social participa dos cuidados com as crianças, tem uma relação de pai com as crianças; para eles, segundo as mães sociais, os filhos sociais são como filhos biológicos. Embora os pais, companheiros das educadoras, participem da vida e do cuidado das crianças ao retornar do trabalho, estes pais não são contratados pela casa lar, não passam por avaliação e não recebem salário.

*Ah, ele chega é aquela gritaria, pai, pai, querem colo, é aquele carinho, ele dá atenção para todos, fica bobo, gosta muito deles, é apegada em cada um, os nossos eram assim, estes são crianças carentes, mas afetuosas, agradam assim...
 (Nina)*

(...) ele trabalha com concertos e reformas, é meu braço direito, nossa, se não fosse ele me ajudar, não sei se daria conta, é uma mão na roda ter ele aqui, hoje ele tá aqui, é ele que faz os concertos... eu agradeço por ter meu marido aqui, gosto muito dele mesmo, se não fosse ele aqui comigo, não sei se eu daria conta de tudo eles, mas eu tô aqui a 3 anos e meio, não penso em sair daqui, não me vejo fora daqui. (Iara).

O meu marido trabalha fora, mas ele, o trabalho dele dá para ele me ajudar um pouco então ele ajuda um pouco também, né, e, aí fica um pouco mais fácil também por isso, por que meu marido também gosta muito do trabalho, ele só não tem o

título de pai social, mas ele é um pai social também sabe?(Rosa)

Observa-se na fala da educadora Mona, o quanto é complicado a situação do pai não receber cursos, não ser avaliado e, ao mesmo tempo, participar da educação e do cuidado de crianças que passaram por situações extremamente difíceis, a ponto de serem retiradas de suas famílias de origem.

Mais família né, agora o marido não, mas meu marido gosta muito do que ele faz, ele ama é... as crianças, sabe? Então a gente tem o perfil da criança é de menos de 7 anos. Esse é o nosso perfil, então quando a gente fica com a Rafaela, a Rafaela é uma menina de 1.85cm, com 11 anos de idade, ela é uma adolescente já né, então ela tem toda aquela complicação de adolescente, então a gente tem essa dificuldade por que é não é o nosso perfil, mas enfim, e como não tem mãe, a gente ta se desdobrando e pra, então é essa parte que meu marido reclama, de não ser um perfil nosso e a gente ficar sobrecarregado sabe? (Mona).

Para a criança, após a separação da família, os pais sociais da instituição de acolhimento passam a ser figuras significativas para seu desenvolvimento e, em alguns casos, a relação de apego construída neste período é muito forte. Cuidar para Weber (2004) não é somente tarefa feminina, seja no contexto familiar, educacional ou institucional, pode ser aprendido e desenvolvido independente de gênero.

Sobre a presença do pai social, a Lei, 2.971 de 2004 argumenta que as instituições destinadas à proteção de crianças e adolescentes em situação de risco social privados da convivência familiar, devem se assemelhar a uma família, sendo importante, portanto, a presença do pai social, tanto quanto da mãe social (MORÉ e ESPERANGETTA, 2010, p. 521). (WEBER, 2004).

O indicador *conhecimento para a função* aponta a falta de preparo das educadoras residentes para lidar com situações problema, questões escolares,

afetivas e sociais, demonstrando sentimento de impotência e de necessidade de mais conhecimento. No cuidado com as crianças, lara acredita que a formação em Pedagogia irá auxiliá-la.

(...) acho que fazendo Pedagogia vai me ajudar muito, o curso ensina a cuidar de criança, sempre ajuda saber mais, até no comportamento, porque são assim, não têm paciência, eu sei que eles tem vários problemas, não aprenderam, foram maltratados, estão longe da mãe, ficam estressados, mas eles são diferentes neste sentido de não saber esperar, tudo é no tapa (lara).

A educadora percebe que ter um conhecimento específico na área iria auxiliá-la na prática do seu trabalho com as crianças. Frente às dificuldades de comportamento buscam suporte com a psicóloga.

Quando você chegou tinha uma menina sentada aqui, lembra? Ela estava de castigo, eu dou castigo, eu não bato, mas boto para refletir, não vai no passeio, tem que pedir desculpas, divido isso com a psicóloga. Sim, ela vem 3 x por semana, temos muitas crianças agressivas, difíceis de lidar, ela nos ajuda.(Nina).

Se eu vejo que não to conseguindo, chamo a psicóloga, ela vem, leva a criança, conversa, me chama e assim vai acontecendo, se falar palavrão, tiro um brinquedo, uso o dicionário para explicar para os mais velhos o que eles falaram, se não funcionar, eles perdem passeio, a TV, desenho, filme, isso demora muito, um ano às vezes. (lara)

A educadora Rosa, ao mesmo tempo em que se sente capacitada para a função, se contradiz ao falar sobre como lida com situações de conflitos com e entre as crianças:

Eu me sinto, eu me sinto por isso, por que como eu quero, eu sempre quis que é uma coisa que eu gosto né, e também, que eu tive a preparação, o curso né, de preparação, eu fiz o curso. E estou nessa a 8 anos (Rosa).

(...) O mais importante é o cuidado com eles, né, e isso eu tenho pouco, eu não posso fazer muito, então essa é a maior dificuldade que eu acho, porque se eu pudesse cuidar mais deles, seria mais fácil na obediência, né, em tudo, tu vê, eu sou obrigada a brigar com eles, fazer eles obedecerem, ficar quieto porque eu tenho que fazer outra coisa, né.(Rosa)

As educadoras/ cuidadoras residentes (Iara, Nina e Rosa) não deixam clara a falta de conhecimento para a função, mas frente ao trabalho com as crianças, as demandas que surgem diariamente, percebe-se que um conhecimento mais amplo e específico se faz necessário. Mesmo relatando que alguns cursos são oferecidos, observa-se a necessidade de uma formação continuada voltada ao atendimento de crianças acolhidas.

Um dos cursos oferecidos, o de capacitação em “alimentação saudável” foi ministrado por profissionais da Empresa “Mesa Brasil”. A Mesa Brasil - SESC PARANÁ é um programa de segurança alimentar e nutricional sustentável, que redistribui alimentos excedentes próprios para o consumo ou sem valor comercial. O programa constitui-se numa ponte entre o SESC, os supermercados e outras empresas do gênero alimentício que busca onde sobra e entrega onde falta, contribuindo para diminuir o abismo da desigualdade social no país. O programa é também uma ação conjunta que integra o SESC Paraná, empresas, instituições sociais e voluntários no esforço de diminuição das carências alimentares e do desperdício de alimentos, com um papel pró-ativo. O trabalho do Mesa Brasil

SESC Paraná vai além da distribuição de alimentos, com ação educativa permanente, incluindo treinamentos, cursos, oficinas e palestras para difusão de conhecimentos sobre temas diversos na área de saúde, visando orientar a produção de uma alimentação segura para os receptores. Os cursos ofertados são: transporte de alimentos, higiene e comportamento pessoal, manipulador de alimentos I e II, reaproveitamento de alimentos. Estes cursos são ofertados bimestralmente para os envolvidos com a alimentação das crianças nas instituições de acolhimento. A carga horária do curso é de 8 horas. Por meio de cadastro, as instituições sociais recebem alimentos perecíveis e não perecíveis respeitando uma rotatividade destas instituições (SESC-PR, 2012).

8.2 A mãe dos filhos dos outros

Este núcleo, *a mãe dos filhos dos outros*, surge a partir da análise das falas das mães sociais e define-se como constituindo as atividades desenvolvidas junto aos filhos sociais. Se expressa a partir dos seguintes indicadores: *os diferentes tipos de cuidados; dificuldades; rotina do trabalho*.

Como primeiro indicador deste núcleo tem-se os diferentes tipos de cuidado, pois as mães sociais expressam lidar com diferentes sujeitos, o que exige delas formas diferenciadas de agir.

Igual você viu aqui, tem hora que eu coloco um no quarto, tiro coloco na cadeira, tiro, quando o tempo ta quente que eles podem ficar lá fora é bem mais fácil por que ai um brinca aqui outro brinca ali, mas quando eu tenho que manter todos dentro de casa, aí é um pouco mais complicado por causa do igual que eu te falei a idade né, a faixa etária é meio que misturada então é um pouco difícil. (Rosa)

Tem uns que eu posso dar um pouquinho mais de... Que nem eu falo para eles, mostrar os dentes, outros eu não

posso, outros eu tenho que ser dura, então cada vez que ele vai chegando, esse menino, o Valdemir, ele é o último que chegou para mim, então ele é uma criança difícil, e ele então é a criança no momento que eu tenho que dar mais bronca (Mona).

É importante ressaltar que nas relações de afeto e de cuidado, os papéis desempenhados pelas mães sociais assumem um significado muito específico e de grande importância para o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo das crianças (SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2006). Na percepção das seis mães sociais entrevistadas, a relação com as crianças é de mãe, de carinho, respeito, diálogo, cooperação, mesmo que isso não aconteça de forma tranquila, que haja necessidade de deixar a criança no quarto refletindo sobre algo que tenha feito e não deveria. Por outro lado, os comportamentos são justificados por ser um ambiente familiar com muitos filhos, e cada um tem um jeito de ser e de se comportar.

A mãe social, como é chamada, é também uma educadora social, uma cuidadora residente e, para esta função, requer, segundo Romans (2003, p. 167-169), mais que se identificar com a área social, requer habilidade profissional técnica, de interação ou conhecimento, de competência social, de formação em atitudes e valores, de formação para o auto-cuidado do educador.

Esta profissão é muito mais complexa do que se possa imaginar. Não basta, como se costuma acreditar que, gostando de criança e fazendo o bem, o trabalho em uma instituição de acolhimento seria o ideal e responderia a estes anseios. Ser educador social residente requer conhecimento, compromisso, habilidades, tolerância, enfim, muitas outras considerações (ROMANS, 2003). Para muitas destas crianças, os pais sociais representam os pais que eles não têm ou não tiveram, e ainda, dependendo da relação, os pais que gostariam de ter.

Mas é preciso tomar cuidado com esse sentimento, com o referencial que os pais sociais representam para eles, pois, se ao retornar para suas famílias este referencial não se conferir nos pais biológicos, a criança pode encontrar dificuldades de reatar vínculos, ou mesmo de construir outros.

Quanto ao indicador dificuldades, este está ligado a atitudes que, no dia a dia, podem se tornar difíceis de serem seguidas pela complexidade dos comportamentos evidenciados por estas crianças. São citados o não bater nas crianças, precisar ter paciência, administrar as tarefas diárias, entre outros.

Olha tem bastante dificuldade, mas a maior dificuldade que eu sinto, é em relação a isso, é conciliar a administração da casa com o cuidado com eles, que eu acho que o mais importante é o cuidado com eles, né, e isso eu tenho pouco. (Mona)

Por que assim, quando eu cuidava, eu não tinha o dever de educar, assim, os pais educavam né, hoje não, hoje eu tenho que educar, então, às vezes eu me sinto meio megera, fico me sentindo mal às vezes, por que eu tenho que dar dura (Rosa).

É estranho, né, porque daí eu tenho que fazer, cumprir minha obrigação, e aqui é a minha casa, então por mais que aqui eu sinta a minha casa, mas não é a minha casa, é o meu trabalho, então se chegar aqui meus filhos e eu ter uma atividade com as crianças, os meus filhos tem que ficar e eu tenho que sair. (Cris)

A rotina do trabalho, enquanto indicador do núcleo de significação a mãe dos filhos dos outros, se expressa no limpar a casa, preparar as refeições, cuidar das crianças para irem à escola, dentre tantas outras coisas que surgem neste ambiente, como a visita de familiares das crianças, dos padrinhos afetivos, de visitantes e amigos das crianças. Segundo algumas participantes, Rosa, Lara e Nina, este trabalho leva ao cansaço, ao desgaste.

Então, eu to pensando em parar agora, justamente por isso, porque tem 8 anos e quase 8 anos e meio, né, e é

um trabalho que ele..., é a gente fica muito esgotada assim, muito cansada. (Rosa).

O salário é razoável, mas se fosse pelo salário, pagar as nossas despesas, a gente não trabalharia aqui, eu iria para uma creche, faria pedagogia e ia dar aula, mas não ficaria aqui, gostaria muito, ficamos porque temos esta vantagem, amamos o que fazemos, mas ganhamos muito pouco, em outra casa não daria para ficar com este salário (lara).

Gosto, gosto tanto que eu to pensando em parar assim, mas não parar de tudo, eu vou voltar a ser voluntária (Rosa)

Muito, é cansativo, mas eu gosto, como já te disse, não penso em sair, nem penso em outro emprego (Nina).

Nas três casas lares investigadas, as mães sociais pesquisadas relatam ter rotinas semelhantes como arrumar a casa, preparar a alimentação, cuidar da louça, do banho, das tarefas escolares quando não há a presença da pedagoga. Muitas das atividades são, também, desenvolvidas pelas crianças mais velhas supervisionadas por um adulto. A auxiliar é também a responsável pela limpeza da casa. Não há, segundo as mães sociais, uma regra geral para administrar a casa, cada uma administra do seu jeito.

Torna-se fundamental redimensionar o número de mães sociais em relação ao número de crianças, uma vez que as atividades destas se organizam nas vinte e quatro horas. Neste contexto faz-se necessário que a mãe conheça a criança nas diferentes faixas etárias e suas peculiaridades, tais como: intolerância alimentar, preferências, hábitos de sono e de eliminações, controles especiais com sua saúde, entre outros, o que irá favorecer o atendimento e a necessidade da criança de forma individualizada, estabelecendo vínculos afetivos, permitindo o engajamento na relação cuidador-criança. Aprender a realidade do outro tendo

sensibilidade para o que ele está sentindo e vivenciando é um requisito para o processo do cuidar (WALDOW, 2004, p.191).

A responsabilidade de cuidar dos filhos dos outros é maior que cuidar dos meus. (Cris).

Diante deste relato, torna-se essencial, primordial, a necessidade de capacitação destas mães sociais dentro de um processo que propicie novos conhecimentos, e que traga mais segurança para execução dos cuidados com as crianças. Esse processo deve ser amplo, não se limitando ao formal, deve incluir aspectos informais, como encontro com outros educadores, auto- aprendizagem, que são experiências que se refletem no desempenho das cuidadoras e no alcance dos objetivos da instituição.

8.3 O diferente como desafio

O núcleo “*o diferente como desafio*” se constituiu a partir das narrativas das mães sociais envolvendo o desafio de cuidar do diferente. Se expressa a partir dos indicadores: vulnerabilidade, carência e abandono; teimosia/birra e das diferentes formas de agir com filhos biológicos e filhos sociais.

O cuidado desenvolvido pelas mães sociais é comparado sempre ao cuidado que tem com seus filhos biológicos em casa, porém deixam bem claro que “são muitos e não tem como fazer diferente”.

Eu assim, eu me espelho em casa com os meus filhos e tento tratar eles da mesma forma. Passo pra eles o carinho, a hora do educar e tem a hora do castigo porque onde não tem disciplina não tem como ter uma convivência e então me espelho em casa e trato eles aqui (Aurora).

Em geral, as falas das mães sociais entrevistadas se mostraram fortemente marcadas por elementos associados ao desconhecimento da situação de acolhimento de cada criança, a situação de vulnerabilidade que envolve as famílias das crianças e alguns adolescentes, sua carência afetiva e a situação de abandono por parte dos pais e responsáveis.

Quem abraça uma profissão desenvolve um trabalho o qual tem duas dimensões: uma pessoal, que diz respeito ao seu significado para a vida. E a outra, social, que se refere à utilidade daquele trabalho para a coletividade em função da qual é realizado (COSTA, 2002). Estes dados foram encontrados nas falas das seis mães sociais pesquisadas. Os relatos podem ser observados nos fragmentos das falas abaixo.

Cada um tem o seu jeito, uns são mais irritados, outros mais calmos, um me chama mãe, mãe e ai o outro já começa também, todos querem atenção e a gente tem que ter paciência porque são pequenos, vêm todos ao mesmo tempo (Nani).

Ah, ele chega é aquela gritaria, pai, pai, querem colo, é aquele carinho, ele da atenção para todos, fica bobo, gosta muito deles, é apegada em cada um, os nossos eram assim, estes são crianças carentes, mas afetuosas, agradam assim. Eles me chamam de mãe, às vezes ficam calados, tristes, acho que estão pensando na mãe, na outra família, mas logo passa. Eles me escutam, às vezes choram, eu cuido, acalmo e passa. Eu não minto, eu falo a verdade, digo que um dia ela vem (a mãe da criança). A maioria reage numa boa (Nina).

Cada um é diferente no jeito de ser, uns são mais calmos, outros são chorões, teimosos, acho que a teimosia é a pior de todas (Iara).

Observa-se no relato das mães sociais, a referência ao jeito de ser de cada criança e a uma falta de atenção e afeto por parte da família de origem. Outra referência dada é o diálogo. Nesta relação, as mães procuram dialogar sobre tudo. Estas observações podem ser discutidas a partir dos estudos de Cassol e Antoni (2006).

Dados semelhantes aos descritos acima aparecem em estudos de Stoltz (2006, p. 126), ao observar que “crianças que interagem bem consigo mesmas e com os outros apresentam a combinação dos seguintes aspectos em seus contextos interativos: exigência de maturidade, diálogo, noção clara de limites, consideração positiva de alguns atos e a presença de afeto por parte do responsável pela criança”.

Das observações apontadas pelas mães sociais, a referência ao comportamento das crianças parece moldada por situações de agressividade, teimosia e birra, dificuldades de entender e aceitar respostas negativas como um “não”, podendo esta estar relacionadas à ausência percebida nos diferentes estilos parentais presentes nas famílias biológicas das crianças (WEBER, 2004). Para a mãe social Nani, a presença destes fatores exige mais paciência no seu trabalho, organização das atividades, um tempo maior dedicado ao cuidado das crianças.

São diferentes, cada um é de um jeito, se falar não para um da a maior briga, para o outro não da nada, se eu explico que agora não pode, mas depois eu deixo, eles aceitam numa boa.(Nani)

Tem muitas dificuldades, comportamento, mas a gente tem dado conta, agora temos uma pedagoga, antes não tinha, era tudo comigo. São lentos, não estão alfabetizados, dão trabalho, tem que dar atenção individualizada, ter paciência. (Nani)

(...) a gente entende de criança, mas eles são diferentes, no comportamento, às vezes fica difícil, é diferente eu dizer não para eles e não para a minha filha. (Iara)

(...) eles não tem paciência, eu sei que eles tem vários problemas, não aprenderam, foram maltratados, estão longe da mãe, ficam estressados, mas eles são diferentes neste sentido de não saber esperar, tudo é no tapa. (Iara)

Hoje eu tenho que educar, então às vezes eu me sinto meio megera, fico me sentindo mal às vezes, por que eu tenho que dar dura e isso às vezes me machuca, principalmente com a maior, por que ela já tá pré adolescente, então eu não me sinto bem para dar bronca. (Mona).

Eu sou obrigada a brigar com eles, fazer eles obedecerem, fica quieto por que eu tenho que fazer outra coisa, né. (Rosa)

Segundo Stoltz (2006, p. 125-126), “a criança solicita o fazer conjunto (no brincar, comer, passear, aprender, rir, jogar...)”. “Juntamente com o atendimento às necessidades básicas, o fazer conjunto permite o estabelecimento da relação afetiva e a conquista da confiança da criança na pessoa do cuidador e nos seus pares”. Essa percepção também é confirmada por Campos (1994, p. 15) ao revelar que o cuidar inclui todas as atividades ligadas ao cotidiano de qualquer criança: “alimentar, lavar, trocar, curar, proteger, consolar, todas as atividades que são integrantes ao educar”. Segundo o autor, esses procedimentos têm por objetivo atender às necessidades da criança no seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Observemos, com Stoltz, que o eu só se reconhece a partir do contato com o outro, ou seja, o outro é indispensável para questionar as nossas ações no sentido do processo de transformação (STOLTZ, 2006, p. 127). A partir desta ótica, Stoltz conclui que a criança não chega a reflexões críticas sem o outro, mas

o outro que, necessariamente, a força a rever seus atos. Sendo assim, observa Stoltz, o contato com o outro e diferentes outros são fundamentais no sentido de ampliar o universo de questionamentos acerca de inúmeras ações. O trabalho com a alteridade torna-se, portanto, essencial na educação. (GUÉRIOS e STOLTZ, 2010).

As observações que emergem ao longo do discurso das mães sociais nos fazem recorrer novamente a Rizzini, (2006); Weber, (2004) e Aratanga, (1998 *apud* D'ARÓZ, 2008), que expressam que os pais muitas vezes não têm ciência de que ser pai e mãe vai além de amá-los, ser pai e mãe é educar, impor limites, indicar o que é certo ou errado. Estas observações também estão presentes em Zagury (1996, p. 31, *apud* D'ARÓZ, 2008), quando aponta o cuidar como sendo um ato de amor, mas um amor que não esquece o trabalho com limites.

Tais comportamentos como impor limites, cuidar, estar atento, refletem-se nos papéis familiares, principalmente na relação afetiva entre os pares. Quando há uma relação de afeto entre pais e filhos, esta relação se apresenta de forma explícita, mostrando interesse e afeto pela criança e por tudo o que envolve o seu bem-estar físico e emocional. Entretanto, repetimos, não basta os pais serem fisicamente presentes e afetuosos, é preciso que estejam cientes de que ser pai e mãe vai além de amá-los, ser pai e mãe é educar, impor limites, indicar o que é certo e errado, orientar para que possam seguir um caminho (DESSEN, 2005, *apud* D'ARÓZ, 2008).

Educar para o que é certo e errado emerge da fala das participantes Nina, Iara e Rosa como expresso em formas de punição, entendendo que, se alguém fez algo de errado, precisa responder por isso, sendo com momentos de reflexão, sentados em uma cadeira, realizando uma atividade, ouvindo a mãe social explicar o que não deveria ter feito. As diferentes formas de punição aparecem desde uma conversa, privação das coisas de que gostam e até é citada a situação de ficarem calados para refletirem sobre o que fizeram. Para as mães sociais, é preciso pensar sobre o que se fez de errado, chamá-los para uma conversa, aconselhá-los para que não repitam o erro.

(...) a maior dificuldades, fazer eles entender que não pode, não deve, eles são pequenos, eu preciso ensinar o tempo todo, todos os dias, isso cansa muito, é estressante(Nina).

(...) eu sou obrigada a brigar com eles, fazer eles obedecerem, fica quieto por que eu tenho que fazer outra coisa, né (Rosa)

Weber, Aratangy (1998 p. 102), observam sobre um velho ditado que diz: “um tapa vale mais que mil palavras, não acredito em tapa bem dado, e nunca soube de uma informação importante que necessitasse de mil palavras para ser transmitida e compreendida”. Uma criança que apanha aprende a ser agressiva (ao apanhar dos pais, percebe que bater no outro é uma forma válida de resolver um problema), cínica (pela repetição das palmadas, a criança desenvolve a capacidade de apanhar sem se sentir humilhada), mentirosa (o único ensinamento direto de um tapa é que certos comportamentos provocam dor física, portanto, a criança aprende a mentir para evitar o confronto), e covarde (fugir da dor torna-se um dos objetivos mais importantes da vida em detrimento de qualquer outro valor. O castigo, segundo Aratangy (1998) e Weber (2004), é parte integrante do processo educacional, e não um ato de vingança ou penitência.

Para Koller (1996) e Sarti (2003), Bason e Biasoli-Alves (2000, *apud* D'ARÓZ, 2008), assim como os pais podem determinar aspectos de proteção (envolvimento, afeto, regras claras, responsividade, etc.), podem determinar também aspectos de risco (punição física, negligência, regras inconsistentes ou ausência de regras etc). Estes aspectos contribuem para determinar o desenvolvimento e a socialização dos filhos, os quais irão construir passo a passo um repertório comportamental para toda a vida (PRADA, 2007).

No que se refere à vulnerabilidade, observa-se que a pobreza, a miséria, o uso de álcool e de drogas aparece como indicador de maior incidência nas famílias de origem das crianças acolhidas.

A maioria é a pobreza, não tem o que comer, vêm desnutridos, doentes, fracos, e têm muitos pais com vícios de álcool e drogas (Aurora)

São, todas vieram porque o juiz determinou, umas têm família que vem visitar, outras a família sumiu, aí quem leva eles para passear é o padrinho/madrinha (Iara).

Agente acaba conhecendo no dia a dia, mas eu não sei, tento cuidar igual, a Mariana chegou aqui com 7 meses, chorava muito, hoje ela é tranquila, comilona, linda. Não sei nada dela nem de onde veio e porque veio, a família não veio visitar, eles (...) geralmente quando a criança vem pra cá, é por que a família é toda desestruturada, por que família estruturada a criança não vem pra cá por que um erro, se vem é por que a família é toda desestruturada, e aí geralmente é muito difícil voltar, a reintegração é bem difícil, vejo mais mesmo é adoção (Rosa)

À medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros são criadas situações de vulnerabilidade. Logo, pode-se concluir que a vida familiar, para ser efetiva e eficaz, depende de certas condições que garantam a sustentação da mesma e a manutenção de seus vínculos afetivos e de reponsividade (VIGNOLI, 2001; ARRIAGADA, 2001; FILGUEIRA, 2001, *apud* D'ARÓZ, 2008, entre outros).

Embora tenha ficado claro que a vulnerabilidade está intimamente ligada a questões sociais envolvendo sujeitos e espaços fragilizados, chama-se a atenção para que o conceito de vulnerabilidade social não caia no senso comum, que entende como vulneráveis as pessoas pobres. Entre os fatores que dificultam a permanência da criança em casa, além da pobreza, está a inexistência ou ineficácia das políticas públicas, a falta de suporte à família para o cuidado aos filhos, as dificuldades ligadas à geração de renda e à inserção dos pais no mercado de trabalho. Segundo Rizzini, “atrás de uma criança excluída da escola, da comunidade e em situação de risco, está uma família desassistida pela política social.” (RIZZINI, 2006).

A casa lar, além de espaço de acolhimento, é para essas crianças uma família diferente, além do fato da instituição possuir suas guardas provisórias enquanto esperam por adoção ou retorno à família de origem. Neste espaço, na medida do possível, deveriam receber toda a atenção necessária para o seu desenvolvimento cognitivo e emocional, frequentar a escola, receber atenção com a saúde, apoio jurídico e toda a atenção às suas necessidades básicas diárias. O contexto da casa lar, segundo Bronfenbrenner (1996), é muitas vezes o ambiente imediato de maior impacto em suas vidas, é o microsistema no qual ela realiza maior número de atividades, assume diferentes papéis e estabelece interações pessoais face a face ou simbólicas. Estas interações podem ser por um curto tempo para as crianças que são adotadas ou retornam para a família de origem, ou podem ocorrer durante períodos significativos durante o acolhimento.

O acolhimento destas crianças não significa apenas dar a eles um teto. A partir do momento da chegada da criança ou adolescente à instituição, esta, por sua vez, não só o acolhe, mas passa a ter outras atribuições. A instituição deve priorizar como objetivo o retorno da criança ou do adolescente acolhidos à sua família de origem no mais breve prazo possível. Isso requer da mãe social esforços no sentido de manter os vínculos dos acolhidos com suas famílias. (BAPTISTA, 2006, p.55-56).

(...) tem mãe que vem visitar e vão embora, eles perguntam, tia quando a minha mãe, a outra, vem me buscar, eu explico que um dia ela virá, mas tem que ter paciência, rezar, confiar, que vai acontecer, quando vou voltar para casa, morar com minha mãe, onde estão meus irmãos mais velhos, eles chamam pelo nome. Eu digo também que para morar com a mãe o juiz é quem decide (Nina).

(...) querem saber quando vão ver a mãe, o pai, se eles vão voltar, quando os pais não aparecem, eu conto tudo para eles, não deixo expectativa, não minto, eles sabem tudo, digo que o pai não vem, a mãe um dia vem, e assim, vamos ganhando

tempo. Tem alguns que sabemos que não virão, aí com a ajuda da psicóloga, vamos preparando para eles gostarem de uma pessoa que será a mãe um dia. “Sempre da certo” Eles me escutam, às vezes choram, eu cuido, acalmo e passa. Eu não minto, eu falo a verdade, digo que um dia ela vem. A maioria reage numa boa. (Iara).

Como indicador, a relação entre os filhos biológicos e os filhos sociais é um dos fatores relevantes presentes nas falas de todas as educadoras residentes (Nina, Iara, Rosa, Mona, Cris e Aurora). Os pais sociais deste estudo se mostram atentos à função educativa dos filhos biológicos, reproduzindo-a na instituição de acolhimento, como ilustram os exemplos a seguir:

Quando uma das minhas filhas morou aqui, tinha uma criança que tinha ciúmes dela comigo, para se vingar, pegava as coisas dela, minha filha tinha 10 anos e a outra tinha 6, esta daqui queria ser minha filha também, como a minha e aí, pegava o material escolar dela e rasgava, tudo o que ela pegava ela destruía, minha filha não brigava, mas ficava sentida, eu tinha que sentar e concertar tudo, refazer os trabalhos da escola, não foi nada fácil (Nina).

A minha filha me escuta, não diz palavrões, não bate o pé, mas eles sim às vezes não sabem como fazer (Iara).

Ela aceita, ela tem um poquinho de ciúminho, mas dos maiores, dos menores não, é só dos maiores mesmo. Eu explico para ela, converso bastante, tenho a ajuda da psicóloga, ela faz acompanhamento psicológico porque nem tudo ela entende, ela não tem um quarto, dorme no meu quarto. A gente vai remediando, ajudando, mas quando ela viaja, vai lá para a casa dos avós, ela quer voltar ou eu tenho que deixar uma criança ir junto com ela (Iara).

Tento cuidar igual, a Mariana chegou aqui com 7 meses, chorava muito, hoje ela é tranquila, comilona, linda (Iara).

Os meus filhos entende, né, os meus filhos não tem essa... não ficaram... no começo o meu filho que mora comigo ficou com ciúmes, e ele não quis vir, e ele ficou pra lá, com o tempo ele foi é... começou a vir aqui, e começou a conhecer as crianças e viu a necessidade das crianças e aceitou dividir, aí ele veio embora pra cá sabe?(Mona)

Eu consigo separar as duas coisas sabe, mas assim, pra família é mais difícil, pra eles são mais difícil do que pra mim, pra mim é mais fácil. (Rosa).

Olha, eu não tive muito, eu não tive esse problema por que meus filhos já eram com 20, 21 anos, mas eu já vi de outras mães, elas tem muita dificuldade quanto a isso, por que ela tem que se doar para o acolhido e ela tem o papel de mãe biológica, e às vezes o filho não entende muito isso, e a criança acolhida também não entende muito por que ele também quer a mãe para ele, o filho biológico também quer, então isso é um pouquinho também, tem que saber fazer as duas coisas. (Rosa)

Estes são mais especiais pra gente, o cuidado, o carinho, assim, a preocupação com o futuro deles. Os da gente, a gente encaminha, se preocupa, mas é diferente, mas não é tanto quanto estes né, acho que é porque eles não tem quem se preocupe com eles e aí, a gente se apega mais ainda, é bem mais especial o jeito que a gente tem de ver eles. (Nina)

Percebe-se que há uma preocupação com o cuidado, mas que deixa lacunas quanto às dimensões afetivas, emocionais e cognitivas, visto que estamos trabalhando com um profissional que se ressentia da falta de conhecimentos específicos para lidar com uma criança em situação de vulnerabilidade social. Para as mães sociais entrevistadas, tudo o que fazem pelos filhos biológicos, fazem pelos filhos sociais, seja no cuidado, na alimentação, nas tarefas escolares, no afeto e no que tange à saúde das crianças. Porém, esta mãe tem dificuldade de entender que, por ser diferente, o filho social requer cuidados para além dos que já são necessários pelos filhos biológicos, visto ser uma criança acolhida e ter tido direitos fundamentais violados. Cuidar da criança acolhida requer maior atenção, conhecimento sobre o acolhimento, a família, a sua história de vida. Nessa ótica, as educadoras residentes apresentam ter o conhecimento atrelado ao senso comum e não percebem estas diferenças entre as crianças.

Meu Deus, minha filha, hoje... (pensa) é uma coisa que não sei explicar, é por amor mesmo, é dar carinho, amor, cuidar, ser mãe como sou da minha filha, fazer por eles o que faço por ela, ser mãe de uma família grande, mãe de 10 filhos. Aqui a gente administra como quer e achar melhor, tudo o que faz e tem uma família normal. (lara).

Lido bem eu acho, às vezes fica complicado, por exemplo, se eu estivesse na minha casa e não quisesse fazer comida, comprar uma pizza eu faria, aqui eu não posso ter esta liberdade, ou é para todos ou nada. (lara).

Observa-se na fala da lara, a contradição entre o discurso e a prática, uma vez que diz fazer tudo o que uma mãe faz por seus filhos e que há autonomia para administrar a casa da forma que entender ser a mais adequada; no entanto, pouco depois, mostra como desejaria fazer diferente.

As mudanças ocorridas em todos os segmentos da sociedade são reflexos do contexto social, político e econômico vivido no Brasil nos últimos anos. No

contexto familiar, tais mudanças levaram muitas famílias a buscar por diferentes formas de geração de renda. Com mudanças significativas ocorrendo na vida social da mulher, ela precisou deixar o aconchego do lar e o cuidado exclusivo da casa e dos filhos, para ingressar no mercado de trabalho. Muitas mulheres, mesmo com uma carga horária extensa, se dividem entre os cuidados da casa e a profissão sem deixar de lado as relações de afeto e educação dos filhos sob os seus cuidados, segundo elas, as funções mais significativas a serem desempenhadas. Para a função de mãe social, acredita-se que, por não haver exigência de uma formação específica para a função, muitas mulheres-mães se percebem, de início, como preparadas, e, ainda, mesmo no exercício de outra profissão, conseguem conciliar a maternidade dividindo o cuidado dos filhos biológicos com os filhos sociais (PRADA, 2007).

A interação entre os núcleos de significação: como me tornei mãe social, o cuidar dos filhos dos outros e o diferente como desafio permitem a resposta ao objetivo voltada à percepção das mães sociais sobre a sua profissão.

Como me tornei mãe social, nos leva a respostas e reflexões do objetivo geral de identificar a percepção de mães sociais sobre a profissão que exercem. O sentido exposto pelas educadoras/cuidadoras residentes para exercer a função foi motivado pelo gostar, que remete a uma subjetividade de desejos.

O ser mãe do filho dos outros, evidencia a percepção das participantes do estudo de sua função, requerendo, basicamente, os mesmos conhecimentos que utiliza ao interagir com os filhos biológicos. O problema é que são filhos sociais, diferentes dos biológicos em termos da história de privações e de vulnerabilidades. É necessário um olhar voltado para este outro diferente, que haja empatia em relação a este outro para o desencadeamento de trocas significativas. Se eu não sei com que público estou lidando, jamais saberei realmente quais estratégias utilizar para trabalhar com estas pessoas.

O núcleo *o diferente como desafio*, a dificuldade em lidar com o diferente ou com quem não conheço pode desembocar em uma série de atitudes equivocadas em relação a realidades e situações que influenciem no desenvolvimento do acolhido. No exercício da função em si, a mãe social acaba tendo como referência a figura parental, o esposo, com quem pode contar nos momentos difíceis. Profissionais que atuam junto a crianças em situação de acolhimento ou abandono,

alertam para o fato do problema desta mãe social ser confundida como mãe ou professora (DAVID, 2002, e WEBER, 1996;). São profissionais responsáveis pelo cuidado e pela garantia da saúde psíquica de crianças extremamente fragilizadas em função de suas histórias de vida, e que necessitam do máximo de estabilidade e de qualidade no cuidado que recebem.

Segundo Vygotsky (1988), as interações sociais são fundamentais no processo de desenvolvimento de um sujeito consciente que, por sua vez, modifica as circunstâncias em que vive. Para que isso aconteça torna-se necessário o acesso a instrumentos físicos e simbólicos desenvolvidos por gerações precedentes. Ter um profissional capaz de mediar as interrelações estabelecidas pela criança é fundamental. Aqui a educadora/cuidadora residente desempenha uma importante função de mediadora das relações estabelecidas pela criança.

Enquanto sujeito do conhecimento, o homem não tem acesso direto aos objetos, mas acesso mediado, através de recortes do real, operados pelos sistemas simbólicos de que dispõe.

Neste processo de mediação, postula-se a transformação das funções psicológicas elementares (FPE) para funções psicológicas superiores. O desenvolvimento da função psicológica superior (FPS) está diretamente relacionado com a mediação operada pela linguagem. É o sujeito se apropriando das coisas e transformando-as. Assim sendo, a educadora deve ter acesso ao uso da linguagem como instrumento simbólico de representação da realidade e de outras diferentes ferramentas culturais no sentido desenvolvimento de funções psicológicas superiores (VYGOTSKY, 1998).

A passagem das FPE para as superiores intervém no processo de desenvolvimento intelectual da criança desde o momento de seu nascimento; por si só, a criança não se apropria qualitativa e quantitativamente dos conhecimentos desejáveis, estes conhecimentos ela vai obter a partir das interações saudáveis, por meio da troca com alguém mais experiente que ela. Dependendo das interações que vivencia, o desenvolvimento pode se encaminhar tanto de forma positiva quanto negativa.

No primeiro núcleo de significação, *como me tornei mãe social*, verifica-se que há falta de uma formação específica para exercer a profissão de mãe social e que a própria mãe social se recorre da falta de conhecimentos. A educadora/cuidadora

residente precisa ter acesso a conhecimentos e objetos culturais elaborados, para além do senso comum, no sentido de mediar apropriadamente nas interações entre a criança e o mundo, bem como nas relações da criança com outras crianças e adultos.

Na passagem das FPE para as FPS, ocorre o que Vygotsky chamou de processo de internalização. O processo de internalização representa a passagem de uma atividade externa, intersíquica ou entre as pessoas, para uma atividade intrapsíquica, interna à pessoa. Neste movimento dinâmico a atividade externa é modificada e transformada tornando-se atividade interna do sujeito, a sua vivência com o significado. Por isso as interações sociais são tão fundamentais; tudo parte delas, elas representam a origem de tudo. Da mesma forma como interações desfavoráveis podem repercutir em problemas no desenvolvimento; a regularidade de interações positivas ao longo do tempo poderá determinar novos rumos dados ao desenvolvimento. Neste caso, cabe a pergunta: o que são interações positivas? São aquelas que se pautam no conhecimento daquele com o qual se trabalha no sentido de desencadear mediações mais adequadas, mas não só intelectualmente; requer-se a capacidade de se colocar no lugar do outro, de se sensibilizar com este outro, a ponto de poder escutá-lo e compreendê-lo a partir da sua realidade. Um treinamento de dois meses certamente deixa a desejar no que se refere a uma preparação para o convívio de 24 horas com crianças acolhidas junto às biológicas! Ainda mais quando se parte do pressuposto de que, se já se educa filhos biológicos, certamente não se terá problemas com filhos sociais. Aquilo que funciona com filhos biológicos pode não ser o mais adequado para filhos sociais. Neste sentido, o conhecimento das histórias de vida das crianças acolhidas pelas mães sociais torna-se fundamental para, mediante seu conhecimento, poder valer-se de estratégias mais adequadas no seu processo de mediação na casa-lar.

Referindo-se ao surgimento de novas funções psicointelectuais, Vygotsky (1988) expressa:

Todas as funções psicointelectuais superiores aparecem duas vezes no decurso do desenvolvimento da criança: a primeira vez, nas atividades coletivas, nas atividades sociais, ou seja, como funções intersíquicas; a segunda, nas atividades individuais, como propriedades internas do pensamento da criança, ou seja, como funções intrapsíquicas. (p.144).

No segundo núcleo encontrado, *a mãe do filho dos outros*, o indicador diferentes tipos de cuidado, nos remete justamente a isso, à forma como a mediação vem ocorrendo dentro do ambiente casa-lar, como esta educadora tem mediando as relações estabelecidas pela criança em suas atividades, no brincar, no estudar, no momento em que esta se encontra no grupo. Qual é o olhar que esta educadora tem para com o desenvolvimento destas crianças? Sabemos que há a falta de formação, mas nem por isso elas deixam de agir. Elas educam estas crianças, elas mediam as relações destas crianças, mas tudo isso a partir, basicamente, do senso comum, do olhar que ela tem, a partir das experiências, das ferramentas que ela possui. E o processo acaba sendo mais o resultado de improvisado e de irreflexão do que de conhecimento. Tamanho é o descaso de políticas públicas. São justamente essas crianças que necessitariam mais de profissionais bem preparados.

Vygotsky estabelece dois níveis de desenvolvimento: o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial. O nível real representa aquilo que já foi adquirido, aquilo que o sujeito já sabe e pode fazer sozinho. O nível potencial sinaliza a capacidade de aprender com o outro mais experiente que eu. Para Vygotsky a aprendizagem interage com o desenvolvimento produzindo assim as Zonas de Desenvolvimento Proximal, que estabelecem a distância entre aquilo que a criança pode fazer sozinha, e aquilo que ela pode fazer com a intervenção de um adulto ou de outra criança mais capaz. A mãe social precisa estar intervindo na ZDP da criança acolhida, para que a internalização oportunize novas aprendizagens e ative novas zonas de desenvolvimento. É naquilo que a criança ainda não sabe ou não aprendeu, mas que com auxílio poderá aprender, que a mediação da mãe social é efetiva. Portanto, esta mediação leva à criação de novas ZDPs nas crianças acolhidas.

Em relação ao terceiro núcleo, *a dificuldade como desafio* identifica-se a complexidade de lidar com o outro, tanto a criança quanto a educadora estão realizando trocas entre o nível real e o nível potencial e chegando, mais ou menos, ao desenvolvimento de novas ZDPs. Resta saber se estas representam desenvolvimento saudável para a criança acolhida. De uma maneira ou de outra, a aprendizagem ao interagir com o desenvolvimento gera conhecimento e, por sua vez, este conhecimento apreendido resulta em novas práticas. Aqui a educadora residente Mona relata:

Hoje cada criança que vem é um desafio, porque eles trazem de casa já. Não interessa a idade, às vezes vêm do berçário para cá, mas eles já trazem gênio. Cada um tem o seu né. Então assim: um é de novo briguento, o outro já é mais bagunceiro; então assim, eu tenho tudo dentro de uma casa e eu tenho que saber administrar, essa é a minha dificuldade, que eu não tinha antes, né. (Mona).

Identifica-se como são delicadas as trocas interativas entre educadora e criança, principalmente se pensarmos em uma educadora que explica as características de uma criança mais como inatas do que como resultado de um complexo processo de interações sociais. Dependendo das ferramentas e dos conhecimentos que esta educadora possui, poderá desencadear trocas significativas e de qualidade, pois aqui o que importa mais não é a quantidade das interações, mas a sua qualidade.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pela compreensão da profissão que envolve os profissionais conhecidos como pais sociais, como percebem as suas motivações, responsabilidades, seu cotidiano de trabalho, pelas expectativas que permeiam a sua atuação e pelos efeitos desta sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes acolhidos em instituições, foi a razão pela qual esta pesquisa foi realizada.

Como objetivo buscou-se identificar a percepção de mães sociais sobre a profissão que exercem nas instituições de acolhimento do tipo casa lar, voltadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

O contexto da pesquisa, instituição de acolhimento do tipo casa lar, aparece como um cenário que se revelou complexo, e confirma que esta é uma característica inerente ao sistema de acolhimento e, especificamente, a uma casa lar. Dentro de uma diversidade de situações e de pessoas envolvidas em uma instituição de acolhimento, a pesquisa destacou a mãe social, visto ser esta a que responde pela casa-lar e recebe um treinamento para tal.

Nas casas lares foi possível perceber diferentes cuidados entre elas, mas também semelhanças entre as mesmas, pois existe um propósito de manter a criança ou o adolescente sob sua proteção, em um período de transição temporário até que retorne ao convívio com o sistema familiar de origem ou seja adotado (a) por uma família substituta (ECA, 1990). Por esta ótica, tanto os acolhidos quanto os pais sociais estão em posições distintas no mesmo espaço e tempo. Os primeiros, mesmo que podendo permanecer até os 18 anos, estão em uma condição de passagem; e os segundos, em uma condição de permanência, cabendo a estes últimos atender com qualidade cada criança que passa pela casa-lar, esperar por uma próxima chegada e acompanhar a partida de outras.

Analisando as falas das participantes do estudo, a profissão de mãe social evidencia-se não como uma profissão e sim, uma função, pelo insuficiente tempo de preparo para exercê-la e o informalismo que a caracteriza. Descortina a falência de políticas públicas de atendimento a um segmento da sociedade que sofre diretamente as mazelas da desigualdade social expressas em pobreza

econômica e afetiva, bem como em diferentes formas de violência. As participantes da pesquisa nos indicam a sua percepção da função de mãe social a partir dos núcleos de significação: como me tornei mãe social; a mãe dos filhos dos outros e o diferente como desafio.

Um dos pressupostos apresentados neste estudo era o de que as educadoras residentes acreditam que basta o cuidado físico fundamental a qualquer ser humano (alimentação, higiene e descanso) e a educação escolar. Observou-se que, pelo menos no discurso, as mães-sociais investigadas sabem que o cuidado exige o trabalho com limites e afeto.

Quanto à profissão, todas são registradas como mãe-social como rege a Lei 7.644 de 2004 (CONANDA-CNAS, 2008). Ao discutir a função como profissão de pais sociais, percebe-se que há uma contradição no termo, pois só a mãe é contratada e recebe treinamento e salário pelo trabalho realizado. A figura do esposo/pai aparece por residir na mesma moradia, auxiliar no cuidado dos filhos biológicos e filhos sociais, sem remuneração, não participar do processo de seleção, não receber treinamento e não ser considerado funcionário da instituição; porém, tem livre acesso às crianças e ao ambiente onde convivem, o que, por si só, é complicado, considerando que se tratam de crianças em situação de extrema vulnerabilidade.

No que se refere à situação de cuidar da criança acolhida, esta deveria dizer respeito à sua singularidade como pessoa e como ser em contínuo processo de crescimento e desenvolvimento. Cuidar da criança acolhida envolve também ajudá-la a identificar suas necessidades humanas em cada fase e atendê-las. Mas isso pressupõe um determinado conhecimento sobre desenvolvimento infantil e de como podemos exercer a mediação neste processo. Uma vez reconhecendo a sua importância e sua influência sobre o desenvolvimento psicológico sadio, observa-se a falta de formação e informação sobre a questão relacionada às crianças/adolescentes que vivem principalmente em situação de acolhimento no contexto brasileiro.

Este estudo revela que as mães sociais sentem falta de conhecimento para lidar com os conflitos presentes do dia a dia no cuidado com as crianças e não conseguem perceber que a forma como exercem a sua mediação não

contempla as reais necessidades de cuidado da criança em situação de vulnerabilidade exigidas nesta profissão.

Esta realidade também não é percebida pelas educadoras residentes porque, de certa forma, residir na casa lar representa uma comodidade em relação à moradia, alimentação, presença familiar, acesso aos bens e serviços, educação dos próprios filhos, entre outros.

A partir do método sugerido por Aguiar e Ozella (2006) chegamos a três núcleos de significação que respondem à percepção de mãessociais sobre a profissão que exercem: *como me tornei mãe social, a mãe dos filhos dos outros e o diferente como desafio*.

No primeiro núcleo de significação, *como me tornei mãe social*, identificou-se a percepção de mães sociais sobre como chegaram à profissão que estão exercendo. Os indicadores que permitiram a organização deste núcleo referem-se à motivação para a função; exigências para o exercício da função e o conhecimento necessário. O sentido encontrado para o exercício da função foi motivado principalmente pelo gostar de crianças, que remete a uma subjetividade de desejos; já as exigências para exercer o que se identificou como função de mãe-social basearam-se principalmente nas experiências que as educadoras já possuíam, e na ausência de um conhecimento mais elaborado para melhor desempenho do trabalho.

O núcleo de significação *ser mãe dos filhos dos outros* evidenciou que as educadoras percebem basicamente a sua função como sendo a mesma exercida para com os seus filhos biológicos; acreditam que agem com os filhos acolhidos da mesma forma que agem com os filhos biológicos. No entanto, em vários momentos observa-se a distinção em relação aos filhos biológicos. Este núcleo foi organizado a partir dos indicadores: dificuldades; rotina de trabalho e diferentes tipos de cuidado. Os sentidos voltaram-se às dificuldades de exercício do papel de mãe com filhos acolhidos, da rotina de trabalho envolver um grande número de atividades, da alimentação, limpeza, higiene e saúde até às tarefas escolares. Para muitas mães-sociais há diferentes tipos de cuidado entre homens e mulheres. Os pais cuidando do afeto e cuidado e as mães das normas e regras. Percebeu-se a necessidade de um olhar voltado para este outro acolhido, para que haja empatia e desencadeamento de trocas significativas.

No núcleo de significação *o diferente como desafio* destacou-se que o diferente passa sem que se percebam realidades e situações que influenciam no desenvolvimento do acolhido. Como indicadores que deram origem a este núcleo citam-se a vulnerabilidade, a carência e o abandono; a teimosia e a birra e a relação entre filhos biológicos e filhos sociais. Os sentidos encontrados apontam pouco conhecimento da história de vulnerabilidade, carência e abandono de cada uma das crianças acolhidas e a percepção de comportamentos de oposição da parte dos acolhidos em sua prática de mãe social, que por vezes se traduzem em desentendimentos entre filhos biológicos e filhos acolhidos. Apesar de um discurso de igualdade no trato, os filhos biológicos passam a ter, por vezes, regalias na casa em relação às crianças acolhidas. Na prática da função, a mãe social, educadora/cuidadora residencial tem como referência a figura parental, sem se dar conta do motivo que a levou até ali: zelar pelo cuidado e pela garantia da saúde psíquica de crianças extremamente fragilizadas em função de suas histórias de vida. É preciso perceber a criança acolhida com muitas necessidades diferentes dos filhos biológicos para poder se aproximar de um atendimento de qualidade a essas crianças. Mas isto requer muito mais que um treinamento.

Por fim, destaca-se que a muito por fazer para o desenvolvimento da profissão de educadora/cuidadora social, registrada em carteira como mãe-social. Desde a exigência de qualificação em nível universitário, até a integração efetiva e legal do pai social como participante qualificado da casa lar, passando pelo desenvolvimento de um novo conceito de qualificação que considere o conhecimento e a necessidade de desenvolvimento da sensibilidade do educador, primeiro para o entendimento e possível superação de impasses da própria história de vida, para depois poder entender a história de dificuldades do outro diferente evidenciado na criança acolhida. O estudo aponta para a imperiosa necessidade de definição de políticas públicas que assegurem os direitos de crianças acolhidas na forma de atendimento com qualidade em casas lares.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS- **Adoção passo a passo**. Brasília, 1º ed. 2007, 2ºed. 2009.
- ANDRÉ, M. (Org). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 3.ed.São Paulo: Papirus, 2002.
- ANDRÉ, M. (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2004, p. 11-25.
- AGUIAR, W.M.J.; OZELLA, S. (2006) **Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos**. *Psicol. Cienc. Prof.*, jun.2006, vol.26, no.2, p.222-245.
- BAPTISTA, M. V.**Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. Coletânea Abrigar 1. Instituto Camargo Corrêa: São Paulo, 2006.
- BARROS, R. C.; FIAMENGHI JR., G. A. **Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.12, n.5, p.1267-1276, 2007.
- BAZON, M. R.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.13, n.1, p.199-204, 2000.
- BERNAL, E. M. B. **Arquivos do abandono: Experiências de crianças e adolescentes internados em instituições de serviço social de menores de São Paulo (1938-1960)**. São Paulo: Cortez. 2004.
- BOWLBY, J. **Apego e perda**. (2ª ed., A. Cabral, Trad). (Originalmente publicado em 1969). São Paulo: Martins Fontes. 1990.
- BRASIL. Presidência da Republica. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção e Defesa do direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. Brasília – DF: Conanda, 2006.

BRASIL. Lei n.º 7.644, de 18 de dezembro de 1987. **Dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social, e dá outras providências.** DOU, Brasília, DF, 21 dez. 1987.

BRASIL. LEI n.º 9394, de 20.12.96, **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, in Diário da União, ano CXXXIV, n. 248, 23.12.96.

BRANDENBUR, O. J.; BISCAIA, P.; PIERTSZAK, S. **Crianças abrigadas em case-lares: estudo sobre os estilos parentais dos pais sociais.** São Paulo. 2002.

BRONFENBRENNER, U. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano: experimentos naturais e planejados.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BROOK, J.S.; BROOK, D.W.; GORDON, A.S.; WHITEMAN, M.; COHEN, P. **The psychosocial etiology of adolescent drug use: a family interactional approach.** Genetic, Social, and General Psychology Monographs 16(2):111-267. 1990.

CALIMAN, G. **Desvio social e delinquencia juvenil: teorias e fundamentos da exclusão social.** Brasília: Universis, 2006.

CASSOL, L.; DE ANTONI, C. **Família e abrigo como rede de apoio social e afetiva.** In: DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H.; YUNES, M.A. M. (Eds.). Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p.173-201.

CASTORINA, J. A. *et al.* **PIAGET, Vygotsky: Novas Contribuições para o Debate.** 5ª ed., São Paulo: Ática, 1998.

CARVALHO, M. C. B.(org). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, A. M. **Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e limites.** In: LORDELO, E. R.; CARVALHO, A. M.; KOLLER, S. H. (Eds.). Infância brasileira e contextos de desenvolvimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p.14-19.

CARVALHO, I. M. M.; ALMEIDA, P. H. **Família e proteção social**. São Paulo em Perspectiva, v.17, n.2, p.109-122, 2003.

CAVALCANTE, L. I. C.; BRITO, R. C. S.; MAGALHÃES, C. M. C. **Crianças institucionalizadas: limites e riscos ao desenvolvimento**. In: PONTES, F. A. R.; MAGALHÃES, C. M. C.; BRITO, R. C. S.; MARTIN, W. L. B. (Eds.). **Temas pertinentes à psicologia contemporânea**. Belém: EDUFPA, 2005. p.327-353.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. **Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções ne suas interfaces**. Revista Mal-estar e Subjetividade, Fortaleza, v.6, n.2, p.329-352, 2007a.

CONANDA/CNAS. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, 2008.

CRECHE FIOCRUZ. **Projeto Político Pedagógico**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

DAVID, M. **La parole est aux soignantes!** In M. David (Org.), *Le bébé, ses parents, leurs soignantes* (pp. 11-24). Ramonville Saint-Agne: Érès. 2001

DAVID, M. (2002). **Pour une meilleure connaissance du bébé**. Contributions de l'Institute Emmi-Pikler. In A. Szanto-Feder, (Org.). *Lóczy: Un nouveau paradigme? L'institute Pikler à facettes multiples*. (pp. 32-50). Paris: Presses Universitaires de France. 2002

D'ARÓZ, M. S. **Concepções de cuidado familiar na visão de adolescentes abrigados, das suas famílias e de educadores de uma ong**. 216p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

DE ANTONI, C.; BARONE, L. R.; KOLLER, S. H. **Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v.23, n.2, p.125-132, 2007.

DELORS, J. **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DESSEN, M. A. & BRAZ, M. P. **A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano**. Em M. A. Dessen & A. L. Costa Jr. (Orgs.), *A ciência*

do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras (pp. 113-131). Porto Alegre: Artmed, 2005.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (1990). Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 2000.

FAS. FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL. Disponível em: (<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br>). Acesso: 02/02/2012.

FREITAS, J; **Revista Leis&Letras**, n.º 9, 2007,p.27. *Psicol. teor. prat.* v.9 n.2 São Paulo dez. 2007.

FREITAS, M. T. A. **O pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil**. Campinas: Papirus, 1994.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Unicef lança estudo sobre instituições que abrigam crianças brasileiras**, 2004. Disponível em: www.unicef.org/brazil/noticia.htm

GÓES, M. C. R. **A construção de conhecimentos e o conceito de zona de desenvolvimento proximal**. Em E. F.N Montimer & A. L. B. Smolka (Orgs.), *Linguagem, cultura e cognição: reflexões para o ensino e a sala de aula*. (pp. 77-88). Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GOMES, M.A. **Filhos de ninguém? Um estudo das representações sociais sobre família de adolescentes em situação de rua**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

GONTIJO, D.M.; MEDEIROS, M. **Adolescentes com experiência de vida nas ruas: compreendendo os significados da maternidade e paternidade em um contexto de vulnerabilidade**. Tese de Doutorado, 394p, entre universidades, Goiania, 2007.

GOLDENBERG, D. P. **Manual for the general health**. *Psicologia e Reflexão Crítica*, v.9p.23,1978.

GUARESCHI P. Introdução, pp.17-25. In P Guareschi e S Jovchelovitch (orgs.). **Textos em representações sociais**. (6a ed.). Ed.Vozes, Petrópolis, 2000.

GUÉRIOS, E. STOLTZ, T. **Educação e Alteridade**. Organizadoras: Ettiène Guérios, Tania Stoltz. – São Carlos: EdUFSCar, 2010.

GILLIGAN, C. **Uma voz diferente**. RJ: Rosa dos Tempos, 1982.

HAWKINS, J.D.; CATALANO, R.F.; MILLER, J.Y.; **Risk and protective factors for alcohol and other drug problems in adolescence and early adulthood: implications for substance abuse prevention**. *Psychological Bulletin* 112(1):64-105. 1992.

HUTZ, C. S.; KOLLER S. H. **Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua**. *Est Psico (Natal)* 2 (1):175-97, 1996.

HUTZ, C. S.; KOLLER, S. H. e BANDEIRA, D. R. **Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco**. Coletâneas da ANPEPP, 1(12), 79-86: Porto Alegre, 1996.

HOPPE, M. **O estatuto passado a limpo**. Porto Alegre: Juizado da Infância e da Juventude, 1992. CD-ROM. Biblioteca Nacional dos Direitos da Criança – AJURIS / Fundação Banco do Brasil / UNICEF *apud* VERONESE, J.R.P. & COSTA. M.M.M. **Violência doméstica: quando a vítima é criança ou adolescente – uma leitura interdisciplinar**. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006, p. 132.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>

JUSTO JS. **A institucionalização vivida pela criança de orfanato**. In: Merisse A, JUSTO J S, ROCHA L; VASCONCELOS MS. Organizadores. **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte & Ciência; 1997. p. 71-92.

KALOUSTIAN, S. M. **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2004.

KALOUSTIAN, S.M.; FERRARI, M. 1994. Introdução, pp. 11-15. In S. M. Kaloustian, (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília.

KANDEL, D. B.; KESSLER, R.C.; MARGULIES, R.Z.; **Antecedents of adolescent initiation into stages of drug use: a developmental analysis.** Journal of Youth and Adolescence7(1):13-40. 1978.

KODJO CM.; KLEIN JD. **Prevention and risk of adolescent substance abuse.** The role of adolescents, families and communities. The Pediatric Clinics of North America49:257-268. 2002.

KOLLER, S. H. **Aplicações da psicologia na melhoria da qualidade de vida.** Coletânea da ANPEPP.Vol. 1 N. 12, 1996.

MARTINS, J.S (org) **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil.** (2a ed.). Ed. Hucitec, São Paulo, 1993.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998. v.2. (Coleção Criançaria).

MORÉ, C. L. O. O.; SPERANCETTA, A. (2010). **Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes.** Psicologia & Sociedade, 22(3), 519-528.

MOTTA, M. A. P. **Mães abandonadas: A entrega de um filho em adoção.** São Paulo: Cortez. 2001.

OLIVEIRA, M. K. **O pensamento de Vygotsky como fonte de reflexão.** Cadernos CEDES, 35, 9-14, 1995.

PALMAS, A. e MATTOS, U. A. de O. **Contribuições da ciência pós-normal à saúde pública e a questão da vulnerabilidade social.** História, Ciências e Saúde, Manguinhos, vol. 8, n.3, pp. 567-590, set.-dez. 2001. ISSN 0104-5970.

PALINCSAR, A.S., BROWN, A.L., & CAMPIONE, J.C. **First grade dialogues for knowledge acquisition and use.** In E.A. Forman, N. Minick, & C.A. Stone (Eds.), Contexts for learning: Sociocultural dynamics in children's development (pp. 43-57). New York: Oxford University Press. Back. 1993.

PARREIRA, S. M. C. P., Justo J. S. (2005). **A criança abrigada: Considerações acerca do sentido da filiação.** Psicologia em Estudo, 2, 175-180.

PATTON LH. **Adolescent substance abuse**. Risk factors and protective factors. *Pediatric Clinics of North America* 42(2):283-293. 1995.

PETRINI, J.C. **Pós-modernidade e família**. Ed. Edusc, Bauru. 2003

PEREIRA, J. F.; COSTA, L. F. **O ciclo recursivo do abandono**. 2004. Disponível em: http://www.psicologia.com.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0207&area=d4&su_barea>. Acesso em: 23 de Fevereiro. 2011.

PRADA, C. G. **Avaliação de um programa de práticas educativas para monitoras de um abrigo infantil**. 2007. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

PRATTA, E. M. M., SANTOS, M. A. (2007). **Opiniões dos adolescentes do ensino médio sobre o relacionamento familiar e seus planos para o futuro**. *Paidéia*, 17(36), 103-114.

PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA E GRUPO DE TRABALHO NACIONAL PRÓ-CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA – CADERNO 3 – FAMÍLIAS ACOLHEDORAS. CONANDA, CNAS, 2008.

RATNER, C. **A psicologia sócio-histórica de Vygotsky: Aplicações contemporâneas**. Tradução: Lólio L. de Oliveira. Porto Alegre. Artes Médicas, 1995.

REGO, T. C. **Vygotsky, uma perspectiva histórico-cultura da educação**. 2ªEd. Petropolis, RJ: Vozes, 1995.

RIBEIRO, T. STOLTZ, T. **O adolescente órfão e não-órfão pensando suas relações sociais**. *Jornada de Jovens Pesquisadores*. Anais AUGM. 2009.

RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Ed. PUC-RIO, Edições Loyola, 2004.

RIZZINI, I.; RIZZINI I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Ed. PUC-RIO, Edições Loyola, 2004.

ROMANS, M. (ORG). **Profissão: educador social**. Porto Alegre: Artmed, 2003

ROSEMBERG, F. (1994). **Crianças e adolescentes em situação de rua: do discurso à realidade**. Caxambu: Fundação Carlos Chagas, 1994.

RUTTER, M. (1997). **Psychosocial resilience and protective mechanisms**. American Journal of Orthopsychiatric, 57:316-331.

SÁ, G. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ. 1998

SILVA, E. R. A. **O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados**. In: _____ (Ed.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA, 2004. p.41-70.

SILVA, E. R. A.; AQUINO, L. M. C. **Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária**. Brasília: IPEA, 2005.

SILVA, P. K. M. ; ROSIER, M. B. ; STOLTZ, T. ; RIBEIRO, T. . **Os jovens e os diferentes tipos de interação: um novo olhar**. In: 16 Evento de Iniciação Científica e 1 Evento de Inovação Tecnológica, 2008, Curitiba. 16 EVINCI e 1 EINTI. Curitiba, Paraná : Editora Universitária, UFPR, 2008.

SILVA, E. R. A. E GUERESI, S. **Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil**. Brasília: IPEA/Ministério da Justiça, 2003.

SIQUEIRA, A. C.; BETTS, M. K.; DELL'AGLIO, D. D. **A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil**. *Revista Interamericana de Psicologia*, v.40, n.2, p.149-158, 2006.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura**. *Psicologia & Sociedade*, v.18, n.1, p.71-80, 2006.

SCHOR EL. **Adolescent alcohol use: social determinants and the case for early family-centered prevention**. *Bulletin of the New York Academy of Medicine* 73(2):335-356. 1996.

SOUZA, H. J. **A cura da Aids**. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1994.

SPIRA, A; SCIPPA, L.; BERTHET, C.; MEURET, C.; BESOZZI, R. E CRAMER, B **L' Hospitalisme en l'an 2000. Développement Psychologique d'enfants dans un orphelinat roumain. La Psychiatrie de l'enfant**, 43 (1), 587-646, 2000.

STOLTZ, T. **Interação social na família e desenvolvimento de crianças de cinco e seis anos**. In: SCHMIDT, M. A.; STOLTZ, T. **Educação, cidadania e inclusão social**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.

TEC N. **Parent-child drug abuse: generational continuity or adolescent deviancy**. *Adolescence*. 9:351-364. 1974.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 174p. 1987.

TRINDADE, J. M. B. **O abandono de crianças ou a negação do óbvio**. *Revista Brasileira de História*, 37, 35-58. 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS Referências/ **Universidade Federal do Paraná, Sistemas de Bibliotecas** – Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

VASCONCELLOS e VALSINER. **Perspectivas co-construtivistas na educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

VENÂNCIO, R. P. **Famílias abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador: Séculos XVIII e XIX**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables**: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. (Serie Población y Desarrollo, n.17). Santiago de Chile CEPAL, 2001.

VIGOTSKY, L. - **A formação social da mente**. SP, Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKY, L. - **Pensamento e linguagem**. SP, Martins Fontes, 1988.

VYGOTSKY, L.. **Mind in society**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1978.

VYGOTSKY, L. S., LÚRIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.

YUNES, M. A. M. **A questão triplamente controversa da resiliência em famílias de baixa renda**. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2004.

WAGNER, A. **A família em cena: trama, dramas e transformação**. Ed. Vozes: Petrópolis-RJ, 2002.

WALDOW, V. R. **O cuidado na saúde: as relações entre eu, o outro e o cosmos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

WEBER, L. N.D.; PRADO, P. M.; VIEZZER, A.P. e BRANDENBURG, O.J. (2004). **Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 17(4), 323-332).

WEBER, L. N. D.; KOSSOBUDZKI, L. H. M. **Filhos da solidão: institucionalização, abandono e adoção**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1996.

WEBER, L. N. D., VIEZZER, A. P., GALVÃO, A., PAVEI, C., MARUO, K. ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo**. (5ª ed). Record: Rio de Janeiro. 1996.

WEBER, L. D. **Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas**. Curitiba-PR; 2001.

WEBER, L. N.D. **Pais e filhos por adoção no Brasil**. Curitiba, PR: Juruá. 2003.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE: Disponível em: <http://arededacidadania.wordpress.com/2011/01/16/um-debate-sobre-criancas-e-adolescentes-em-vulnerabilidade-social/> . Acesso em: 10/06/2011

FAS. Fundação de Ação Social. Disponível em: (<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br>). Acesso: 02/02/2012.

Disponível em : <http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a03.pdf>. Acesso em: 30/05/2011.

LEGISLAÇÃO. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 28/05/2011.

SITUACAO DE RISCO

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA: Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acessado em 12/03/12

Disponível em: www.coffito.org.br Acessado em: 13/02/2012

Disponível em: www.fmusp.com.br Acessado em: 13/02/2012

APÊNDICE

Apêndice 1: Modelo de entrevista

Pesquisador: Tammy Ribeiro Record: Data: Local:	Nome: Idade: Escolaridade: Profissão/função:
1) - Como você soube dessa profissão e como que chegou até esse emprego?	
2) - Por que você escolheu essa profissão e como você escolheu?	
3) - E para você o que é ser mãe social	
4) - E você gostaria de mudar de profissão ou gostaria de continuar?	
5) - Então você gosta do que faz?	
6) - Você se sente capacitada para essa função?	
7) - E a quanto tempo você trabalho como mãe social?	
8) - Conta um pouquinho sobre seu dia a dia, como que é, como que você faz, quais são as atividades que você tem com as crianças. Quais são as suas funções como mãe social?	
9) - E para você quais são as maiores dificuldades que você enfrenta nessa sua profissão?	
10) - E para você é muito difícil separar o trabalho da família? Por que você mora com seu marido, tem o seu filho também...	
11) - Das crianças, que é até isso que a gente ta vendo, do profissional, até que ponto vai, por que é uma família	
12)-E na sua carteira você ta registrada	

Apêndice 2: Entrevista com mãe social

<p>Pesquisador: Tammy Ribeiro Record 01 Data: 30/04/2012 Local: Casa lar Isa Sol Infantil</p>	<p>Nome: Nina Idade: 46 Formação: Graduação Enfermagem Profissão: Enfermeira/Mãe Social</p>
<p>1-Como você soube dessa profissão e como que chegou até esse emprego?</p> <p>Isso aconteceu quando?</p> <p>2- Você sabia como era o trabalho de mãe social?</p> <p>Você é do interior, de onde?</p> <p>3-O que você fazia antes de trabalhar aqui, de aceitar ser mãe social, porque escolheu esta profissão?</p>	<p><i>Eu não sou de Curitiba, sou do interior e, escutei no rádio o anúncio que estavam precisando de uma mãe social, aí as pessoas interessadas deviam ligar e agendar um horário. Dai eu liguei e deixei meu telefone para contato, aí ela voltou a me ligar e me chamou, foi feito uma espécie de seleção.</i></p> <p><i>Na época, maio de 2001. Faz 12 anos. Eles chamaram vários casais, foram entrevistando um a um com a psicóloga, eu fui uma das escolhidas, era uma vaga e se inscreveram 80 casais. Eu consegui, fui escolhida e estou aqui até hoje.</i></p> <p><i>Não fazia ideia. Mas eu sou de uma família grande, de 7 irmãos, do interior, a gente sabia que uma família grande, com bastante gente era comum, mas mãe social? Eu não sabia não.</i></p> <p><i>Sou de Campo Largo.</i></p> <p><i>Então, eu era enfermeira em um hospital de Curitiba, tinha 2 filhas, uma filha na época de 8 para 9 anos. Eu vim do interior para a cidade grande e todo mundo dizia que era perigoso, criar filhos também era perigoso na cidade grande, agente tem aquela mentalidade do interior, de não criar um filho para deixar sozinho, sempre com aquele medo. Quando eu cheguei, fui procurar serviço no hospital, mas quando eu soube desta vaga, me interessei porque a minha filha podia ficar comigo e eu podia ir</i></p>

<p>Esta filha que vc fala, está aqui com você?</p> <p>Você só tem ela?</p> <p>Você adotou?</p> <p>Você é casada?</p> <p>Ele mora aqui com você?</p> <p>Ele também trabalha aqui?</p> <p>3) - E para você o que é ser mãe social?</p> <p>Vc é formada nessa profissão, que foormação tem, não ser formada atrapalha, ajuda?</p>	<p><i>trabalhar tranquila, ficar perto dela, cuidar dela. Então, eu abri mão da minha área de trabalho, do meu trabalho que eu fazia para ficar neste e poder cuidar da minha filha.</i></p> <p><i>Agora não mais, ela já casou e foi embora, mora em Quedas do Iguaçu.</i></p> <p><i>Eu tenho duas mais velhas que também são casadas, moraram aqui comigo, uma trabalhou aqui de auxiliar, depois de folguista, depois como mãe social, aí casou e foi embora, eu permaneci. A outra mais velha casou antes de eu vir trabalhar aqui, mas ela vem, fica, gosta daqui. Tenho uma filha de 12 anos, mas é especial, esta mora aqui comigo peguei ela com 1 ano.</i></p> <p><i>Não, mas ela é minha, estava aqui para adoção, mas não fiz nenhum registro ainda, ela me adotou como mãe, isso já basta para nós.</i></p> <p><i>Se precisar sim, mas ela já é minha filha desde o momento que eu a vi.</i></p> <p><i>Sim.</i></p> <p><i>Sim.</i></p> <p><i>Não, ele trabalha fora, é segurança em uma empresa perto daqui.</i></p> <p><i>É ser mãe como ser mãe dos meus filhos.</i></p> <p><i>De mãe social não tenho, sou enfermeira, mas a gente faz muitos cursos para aprender sobre esta profissão de mãe social, os cursos acontecem aqui dentro do trabalho mesmo, são organizados pela psicóloga e a coordenadora Martha.</i></p> <p><i>Então, eles não pediam experiência,</i></p>
--	--

<p>Quando você soube da vaga pelo rádio, qual formação eles estavam pedindo?</p>	<p><i>formação na área e a seleção teve várias etapas, toda a semana tinha uma, sempre com a psicóloga. Alguns não conseguiram acompanhar o curso dado antes da gente assumir a vaga, mas outros foram comigo, fomos até o fim e fomos considerado aprovados como mãe social.</i></p>
<p>Só você foi avaliada para o cargo, e o seu esposo, o pai social?</p>	<p><i>Ele também foi, mas foi diferente porque ele não trabalha aqui, mas mora comigo e as crianças, precisou aprender algumas coisas também.</i></p>
<p>Que tipo de coisas?</p>	<p><i>Ah, assim, como lidar com os filhos dos outros, com as crianças com dificuldades, problemas, que precisava ter paciência, não podia bater, tinha que cuidar os filhos dos outros. O curso, a terapia durou 2 meses e só depois a gente entrou.</i></p>
<p>O fato de você ser enfermeira ajudou a conquistar a vaga?</p>	<p><i>Acho que sim, mas eles não perguntaram tanto sobre a enfermagem, fiz o curso igual aos outros que não tem escolaridade.</i></p>
<p>Você é técnica ou graduada em enfermagem?</p>	<p><i>Sou graduada.</i></p>
<p>5- Você gosta de trabalhar aqui?</p>	<p><i>Gosto, vou continuar, não pretendo sair daqui. Sai por um ano, mas voltei, tanto eu como o meu marido, sabe, faltava alguma coisa, ele até ficou depressivo, com falta das crianças, não era a mesma coisa, falta algo e ai pedimos para voltar, na hora a Marta disse, venha, mas venha logo antes que você mude de ideia.</i></p>
<p>O que te faz gostar tanto daqui?</p>	<p><i>Eu sempre, desde criança tinha sempre o dom de cuidar. A Minha avó era enfermeira e naquela época ela era parteira, depois enfermeira, aquela coisa toda de cuidar dos outros, sabe? Ai, quando eu fiz 14 anos, comecei a trabalhar no hospital</i></p>

	<p><i>com a minha avó, gostei tanto que fiz curso, me formei, trabalhei por muitos anos no hospital, fazia plantão a noite, tinha aquela coisa do cuidar, eu gostava do que fazia, de cuidar e aqui eu estou fazendo isso, cuidando. Como eu já disse, fiquei um ano fora daqui, dei um tempo, descancei, mas não deu para continuar, voltei, nos dois acabamos voltando. Outra coisa, por causa da minha filha especial, ela vai fazer 13 anos em setembro e quando eu peguei ela para criar, ela precisava muito de mim e este tempo que eu fiquei fora daqui, ela ficou aqui porque não queria ficar longe das crianças, mas eu também não conseguia ficar longe dela, então, voltei por ela também.</i></p>
<p>Todas as crianças são acolhidas?</p>	<p><i>Sim, todas, mas a maioria tem família, as famílias vem visitar.</i></p>
<p>As crianças vão visitar a família na casa delas?</p>	<p><i>Não, o juiz não deixa, mesmo as famílias que não perderam o pátrio poder, as famílias vem aqui para visitar, passam horas, ou o dia inteiro com os filhos a gente é que cuida mesmo delas.</i></p>
<p>6) - E você gostaria de mudar de profissão ou gostaria de continuar?</p>	<p><i>Continuar, acho que tão cedo não saio daqui.</i></p>
<p>Você quer continuar?</p>	<p><i>Quero, senão não tinha voltado porque é acima de tudo um trabalho cansativo, muito cansativo.</i></p>
<p>Por que você quer continuar?</p>	<p><i>Um pouco pelas crianças, ser mãe delas, mas eu gosto do que faço, gosto de ser mãe deles, de morar aqui, do pessoal, de todas as crianças.</i></p>
<p>Então você gosta do que faz?</p>	<p><i>Muito.</i></p>

<p>Você tem 3 filhas biológicas e uma adotiva, e quantas crianças você atende na casa?</p>	<p><i>9 crianças. Eles não são biológicos, mas é como se fossem. Mas olha, por eles não serem biológicos, agente se apega tanto, se apega mais que os biológicos. Eu tenho 2 netos, sou apegada a eles, mas os de casa o apego é diferente, estes daqui a gente se apega mais.</i></p>
<p>Porque você acha que se apega mais nestes que cuida?</p>	<p><i>Estes são mais especiais pra gente, o cuidado, o carinho, assim, a preocupação com o futuro deles. Os da gente, a gente encaminha, se preocupa, mas é diferente, mas não é tanto quanto estes né, acho que é porque eles não tem quem se preocupe com eles e ai, agente se apega mais ainda, é bem mais especial o jeito que a gente tem de ver eles.</i></p>
<p>7) - Você se sente capacitada para essa função?</p>	<p><i>Acho que sim, já faz tanto tempo que vai tranquilo,, só precisa ter paciência, amor, e as coisas acontecem como na nossa família, aqui é uma grande família.</i></p>
<p>O que falta?</p>	<p><i>Nada. Não temos tudo, sabe, é muito gratificante, o carinho que recebemos dele é muito gratificante, mas as vezes o que falta é que a gente deixa de cuidar da gente para cuidar deles, para se dedicar a eles. Ser mãe social é bom, mas as vezes requer um tempo que não temos para pensar na gente mesmo, a gente não tem tempo para se cuidar, tirar um tempo para a gente.</i></p>
<p>Voçe trabalha o dia todo, a noite, e quando você descansa?</p>	<p><i>Nós trabalhamos 24 horas, como na noss casa, se precisar atender a noite, voce levanta e atende e só vai dormir, descançar quando eles estiverem dormindo.</i></p>
<p>Voces tem folga, férias?</p>	<p><i>Temos um folga por semana, mas mesmo de folga a cabeça da gente</i></p>

<p>Quando você tira folga, vai para onde, você tem outra casa?</p> <p>Vocês tem férias normal de 30 dias?</p> <p>8) - E a quanto tempo você trabalho como mãe social?</p> <p>9) - Conta um pouquinho sobre seu dia a dia, como que é, como que você faz, quais são as atividades que você tem com as crianças.</p> <p>Quais são as suas funções como mãe social?</p>	<p><i>fica pensando neles, será que dormiu, comeu, está bem...foi para a escola...será que está com frio, aquela preocupação de mãe, sabe, a gente não desliga.Acho que isso no futuro talvez não faça bem para a a gente, a saúde fica prejudicada.</i></p> <p><i>Tenho, tenho a minha casa em Campo Largo, perto dos meus parentes, vou para lá, fico lá, nas férias também.Mas eu os vejo uma vez por ano, meus filhos que moram em Quedas do iguaçu também, eu morei lá quando era menina e ai casei e vim para Campo Largo e depois aqui, ta eu e meu marido só.</i></p> <p><i>Temos, tudo direitinho.</i></p> <p><i>Já fazem 9 anos, poderia ser 13, mas eu fiquei um ano afastada.</i></p> <p><i>Bem, aqui como você sabe, as crianças mudam muito, umas são adotadas ou volta para a família e logo chega outras no lugar, vai depender da vaga, sai um, entra outro. Nestes 9 anos que eu moro aqui, vi muita criança entrar e sair, a gente entregou muita criança para a adoção, mais para adoção do que de volta para a família, nunca fica parado, está sempre movimentando, trocando, sempre há a oportunidade de adoção ou voltar para a família.</i></p> <p><i>Bem, eu fico aqui 24 horas, moro aqui, mas eu tenho uma auxiliar que me ajuda na limpeza né, mas agora, cuidar das crianças, da casa, sou eu 24 horas, meu marido quando está</i></p>
--	--

<p>Isso é diariamente?</p>	<p><i>em casa me ajuda em tudo.</i></p> <p><i>Sempre, não tem feriado, nem fim de semana diferente, é sempre assim.</i></p>
<p>Você também faz a alimentação das crianças?</p>	<p><i>Faço tudo. Cuido da cozinha, elaboro o cardápio, faço tudo o que eles gostam, a gente procura fazer uma alimentação bem balanceada, não gordurosa, nem pesada porque são pequenos, eu mesmo faço a comida.</i></p>
<p>Quantos anos você tem?</p>	<p><i>Tenho 46</i></p>
<p>Quantas casas lar tem aqui neste espaço?</p>	<p><i>Tem 3 casas lar e a sede onde fica a equipe técnica, a pedagoga, a psicóloga e a ssistente social. Fica também a coordenadora, e as demais ajudantes que chamamos de regente.</i></p>
<p>Todas as casas tem este número de crianças?</p>	<p><i>Não, uma casa tem 8 crianças acolhidas e 2 são biológicas da mãe social. Na outra, tem 8 crianças acolhidas e uma biológica da mãe social. Ela também tem uma sobrinha morando junto.</i></p>
<p>E qual que é a faixa de idade.</p>	<p><i>Hoje a menor tem 2 anos e a maior tem 12, a minha filha adotiva.Tenho uma de 10, uma de 9, um de 8, um de 7, um de 6, duas de 3 anos</i></p>
<p>E são quantos meninos e quantas meninas?</p>	<p><i>Tenho 5 meninas e 4 meninos.</i></p>
<p>Qual é o critério das casas, é por idade?</p>	<p><i>Não, todas tem pequenos e maiores, vai da vaga, vai chegando e indo para a casa com vaga.Aqui a maioria são grupos de irmãos.</i></p>
<p>10) - E para você quais são as</p>	<p><i>Aqui é diferente de trabalhar no hospital por exemplo, aqui a gente se</i></p>

<p>maiores dificuldades que você enfrenta nessa sua profissão?</p>	<p><i>dedica muito, se desgasta também, quando está bem, vai tranquilo, mas quando eles estão doente, ficamos preocupados, nos desgastamos mais, cada um tem o seu jeito, uns são mais irritados, outros mais calmos, um me chama mãe, mãe e aí o outro já começa também, todos querem atenção e a gente tem que ter paciência porque são pequenos, vem todos ao mesmo tempo.</i></p>
<p>Você conhece a história de vida de cada um deles, das doenças, como foram gerados?</p>	<p><i>Muito pouco, as vezes contam pra gente ou a mãe deles pergunta se já melhorou daquele problema, mas eles são saudáveis, ficam doente como os nossos.</i></p>
<p>Como é a relação deles com o teu esposo, o pai social?</p>	<p><i>Ah, ele chega é aquela gritaria, pai, pai, querem colo, é aquele carinho, ele da atenção para todos, fica bobo, gosta muito deles, é apegada em cada um, os nossos eram assim, estes são crianças carentes, mas afetuosas, agradam assim...</i></p>
<p>11)-Como é a relação, eles te veem como mãe, te chamam, falam alguma coisa, perguntam sobre a outra família, irmãos?</p>	<p><i>Eles me chamam de mãe, as vezes ficam calados, tristes, acho que estão pensando na mãe, na outra família, mas logo passa.</i></p>
<p>E quando eles vão embora, voltam para casa ou são adotados, como você fica, afinal, você é entendida como a mãe deles, eles vão sem chorar?</p>	<p><i>É triste e ao mesmo tempo alegre. Tem umas meninas que foram adotadas por americanos, moram nos EUA, mas elas me ligam, me chamam de mãe, conversamos pelo MSN, elas estão bem, felizes, não gostam da comida dos americanos, me ligam para eu ensinar elas a cozinha, são 3 irmãs, foram adotadas juntas tenho muitas crianças grandes que já foram cuidadas por mim, aqui nesta casa, foram adotados, sempre estamos em contato, eles não esquecem. Agora uns já cresceram e me chamam de</i></p>

<p>Mesmo adotados, podem manter contato?</p>	<p><i>tia,aprenderam que eu não sou a mãe de verdade. Foi com o tempo.</i></p> <p><i>Nós mantemos, quase todos, eles vem me visitar, ou por telefone, computador, sempre em contato.Tem alguns que não, não são permitidos, mas a maioria sim.Os aqui no Brasil escondem mais as crianças adotadas, os de fora, estrangeiro não, eles deixam a criança se comunicar com os amigos, família, parentes, não todos, mas a maioria sim.Quando a Adoção é aqui em Curitiba, o casal desaparece, tira todo o contato da gente. As vezes eles vem aqui me chamar para eu ver eles, mesmo que por uns minutos, isso não tem preço, é muito gratificante.Eles me dizem que bom. Estas crianças são educadas, foram bem cuidadas, eles me agradecem.</i></p>
<p>E os outros pedem pela mãe?</p>	<p><i>Pedem, tem mãe que vem visitar e vão embora, eles perguntam, tia quando a minha mãe, a outra, vem me buscar, eu explico que um dia ela virá, mas tem que ter paciencia, rezar, confiar, que vai acontecer, quando vou voltar para casa, morar com minha mãe, onde estão meus rmãos mais velhos, eles chamam pelo nome.Eu digo também que para morar com a mãe o juiz é quem decide.</i></p>
<p>Mas os pequenos, os de 3 anos aceitam a tua resposta, porque não entendem assim, mas como reagem?</p>	<p><i>Eles me scutam, as vezes choram, eu cuido, acalmo e passa.Eu não minto, eu falo a verdade, digo que um dia ela vem.A maioria reage numa boa.</i></p>
<p>Você sabe o motivo do acolhimento deles?</p>	<p><i>A maioria é a pobreza, não tem o que comer, vem desnutridos, doentes, fracos, e tem muitos pais com vícios de álcool e drogas.</i></p>

<p>Como que você faz para administrar isso com todos eles?</p>	<p><i>É tranquilo, pensando bem, não tem grandes problemas. Tento me organizar, o que da trabalho são as criações, tem umas muito difíceis de lidar, agressivas, brigam, choram, não aceitam “não”, se você diz não eles não aceitam, teima, choram, ficam birrentos, ficam insistindo que querem, você explica que não pode, mas querem mesmo assim, eles não entendem que não pode, que agora não da, essa é a maior dificuldades, fazer eles entender que não pode, não deve, eles são pequenos, eu preciso ensinar o tempo todo, todos os dias, isso cansa muito, é estressante.</i></p>
<p>Eles são muito diferentes uns dos outros, mesmo os irmãos?</p>	<p><i>São diferentes, cada um é de um jeito, se falar não para um da a maior briga, para o outro não da nada, se eu explico que agora não pode, mas depois eu deixo, eles aceitam numa boa.</i></p>
<p>12)- Você já era mãe antes de vir para cá, mas você acha que aprendeu alguma coisa sendo mãe social?</p>	<p><i>Aprendi muito, agente sempre aprende e, o carinho deles para comigo é muito gratificante, a gente leva isso como uma lição de vida, as minhas crianças biológicas sempre foram elogiados pelo desempenho na escola, a educação, isso mostra que sou uma boa mãe, aqui com eles é a mesma coisa, me elogiam pelo cuidado, por eles serem educados, calmos, tudo aqui é organizado, limpo, eles comem educados, direito, isso é resultado de um ambiente calmo e eu mantenho isso todos os dias. Se eu fosse uma pessoa agitada, minhas crianças seriam iguais, e nada iria bem, eles aprendem comigo e eu com eles. Falo pros meus aqui, para fazerem isso bem feito que não é para mim, aprender a ser educado é para eles, na vida deles, e eles aprendem assim como as meninas lá nos EUA, as 4 irmãs adotadas, elas aprenderam aqui</i></p>

<p>13) - E para você é muito difícil separar o trabalho da família?</p>	<p><i>comigo a cozinhar, me ajudando, olhando, elas não esqueceram, sempre me falam isso.É muito bom saber que auela semintinha que você plantou, hoje está dando bons frutos.</i></p> <p><i>Não. Quando uma das minhas filhas morou aqui, tinha uma criança que tinha ciumes dela comigo, para se vingar, pegava as coisas dela, minha filha tinha 10 anos e a outra tinha 6, esta daqui queria ser minha filha também, como a minha e ai, pegava o material escolar dela e rasgava, tudo o que ela pegava ela destruía, minha filha não brigava, mas ficava sentida, eu tinha que sentar e concertar tudo, refazer os trabalhos da escola, não foi nada fácil.</i></p>
<p>Como o seu marido lidou com isso ?</p>	<p><i>Me ajudou a explicar, cuidar, concertar e cada dia era diferente, foi melhorando, mas não foi fácil.</i></p>
<p>Como ele vê o seu trabalho aqui?</p>	<p><i>Ele gosta, me apoia, me ajuda depois do trabalho e no fim de semana, da ultima vez ele quis voltar.Na minha casa que é num condominio muito quieto, ele fica nervoso, sente falta do barulho das crianças, é criança como eles, asssite o jogo com as crianças, brinca, rola, vira criança.Ele mima as crianças, estraga, eu não, sou mais firma, as regras e limites é comigo.</i></p>
<p>As crianças te ajudam?</p>	<p><i>Me ajudam, os maiores ajudam os menores, trocar a fralda, da banho, organizar os brinquedos.</i></p>
<p>Você organiza as tarefas?</p>	<p><i>Organizo, eles já sabem.Eu digo que esta é a casa deles, que estão aprendendo para eles e não para mim, para quando crescerem saber a cuidar de uma casa, cuidar deles, lavar a louça, secar, dobrar a roupa, arrumar a cama,os pequenos também, dou tarefas para eles, a de 2 anos me ajuda e gosta.</i></p>

<p>Eles brigam entre eles?</p>	<p><i>Brigam, como qualquer irmão, por nada, por um doce, um brinquedo, mas logo se acertam.</i></p>
<p>Como você lida com os conflitos?</p>	<p><i>Quando você chegou tinha uma menina sentada aqui, lembra? Ela estava de castigo, eu dou castigo, eu não bato, mas boto para refletir, não vai no passeio, tem que pedir desculpas, divido isso com a psicóloga.</i></p>
<p>A psicóloga ajuda?</p>	<p><i>Sim, ela vem 3 x por semana, temos muitas crianças agressivas, difíceis de lidar, ela nos ajuda.</i></p>
<p>14)- Você tem carteira assinada?</p>	<p><i>Tenho.</i></p>
<p>Como você foi registrada?</p>	<p><i>Estou como mãe social</i></p>
<p>São remunerados, você considera um bom salário?</p>	<p><i>Não muito, mais pelo amor, pela causa porque pelo salário, não daria muito. Já trabalhei em outros lugares, mas se estou satisfeita e faço o que gosto, salário não é tudo.</i></p>
<p>Mas a alimentação, luz, água vem tudo daqui, não é do seu salário?</p>	<p><i>Não, meu salário é limpo.</i></p>
<p>Todas são iguais, o mesmo salário e registro na carteira?</p>	<p><i>Sim, temos tudo o que temos de direito, férias, tudo, sempre recebemos em dia, direitinho. A auxiliar e afolguista tem salario diferente.</i></p>
<p>15)- Como você lida com a questão emocional, a criança que a mãe não vem e ela chora chamando por ela, vem machucada, abusada, vocês tem</p>	<p><i>É complicado, os meus até que não tenho tantos casos assim, mas aqui tem, é muito triste, mas a psicóloga ajuda, a gente conversa muito um ajuda o outro e vai andando. Eu procuro não demonstrar, eles</i></p>

<p>ajuda da psicóloga?</p> <p>Aqui é tudo com você, o faz a auxiliar que você comentou?</p> <p>Não há regras para todas iguais?</p> <p>E a escola?</p> <p>Eles estudam fora daqui? Quem leva e busca?</p> <p>Como eles são na escola?</p> <p>E as tarefas da escola? Na casa lar, é como uma casa normal, tudo é feito nela, a tarefa também ou eles tem biblioteca?</p>	<p><i>percebem quando eu to triste, eles perguntam “mãe, o que você tem, ta dodoi?”, eles ficam mais abatidos do que a gente.</i></p> <p><i>A auxiliar me ajuda na louça, na roupa, eu coloco na maquina, ela estende e passa, eu guardo. Elas cuidam da limpeza da casa, dos banheiros e eu da alimentação, das crianças, medicação, do resto. Cada mãe administra a sua casa e as crianças do seu jeito.</i></p> <p><i>Não, a gente faz como pode.</i></p> <p><i>Dos 9, só 3 não vão para a escola.</i></p> <p><i>Sim, a escola é logo ali, eles vão a pé com a pedagoga, mas tem o onibus, eles gostam de caminhar quando não chove ou está frio. ela também vai buscar, quando chove, a combi leva e busca. A minha especial vai na escola especial, a combi da APAE vem buscar e trazer.</i></p> <p><i>Tem muitas dificuldades, comportamento, mas a gente tem dado conta, agora temos uma pedagoga, antes não tinha, era tudo comigo. São lentos, não estão alfabetizados, dão trabalho.tem que dar atenção individualizada, ter paciencia.</i></p> <p><i>Antes era com a mãe social, nós ajudamos nas tarefas, mas agora tem uma pedagoga, faz a tarefa com ela aqui ou lá na sede (escritório)</i></p>
--	--

<p>Você como mãe social também acompanha eles na escola, nas reuniões?</p>	<p><i>Sim, mesmo agora com a pedagoga nós continuamos, precisa né, porque eles tem muita dificuldade e uma mãe vai na escola, então, também vamos tem meninos que vão fazer curso fora, vão com os padrinhos, voltam a noite e ai, sou eu quem ajudo nas tarefas da escola, a pedagoga da aquele reforço e nós o resto.</i></p>
<p>Quando eles ficam doentes, vocês levam ao médico ou é a assistente social ou outro?</p>	<p><i>Somos nós, porque nós estamos com eles o tempo todo, sabemos tudo sobre eles, as vezes não podemos ir junto, mas sempre que podemos, vamos.</i></p>
<p>Se você pudesse mudaria algo na profissão de mãe social, teria que ser diferente?</p>	<p><i>Acho que para esta proposta, com estes sujeitos não, tem que ser mãe mesmo, como não é biológico, então é social, tudo a ver, eu queria ver todos com uma ótima família, amados, saudáveis, podiam ser pobres, mas amados e com as necessidades básicas supridas. Aqui eles tem tudo. Olha para eles, eles não deveriam estar aqui, mas.....(ficou emocionada, encerrei).</i></p>

Apêndice 3: Entrevista mãe social

<p>Pesquisador: Tammy Ribeiro Tape 02 Data: 30/04/2012 Local: Casa Lar Isa Sol Infantil</p>	<p>Nome: Iara Idade: 32 anos Formação: Ensino Médio Completo Profissão: Mãe Social</p>
<p>1-Como você soube dessa profissão e como que chegou até esse emprego?</p>	<p><i>Olha, eu nem sabia o que era ser mãe social, eu estava vendo um curso para ser pedagoga, trabalhar com crianças, eu sei cuidar de criança, adoro cuidar de criança e ai, de repente, surgiu esta oportunidade que eu nem sabia o que era, mas vi, e gostei. Nossa, era tudo o que eu queria, trabalhar com criança, gostei e fui atras.</i></p>

<p>Mas como você ficou sabendo?</p>	<p><i>Uma amiga escutou falar e como ela sabia que eu gostava de trabalhar com crianças, me falou, vim aqui conversar com a dona (Martha) e ela me pediu para passar pela entrevista, fazer o curso e eu nem pensei duas vezes, vim e to aqui.</i></p>
<p>Isso aconteceu quando?</p>	<p><i>Foi em novembro de 2008, me inscrevi, a psicóloga me chamou, eu e mais uns 10 casais, fui fazendo o que eles iam me pedindo e consegui, fiquei muito feliz, como era com crianças, aceitei na hora.</i></p>
<p>2- Você sabia como era o trabalho de mãe social?</p>	<p><i>Nem fazia ideia, mãe a gente sabe né, cuida, ama, educa, mas mãe social, este social eu não sabia o que era.</i></p>
<p>Quando você soube da vaga, tinha algum perfil para ser mãe social, alguma experiência, formação?</p>	<p><i>Não, nenhuma, não perguntaram nada sobre isso. Perguntaram se eu gostava de criança, se eu já tinha cuidado, se tinha filhos e eu disse que estava ali porque gostava de criança, tinha cuidado minha filha que era pequena na época, meus sobrinhos e irmãos menores, mas o trabalho aqui é por amor, só por amor mesmo. Garanto a você que não é por salário, trabalha aqui por amor mesmo.</i></p>
<p>Qual formação você tem?</p>	<p><i>Tenho o ensino médio completo, mas em junho vou começar pedagogia na OPET a distância, to muito ansiosa para isso, eu sempre quis fazer pedagogia e agora vou realizar este sonho.</i></p>
<p>Você é de Curitiba?</p>	<p><i>Sou, morava em um bairro não muito longe, perto daqui.</i></p>

<p>3-O que você fazia antes de trabalhar aqui, de aceitar ser mãe social, porque escolheu esta profissão?</p> <p>Hoje, você é mãe social a mais de 3 anos, então, o que é ser mãe social para você hoje?</p> <p>Quantas crianças você atende aqui?</p> <p>Esta é a casa que você cuida, você mora aqui ? tem outra casa sua?</p> <p>Seu marido também trabalha aqui ou tem emprego fora?</p> <p>4)- Vocês são registrados, tem carteira assinada?</p>	<p><i>Trabalhava só em casa, cuidando da minha filha.</i></p> <p><i>Meu deus, minha filha, hoje.....(pensa) é uma coisa que não sei explicar, é por amor mesmo, é dar carinho, amor, cuidar, ser mãe como sou da minha filha, fazer por eles o que faço por ela, ser mãe de uma família grande, mãe de 10 filhos.</i></p> <p><i>Tenho 10 crianças com a minha filha, 9 acolhidos e a minha que é filha natural.</i></p> <p><i>È, não tenho outra, moro aqui com minha filha de 9 anos, meu marido e as 9 crianças.</i></p> <p><i>Trabalha aqui, e fora, aqui é ele que faz os serviços gerais, de reforma, eletricidade, concertos, tudo. Fora, ele trabalha com concertos e reformas, é meu braço direito, nossa, se não fosse ele me ajudar, não sei se daria conta, é uma mão na roda ter ele aqui, hoje ele ta aqui, é ele que faz os concertos como o da sala, ta vendo a bagunça né, ele ta reformando um dos quartos.</i></p> <p><i>Ele não, eu tenho, tudo direitinho</i></p>
---	---

Como você está registrada?	<i>Sou mãe social</i>
Quando ele não está você cuida da casa e das crianças sozinha?	<i>Não em tudo, cada casa tem uma auxiliar que ajuda na limpeza, na roupa, banheiros, pátio, mas a comida, as crianças, o resto, sou eu. No domingo é o dia mais complicado, estão todos aqui, não tem aula, são 10 crianças para fazer comida, dar banho, cuidar de tudo, da saúde, muitos usam fraude....</i>
Esta filha que vc fala, está aqui com você?	<i>Está, ela tem 9 anos, me ajuda a cuidar, agora ela está trocando a fraude da Mariana.</i>
Você só tem ela?	<i>Só e mais 9 (risos).</i>
5)- Quantas crianças você tem aqui nesta casa?	<i>Tenho 10 com a minha filha, é a maior casa, a que tem as crianças maiores, mais velhas.</i>
Quantos anos eles tem, quanto tem o mais velho?	<i>Tem 12, vai fazer 13 anos, ele da muito trabalho, mais do que os pequenos.</i>
E a mais nova?	<i>É a Nat, ela tem 3 aninhos, aquela que chamamos de brigadeiro, ela parece um brigadeiro de tão fofa e linda.</i>
Quantos anos você tem?	<i>Tenho 32 e meu marido tem 42.</i>
6)- Como você administra as atividades e o cuidado das crianças, como é o teu dia a dia?	<i>Olha, é uma loucura, eu agradeço por ter meu marido aqui, gosto muito dele mesmo, se não fosse ele aqui comigo, não sei se eu daria conta de tudo</i>

<p>Não ser formada mãe social atrapalha, ou ajuda?</p>	<p><i>eles, mas eu to aqui a 3 anos e meio, não penso em sair daqui, não me vejo fora daqui.</i></p> <p><i>Falta muita coisa, a gente entende de criança, mas eles são diferentes, no comportamento, as vezes fica difícil, é diferente eu dizer não para eles e não para a minha filha. A minha filha me escuta, não diz palavrões, não bate o pé, mas eles sim, as vezes não sei como fazer.</i></p>
<p>Vocês recebem formação para cuidar deles, ser mãe social?</p>	<p><i>Sim, eu mesma já fiz alguns cursos aqui que a psicóloga tras, acho que fazendo pedagogia vai me ajudar muito, o curso ensina a cuidar de criança, sempre ajuda saber mais, até no comportamento, porque são assim, não tem paciência, eu sei que eles tem vários problemas, não aprenderam, foram maltratados, estão longe da mãe, ficam estressados, mas eles são diferentes neste sentido de não saber esperar, tudo é no tapa.</i></p>
<p>Você acha que fazendo pedagogia vai te ajudar?</p>	<p><i>Acho, vou fazer pedagogia agora em junho porque como falei, quero continuar aqui, neste trabalho, cuidando de crianças, ou sendo voluntária, alguma coisa, no apadrinhamento, quero continuar lidando com eles, eu nem me imagino fora daqui, assim, sem eles, todos sempre perguntando, me chamando de mãe.</i></p>
<p>Só você foi avaliada para o cargo, e o</p>	<p><i>Só, meu marido veio depois, logo depois, mas ele também gosta de</i></p>

<p>seu esposo, o pai social?</p>	<p><i>criança, as criança amam ele, o jeito dele cuidar, falar, eu chamo meu marido de “amor” para cá, “amo” para lá e as crianças ficam olhando, eles não entendem, mas aeles gostam da gente, nos chamam de pai e mãe.</i></p>
<p>7)- Você gosta de trabalhar aqui?</p>	<p><i>Muito, é cansativo, mas eu gosto, como já te disse, não penso em sair, nem penso em outro emprego.</i></p>
<p>O que te faz gostar tanto daqui?</p>	<p><i>Ah..acho que as crianças, ser um pouco mãe para elas, dar carinho, amor, afeto, um abraço, cuidar quando estão doentes, fazer uma alimentação correta, ver eles crescer com amor, mas amor de mãe, de verdade.Eu fui criada em uma família de 11 irmãos, eu sou a 9 e sem as crianças, nós 3 (filha e marido) sentimos muito sozinhos, aqui não, todos tem qualidades diferentes, são lindos, bonzinhos, eles te cativam, não somos nós que conquistamos eles, eles é que nos conquistam.</i></p>
<p>Todas as crianças são acolhidas, abrigadas?</p>	<p><i>São, todas vieram porque o juiz determinou, umas tem família que vem visitar, outras a família sumiu, ai que leva eles para passear é o padrinho/madrinha.Muitas já foram adotadas, na semana passada uma menina da minha casa foi para fora do Brasil, ainda não sei como ela está, mas fico pensando nela, a gente sente falta, se apega, quer o bem delas, só isso.</i></p>
<p>As crianças vão visitar a família na</p>	<p><i>Não, como elas são pequenas, a família vem aqui, tem um menino que</i></p>

<p>casa delas?</p>	<p><i>foi junto com a assistente social e logo voltou.</i></p>
<p>8) – Agora você tem uma profissão, você gostaria de mudar de profissão ou gostaria de continuar?</p>	<p><i>Vou continuar, vou fazer pedagogia para continuar nest profissão, se um dia for para mudar, será com crianças.</i></p>
<p>9)- Me conta um pouco como é o teu dia a dia com 10 crianças.</p>	<p><i>Os mais velhos me ajudam, assim, devagarinho, secando uma louça, dobrando uma roupinha, lavando as louças que não são perigosas, as panelas eu nãoa deixo, mas xicaras, talheres, trocando uma frauda, guardando brinquedos, assim, umas coisinhas....</i></p>
<p>Das 10 crianças, quantos estudam?</p>	<p><i>Tem 6 que estudam, 3 pela manhã e 2 pela tarde. Agora eles tem uma pedagoga que foi contratada faz um mes, eles fazem tarefa da escola lá com ela e os que vão para o curso profissionalizante, são dois, fazem de noite quando chegam.</i></p>
<p>Fazem curso profissionalizante, quantos anos tem?</p>	<p><i>Eles tem 14, ficam aqui até o final do ano, eles tem mais irmãos e o juiz não separa, se vai para a adoção, vão todos juntos, os 3, os 4 e assim.....</i></p>
<p>10) - Você se sente capacitada para essa função? O que falta, falta</p>	<p><i>Sinto, mas porque meu marido ajuda, tem a auxiliar, a psicóloga, assistente social, pedagoga, a dona que é muito boa para todos nós, e o marido dela</i></p>

<p>formação na área?</p>	<p><i>também, aqui é uma grande família, todos se ajudam. Não ter formação não faz falta, assim....mas ajudaria porque terminei o segundo grau a 10 anos atras e o ensino evoluiu, eu não estudei mais..</i></p>
<p>Se as crianças precisam ser acompanhadas por médico ou outra causa, quem acompanha, você?</p>	<p><i>As vezes sim, mas é mais no médico, na escola na reunião de pais, outros lugares é a assistente social e agora a pedagoga ou o motorista que leva. Eu tenho aqui na minha casa 5 crianças que cantam no coral de natal.</i></p>
<p>No coral do HSBC?</p>	<p><i>Sim, tem uma menina que já canta a 4 anos, o projeto vem buscar 2 vezes por semana para o ensaio e vem trazer de volta, neste passeio eu não vou, mas se eles vão passera, todas nós, as mães sociais vão junto, eles adoram cantar lá, ficam felizes neste dia. No inicio do ano fomos para a praia, todos, foi um passeio muito gostoso.</i></p>
<p>Voçe trabalha o dia todo, a noite, e quando você descansa?</p>	<p><i>Ali fora quando eles estão brincando, mas a noite eles dormem bem, acordam lá pelas 8:30, só os que vão para a escola que acordam antes e ai eu descanso um pouco.</i></p>
<p>Voces tem folga, férias?</p>	<p><i>Temos, uma vez por semana e ai quem fica aqui é a folguista. temos férias uma vez no ano, nossa, é um momento muito bom, para descansar, cuidar da gente, dar atenção para a minha filha, ver os parentes, amigos, meus pais, os avós.</i></p>
<p>Quando você tira folga, vai para onde, você tem outra casa?</p>	<p><i>Eu não tenho mais outra casa, fico na casa de parentes, da minha família, pais, que moram em cascavel, eu vim</i></p>

<p>Vocês tem férias normal de 30 dias?</p>	<p><i>de lá, quando era pequena.</i></p> <p><i>Sim, 30 dias inteiros, eu e meu marido, mas minha cabeça fica aqui, fico com saudades deles.</i></p>
<p>11) - E a quanto tempo você trabalho como mãe social?</p>	<p><i>Já to aqui faz 3 anos e meio.</i></p>
<p>12)- Que atividades eles tem aqui?</p>	<p><i>Bem, eu faço as coisas mais pesadas, eles me ajudam a organizar a casa que tem tudo de uma casa como a nossa de verdade, aqui tem 3 quartos com 3 camas em cada um eles ajudam arrumar até os pequenos alcançam as coisas porque eles dormem nos berços, passar a vasoura, arrumar os armários, guardar a comida que o motorista tras, ai vamos todos lá para fora, brincar. Lá fora eles tem algumas atividades especiais, para eles se desenvolverem com a pedagora e a psicóloga.</i></p>
<p>Isso é diariamente?</p>	<p><i>Todos os dias é assim.</i></p>
<p>Você também faz a alimentação das crianças?</p>	<p><i>Sou eu que faço. Nós temos a mesa brasil (doação de alimentos) vem muita coisa, iogurte, barra de cereal e ai dou para eles comerem, aqui não tem hora certa para comer, uns comem melhor e outros não, dai eu dou, a mamadeira, o nescau...</i></p>
<p>Quantas casas lar tem aqui neste</p>	<p><i>São 3, eu sou da 3ª casa, a que tem mais criançs, uma a mais, mas as</i></p>

<p>espaço?</p> <p>Todas as casas tem este número de crianças?</p> <p>E qual que é a faixa de idade das tuas?</p> <p>E são quantos meninos e quantas meninas?</p> <p>Qual é o critério das casas, é por idade?</p> <p>Você conhece a história de vida de cada um deles, das doenças, como foram gerados?</p> <p>Quais as maiores dificuldades que enfrenta no dia a dia?</p> <p>Como voce lida com estas</p>	<p><i>mais velhas.</i></p> <p><i>Não, eu tenho uma a mais e mais a minha filha, a do meio, da Rosa tem as criançs, mais as 2 delas biológicas e uma sobrinha, são 10 com tudo.</i></p> <p><i>O mais velho tem 14 anos, 2 de 10 anos, a minha de 9, duas de 8, uma ade 5 e duas com 3 anos, a menor tem 1 aninho.</i></p> <p><i>Aqui tem 8 meninas mais a minha são 9, e 2 meninos.</i></p> <p><i>Não, quando eu vim, a maioria já era desta casa, vem conforme as vagas, vai vagando, vai entrando.</i></p> <p><i>Da saúde a gente tem mais conhecimento, mas do acolhimento eu não sei muito, sei de 2 deles só os maiores contam as coisas pra gente, a gente acaba descobrindo, quando estão chorando e você pergunta, eles contam alguma coisa.</i></p> <p><i>Muitas, principalmente com a educação deles, a educação que eles tiveram e agente precisa mudar, fazer diferente, cada um é diferente no jeito de ser, uns são mais calmos, outros são chorões, teimosos, acho que a teimosia é a pior de todas.</i></p> <p><i>Não, as vezes eu penso nisso, mas a gente que é mãe faz, tem que fazer, pede ajuda, socorro e aqui todos</i></p>
---	---

<p>dificuldades, você atende cada um diferente, de acordo com o comportamento?</p>	<p><i>ajudam, é uma grande família a gente erra como mãe, erra com os filhos da gente com os próprios filhos, eu dou castigo, tenho dó, acho que poderia ficar, passar sem castigo, mas tenho que educar, é para o bem deles, mas a gente tem tanta dó que acaba achando um jeitinho de liberar do castigo mais rápido, coisa de mãe, corrigir uma palavra, as vezes a gente ta nervosa e fala uma palavra que não devia, vai lá e concerta, diz que não era isso, a gente é mãe, acaba fazendo e concertando.</i></p>
<p>Como é a relação deles com o teu esposo, o pai social?</p>	<p><i>Não, na verdade muito pouco, agente acaba conhecendo no dia a dia, mas eu não sei, tento cuidar igual, a Mari chegou aqui com 7 meses, chorava muito, hoje ela é tranquila, comilona, linda. Não sei nada dela nem de onde veio e porque veio, a família não veio visitar, eles usam drogas, não podem vir.</i></p>
<p>E com a tua filha biológica?</p>	<p><i>Muito boa, eles doram meu marido, como já disse, chamam ele de pai, gostam dele como pai, só os maiores chamam ele de tio porquesabem que não é pai, que eles tem outro pai, este não é o pai deles.</i></p>
<p>E a relação dela com toda esta situação, outra casa, dividir a mãe o pai....?</p>	<p><i>Ela aceita, ela tem um poquinho de ciuminho, mas do maiores, dos menores não, é só dos maiores mesmo.</i></p>
<p>Como você lida com isso?</p>	<p><i>Eu explico para ela, converso bastante, tenho a ajuda da psicóloga, ela faz acompanhamento psicológico porque nem tudo ela entende, ela não tem um quarto, dorme no meu</i></p>

<p>13)-Como é a relação, eles te veem como mãe, te chamam, falam alguma coisa, perguntam sobre a outra família, irmãos?</p> <p>E quando eles vão embora, voltam para casa ou são adotados, como você fica, afinal, você é entendida como a mãe deles, eles vão sem chorar?</p> <p>Porque, o que você viu de triste?</p>	<p><i>quarto.a gaente vai remidiando, ajudando, mas quando ela viaja, vai lá para a casa dos avós, ela quer voltar ou eu tenho que deixar uma criança ir junto com ela</i></p> <p><i>Os mais velhos chamam de mãe, outros de tia, mas eles sabem exatamente quem somos, mas que amamos eles e estamos aqui por eles, para eles..Perguntam sim, choram, querem saber quando vão ver mãe, o pai, se eles vão voltar, quando vem, eu conto tudo para eles, não deixo expectativa, não minto, eles sabem tudo, digo que o pai não vem, a mãe um dia vem, e assim, vamos ganhando tempo. Tem alguns que sabemos que não virão, ai com a ajuda da psicóloga, vamos preparando para eles gostarem de uma pessoa que será a mãe um dia. Sempre da certo.</i></p> <p><i>Eu acompanho alguns, outros a gente não fica sabendo quem é a mãe que adotou, mas alguns sim, eu gosto de saber deles e eles sentem saudades da gente.Tem um casal, um menino e uma menina que foram embora para União da Vitória, estes eu acompanho, eles já vieram me visitar.Eu fui visitar eles mas voltei triste.</i></p> <p><i>Voltei triste, eles estavam assim, super bem, tinham tudo na casa, tinha roupa boa, alimentação, mas amor e carinho não vi muito não, achei a menina triste, eles pediram para voltar</i></p>
---	--

<p>Eles são muito diferentes uns dos outros, mesmo os irmãos?</p>	<p><i>com a gente, eles estavam se sentindo abandonados por nós, devem pensar, eu estava lá bem, agora to aqui triste e não posso voltar. Agora eu acho melhor não ir mais lá, eles vão se sentir abandonados de novo, melhor não ir ver mais. O manor que tinha 2 anos quando foi, ta sofrendo mais, a maior, já sabe porque foi para lá com os avós. Os de Curitiba que pude visitar, achei tranquilo, não perguntam mais pelos pais biológicos, falam da sudades, mas só.</i></p> <p><i>São, cada um tem seu jeito, suas qualidades, dificuldades.</i></p>
<p>14) - E para você é muito difícil separar o trabalho da família?</p> <p>Você organiza as tarefas?</p>	<p><i>Olha, esta parte é muito difícil, as vezes fica complicado e nas folgas da semana a gente aproveita para resolver, principalmente com a minha filha., quando meu marido chega, eu trato ele como marido, a minha filha como pai, mas ele tem que dividir a gente com as 10 crianças e minha filha as vezes não entende isso. a gente acaba se envolvendo tanto que vira uma família igual, só que maior, tem que administrar melhor, leva mais tempo, um pouco aqui dentro, para tudo vai lá para fora, eu olho as outras crianças, elas olham as minhas e assim é todos os dias. Eu faço uma agenda, com alguns horários, do banho, das tarefas, do curso dos que saem daqui, do uniforme, eles podem usar o computador, faço atividades com brinquedos, eu me organizo. Eles jantam, uns pedem mais comida mais tarde eu do, um iogurte, uma</i></p>

	<p><i>fruta, mamadeira, não nego, uns não pedem mais, é como a casa deles, tem lugares que tem horário para tudo, come agora e não come mais, eu não faço isso, aqui a gente administra como quer e achar melhor, tudo o que faz e tem uma família normal.</i></p>
<p>Como o seu marido lidou com isso ?</p>	<p><i>A gente vai conversando, tem o lado bom disso, estamos juntos, no trabalho, a nossa filha também pode ficar com a gente, acompanho ela o tempo todo, a escola, ela não vai ser uma menina mandona, que não quer dividir as coisas porque a qui tudo é dividido igual, eles aprendem a dividir, nada é de ninguém tudo é de todos.meu marido está aqui ele não para um minuto, é pai de 11 crianças.</i></p>
<p>Como ele ve o seu trabalho aqui?</p>	<p><i>Muito, eu acho normal, na minha família eramos em 11, era briga todos os dias, mas a gente cresceu e entendeu que não adiantava brigar, só saia perdendo.</i></p>
<p>Eles brigam entre eles?</p>	<p><i>Muito, eu acho normal, na minha família eramos em 11, era briga todos os dias, mas a gente cresceu e entendeu que não adiantava brigar, só saia perdendo.</i></p>
<p>Como você lida com os conflitos?</p>	<p><i>Eu boto de castigo, negocio, converso, daqui a pouco passa tudo e começa tudo outra vez com outros, lá vou eu de novo. Se eu vejo que não to conseguindo, chamo a psicóloga, ela vem, leva a criança, conversa, me chama e assim, vai acontecendo.se falar palavrão, tiro um brinquedo, uso o dicionário para explicar para os mais velhos o que eles falaram, se não funcionar eles perdem passeio, ver a Tv, desenho, filme, isso demora muito, um ano as vezes.</i></p>
<p>Vocês moram aqui, e asdespesas vocês pagam ou não pagam por nada?</p>	<p><i>Temos tudo aqui, não pagamos por nada, minha filha também.</i></p>

<p>Então o salário compensa?</p>	<p><i>O salário é razoável, mas se fosse pelo salário, pagar as nossas despesas, a gente não trabalharia aqui, eu iria para uma creche, faria pedagogia e ia dar aula, mas não ficaria aqui, gostaria muito, ficamos porque temos esta vantagem, amamos o que fazemos mas ganhamos muito pouco, em outra casa não daria para ficar com este salário.</i></p>
<p>Você tem registro de mãe social ou educadora social?</p>	<p><i>Mãe social, todas nós, mas agora eu sobre que mudou, tivemos uma palestra da FAS, não lembro o nome, mas mãe social caiu em desuso, foi o que falaram para nós.</i></p>
<p>15)- Como você lida com a questão emocional?</p>	<p><i>Lido bem eu acho, as vezes fica complicado, por exemplo, e eu estivesse na minha casa e não quisesse fazer comida, comprar uma pizza eu faria, aqui eu não posso ter esta liberdade, ou é para todos ou nada.</i></p>
<p>Se você pudesse mudaria algo na profissão de mãe social, teria que ser diferente?</p>	<p><i>Não, mas eu queria ter mais conhecimento, na hora que eles faltam com respeito, que eles não sabem ouvir não, não ter que castigar, falar com eles, aqui a gente faz os cursos, até de cozinheira eu fiz, fazer uma alimentação saudável, eu queria saber mais, aprender mais sobre criança, seu jeito de ser, outras formas de educar porque eles são</i></p>

	<p><i>muito difíceis, tem muitas dificuldades, nada ta bom para eles, falta este conhecimento.</i></p>
--	--

ANEXOS

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
Equipamentos Urbanos de Curitiba

Filtro Ativo Equipamento : (Abrigo)

Tema : ASSISTÊNCIA SOCIAL

Equipamento	Abrigo	Tipo Equipamento	Unidade Social	Especializada	Dependência Administrativa	Particular
Nome	Telefone	Endereço	Bairro	Regional		
1 ABI HAI, Associação Beneficente Israelita Hai	3285-4145	R. PROFESSOR PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA,	CAMPO COMPRIDO	Santa Felicidade		
2 ACRIDAS, Associação Cristã de Assist. Social - Berçário	3253-5610	R. EDUARDO GERONASSO,	BACACHERI	Boa Vista		
3 ACRIDAS, Associação Cristã de Assist. Social - Unidade Aldeia	3253-5610	R. EDUARDO GERONASSO,	BACACHERI	Boa Vista		
4 ANTONIA - PAO DOS POBRES, Lar	3343-4514	R. ABRÃO LERNER,	CAMPINA DO SIQUEIRA	Santa Felicidade		
5 APA - ASSOCIAÇÃO PROMOCIONAL DO ADOLESCENTE, Casa Lar	3335-8487	R. ENGENHEIRO ROMULO GUTIERREZ,	VISTA ALEGRE	Santa Felicidade		
6 ASSOC. FEMININA DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFANCIA-AFPMI, Casa Maternal Berçário	3274-9778	R. LUIZ RONALDO CANALLI,	CAMPO COMPRIDO	Santa Felicidade		
7 ASSOC. FEMININA DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFANCIA-AFPMI, Casa Maternal Gestantes	3233-7144	R. DUQUE DE CAXIAS,	SÃO FRANCISCO	Matriz		
8 ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ENCONTRO COM DEUS, Casa Lar	3267-6818	R. LUIZ FRANÇA,	CAJURU	Cajuru		
9 ASSOCIAÇÃO CASA DO PAI - 1, Casa Lar	3254-2446	R. FRANCISCO SCREMIN,	AHU	Matriz		
10 ASSOCIAÇÃO CASA DO PAI - 2, Casa Lar	3343-0928	AV. VISCONDE DE GUARAPUAVA,	BATEL	Matriz		
11 ASSOCIAÇÃO PARANAENSE ALEGRIA DE VIVER - APAV, Casa Lar	3229-4779	R. CAPIBERIBE,	PORTÃO	Portão		
12 BATISTA ESPERANÇA - CASA DE APOIO	3016-7751	R. TENENTE CORONEL MANOEL MIGUEL RIBEIRO	BOM RETIRO	Matriz		
13 BATISTA ESPERANÇA - CASA DE APOIO	3016-7751	R. RAPOSO TAVARES,	PILARZINHO	Boa Vista		
14 BATISTA ESPERANÇA - CASA DE APOIO	3016-7751	R. CUIABÁ,	CAJURU	Cajuru		
15 BATISTA ESPERANÇA - CASA DE APOIO	3016-7751	R. JORNALISTA GERALDO RUSSE,	PILARZINHO	Boa Vista		
16 BATISTA ESPERANÇA - CASA DE APOIO	3016-7751	R. JORGE GAVA,	PILARZINHO	Boa Vista		
17 BATISTA ESPERANÇA - CASA DE APOIO	3016-7751	R. HARVEY DE BARROS SILVA,	PILARZINHO	Boa Vista		

**IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
Equipamentos Urbanos de Curitiba**

18	CLUBE DAS ACÁCIAS UNIDAS, Casa Lar	3276-3241	R. PROFESSOR JOÃO SOARES BARCELOS,	HAUER	Boqueirão
19	CLUBE DAS ACÁCIAS UNIDAS, Republica	3276-3241	R. TENENTE TITO TEIXEIRA DE CASTRO,	HAUER	Boqueirão
20	CRESBH, Centro de Reintegração Social Batalhão de Última Hora	3367-2248	R. MINISTRO JOSÉ LINHARES,	BAIRRO ALTO	Boa Vista
21	CRESBH, Centro de Reintegração Social Batalhão de Última Hora - Unidade 02	3673-1216			
22	CRUZ VERMELHA, Casa Lar	3074-5355	AL. CABRAL,	CENTRO	Matriz
23	DONA PAULA, Casa Maternal	3350-7971	R. LUIZ RONALDO CANALLI,	CAMPO COMPRIDO	Santa Felicidade
24	DONA VERA - CASA 1, Lar	3350-7971	R. ADOLFO LUTZ,	SANTA FELICIDADE	Santa Felicidade
25	ESPERANÇA, Confederação Evangélica Lar	3285-4345	R. SILVIO PIOTTO,	CAMPO COMPRIDO	Santa Felicidade
26	EXERCITO DA SALVAÇÃO, Casa Lar	3287-5052	R. BARTOLOMEU LOURENÇO DE GUSMAO,	BOQUEIRÃO	Boqueirão
27	FUNDAÇÃO FRANCISCO BERTONCELLO, Casa Lar	3656-7575		VISTA ALEGRE	Santa Felicidade
28	HERMINIA LUPION, Condomínio Lar	3350-7971	R. DOM JOÃO BRAGA,	VISTA ALEGRE	Santa Felicidade
29	HERMINIA SCHELEDER, Associação Presbiteriana de Curitiba Lar			TINGÜI	Boa Vista
30	HERMON, Comunidade - UNIDADE FEMININA	3256-4074	R. ANTONIO MUZZILLO,		
31	HERMON, Comunidade - UNIDADE MASCULINA				
32	INICIATIVA - CASA 1, Fundação	3019-7614	R. JOÃO MARIA LEANDRO,	UBERABA	Cajuru
33	INICIATIVA - CASA 3, Fundação	3019-7614	R. CORONEL JOSÉ CARVALHO DE OLIVEIRA,	UBERABA	Cajuru
34	INICIATIVA - CASA 4, Fundação	3019-7614	R. HERMOGENES DE OLIVEIRA,	GUABIROTUBA	Cajuru
35	INICIATIVA - CASA 5, Fundação	3019-7614	R. HERMOGENES DE OLIVEIRA,	GUABIROTUBA	Cajuru
36	INSTITUTO PARANAENSE DE CEGOS - IPC	3342-6690	AV. VISCONDE DE GUARAPUAVA,	BATEL	Matriz
37	JARDIM PINHEIROS, Lar das Meninas	3364-7656	R. PADRE JOSÉ MARTINI,	SANTA FELICIDADE	Santa Felicidade
38	JOANA MIGUEL RICHÁ, Centro de Socioeducação	3335-0082	R. DOM JOÃO BRAGA,	VISTA ALEGRE	Santa Felicidade
39	JOAO CECONELLO, Casa de Apoio Associação Pe	3350-7971	R. SEBASTIÃO MALUCELLI,	NOVO MUNDO	Portão
40	LAR AMOR REAL - 1, Casa Lar	3272-7714	R. ALZIRA MORAES PINHEIRO MACHADO,	SÃO BRAZ	Santa Felicidade
41	LAR AMOR REAL - 2, Casa Lar	3272-7714	Ney Romano, R.,	SÃO BRAZ	Santa Felicidade
42	LAR CRIANÇARTERIA, Casa Lar	3245-0464	R. ARY ROLIM COSTA,	FAZENDINHA	Portão
43	LAR FELIZ, Sociedade Filantrópica		R. JERUSALEM,	ALTO BOQUEIRÃO	Boqueirão
44	LAR INFANTIL SOL AMIGO - LISA, Casa Lar	3272-1604	R. JOÃO OBRZUT,	SÃO BRAZ	Santa Felicidade
45	LAR MOISÉS, Associação - Casa de Apoio Lar	3226-1017	R. DA TRINDADE,	CAJURU	Cajuru

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
Equipamentos Urbanos de Curitiba

46	LAR O BOM CAMINHO, Casa Lar	3246-8944	R. BÔRTOLO GUSSO,	CAPÃO RASO	Pinheirinho
47	MISSÃO SOS VIDA, Casa de Apoio	3562-2033	R. ENGENHEIRO SERAFIM VOLOSCHEN,	CAMPINA DO SIQUEIRA	Santa Felicidade
48	MISSÃO SOS VIDA, República	3248-0583	R. ISAAC GUELMANN,	PORTÃO	Portão
49	MORADA DO SOL - ACOA, Casa Lar	3335-9267	R. ALCIDES MUNHOZ,	MERCÊS	Matriz
50	NAURU, Instituto	3350-7971	R. DUQUE DE CAXIAS,	SÃO FRANCISCO	Matriz
51	PAULA PEDROSO DO AMARAL, República Feminina	3314-1900	R. JOSÉ GONÇALVES JÚNIOR,	CAMPO COMPRIDO	Santa Felicidade
52	PEQUENO COTOLENGO DO PARANÁ - DOM ORIONE	3350-7971	R. NICOLA PELLANDA,	UMBARÁ	Bairro Novo
53	PROFETA ELIAS, Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua	3350-7971	R. SEBASTIÃO ALVES FERREIRA,	BAIRRO ALTO	Boa Vista
54	RECANTO FELIZ, Casa de Repouso	3350-7971	R. PROFESSOR BENEDITO CONCEIÇÃO,	CAPÃO DA IMBUIA	Cajuru
55	REPÚBLICA ACRIDAS				
56	SOLAR DO GIRASSOL, Casa de Apoio - ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIOS PELA VIDA SÓ VIDA	3350-7971	R. BALTAZAR CARRASCO DOS REIS,	REBOUÇAS	Matriz
57	TOÇA DE ASSIS, Casa de Acolhida	3350-7971	R. RAIMUNDO NINA RODRIGUES,	CAJURU	Cajuru
58	TURMINHA DE JESUS, Lar	3350-7971	R. BRUNO LOBO,	BAIRRO ALTO	Boa Vista
59	VOICE FOR CHANGE, Casa Lar	3350-7971	R. JULIO ZANDONÁ,	ALTO BOQUEIRÃO	Boqueirão
60	XAXIM, Lar dos Meninos do				

Nome	Telefone	Endereço	Bairro	Regional
1 MADRE ANTÔNIA, Casa das Meninas				
2 MAIS VIVER, Centro de Acolhimento e Atendimento Integral				
3 MOSSUNGUÊ, República de Jovens				
4 NOVA ESPERANÇA, República de Meninas				
5 NOVO MUNDO, Casa das Meninas				
6 PEQUENO CIDADÃO, Casa de Acolhimento				
7 PIA I, Casa do				
8 PIA II, Casa do				
9 PIA, República do				
10 POUSSADA DE MARIA, Centro de Acolhimento				

Total Geral: 70